

Tô com
FOME!



**Inclusão digital no Centro Vocacional Tecnológico Henfil:
uma leitura sob a ótica do capitalismo informacional**



TÔ VENDO UMA
ESPERANÇA!



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

**Inclusão digital no Centro Vocacional Tecnológico Henfil:
uma leitura sob a ótica do capitalismo informacional**

Belo Horizonte
2010

ROGERIO LUÍS MASSENSINI

**Inclusão digital no Centro Vocacional Tecnológico Henfil:
uma leitura sob a ótica do capitalismo informacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – ECI/UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis

Belo Horizonte
2010

Massensini, Rogério Luís.

M415i Inclusão digital no Centro Vocacional Tecnológico Henfil [manuscrito] :
uma leitura sob a ótica do capitalismo informacional / Rogério Luís
Massensini. – 2010.
194 f. : enc.

Orientadora: Alcenir Soares dos Reis.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 183-190

Apêndices: f. 191-194

1. Ciência da Informação – Teses. 2. Inclusão digital – Teses. 3.
Inclusão social – Teses. 4. Competência em informação – Teses. 5.
Etnologia – Teses. I. Título. II. Reis, Alcenir Soares dos. III. Universidade
Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 004.7:316.422

Aos meus pais, Áurea e Antônio, que construíram uma família maravilhosa, entre alegrias e tristezas, conquistas e perdas, mostraram-me a importância da família na formação humana que recebi, a qual foi de extrema relevância para que eu viesse a compreender a minha relação no e com o mundo. Hoje, compreendo perfeitamente a importância da família para a formação de um ser, independente se a estrutura familiar segue o padrão social ou não. Entendo que o ser humano cresce e se espelha em exemplos de vida, sendo bons ou ruins. Tive a felicidade de crescer vendo seus exemplos, ações no viver, as quais demonstraram como preciso ser e agir para conviver com a minha própria consciência. Assim, a verdade e o respeito andaram juntos na busca por uma formação humanista e preocupada com a natureza humana. Sinto-me sempre incluído em uma família, o mais importante espaço de vivência e aprendizagem que a vida me ofereceu.

A minha esposa, companheira e amiga, Ana Carolina, que me dá força em todos os momentos e principalmente nos mais difíceis, quando a caminhada exige dessa companheira mais que apoio, mas sobretudo amor e compreensão. Com ela também aprendo muito sobre a vida e começo a formar a minha própria família, incluída no âmago de duas grandes famílias.

Aos meus irmãos, André, Júlio e Antônio, às cunhadas e aos sobrinhos, pelas palavras, olhares e sorrisos compartilhados que me fortaleceram e fizeram com que continuasse acreditando nos meus ideais.

Aos meus amigos Beatriz e Alexandre Barbosa e Francisco Aranha cuja força da amizade me proporcionou momentos de alegrias, essenciais para expressar meus sentimentos – corpo e alma.

AGRADECIMENTOS

Manifestar a gratidão por aqueles que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho é, para mim, momento de registrar a inclusão dessas pessoas em minha vida. É retribuir a minha inclusão em suas vidas, ou, pelo menos, em parte delas. E, compartilhar da vida de alguém é conviver com os sentimentos dela e, por vezes, sentir, com ela, alegrias e tristezas. Ao ser incluído na lista de selecionados no Programa de Pós-graduação da Escola de Ciência da Informação, percebi que me adentrava em uma família que recebeu de braços abertos as minhas idéias.

Tive a alegria de ser orientando da Profa. Alcenir Soares dos Reis, que sempre ouviu as minhas idéias e ponderou cada uma. Aprendi muito e espero ter correspondido a tanta sabedoria que me foi disponibilizada por meio das conversas que tivemos. Foram momentos que me mostraram o quanto ainda preciso aprender sobre a vida e as pessoas. Senti-me alegre e triste por aprender muito sobre o quanto o ser humano pode ser perverso. E, senti-me incluído, também, em seu universo de leituras que me orientaram por caminhos nos quais navegamos.

Chegamos ao Centro Vocacional Tecnológico Henfil, onde fui recebido, também de braços abertos, pelo Coordenador Helton de Lima Ozório, seu corpo docente e discente, os quais me incluíram em suas vidas, disponibilizando espaço, tempo e informação para a minha pesquisa. Socializei momentos importantes para o trabalho e para a minha vida. As conversas com o Helton me ensinaram muito sobre o ato de incluir o outro e a importância dessa ação na vida do outro. As relações com os professores e a observação das aulas contribuíram em muito para que eu compreendesse o programa social. Além disso, as entrevistas foram maravilhosas, pois tive a oportunidade de ouvir o outro. Assim, senti-me incluído na família CVT Henfil.

Vale ressaltar a amizade e o apoio, dedicados ao desenvolvimento deste trabalho, de meu grande amigo Alberth Santana, que tive a alegria de conhecer por intermédio do Programa de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação. Tive a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a sua pesquisa e sua preocupação com a família das crianças com paralisia cerebral. Ele se revelou uma pessoa como eu, preocupada com o próximo e, dessa forma deu-me força para continuar a caminhada.

Próximo a ele estavam os colegas, professores e funcionários da Escola de Ciência da Informação, Faculdade de Educação e Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas que contribuíram para que essa caminhada prosseguisse.

Continuei a caminhada com os professores “Casal” – Carlos Alberto Ávila Araújo, Isabel Cristina Alves da Silva Frade, “Cida” – Maria Aparecida Moura, Marta Macedo Kerr Pinheiro, com quem tive diálogos importantes para a construção da pesquisa. O professor “Casal” levou o grupo de alunos do mestrado, em sua disciplina, a discussões intermináveis, as quais muito contribuíram para meus pensamentos. A participação desses na banca de qualificação e as referências recomendadas muito me ensinaram.

A professora Isabel, ao aceitar meu convite para participar da banca, deu-me muita alegria e seus comentários na qualificação mostraram-me que pequenas atitudes pesquisadas podiam me fazer enxergar grandes transformações.

Essenciais as falas da professora “Cida”, as quais foram sempre ouvidas e consideradas. Além disso, as disciplinas por ela ministradas e as indicações de leituras dos novos livros adquiridos pelo Programa de Pós-Graduação contribuíram muito para o desenvolvimento da pesquisa.

A professora Marta com quem tive o prazer de cursar disciplina no *lato sensu* e com a qual tornei a me encontrar, para receber suas idéias e, também recomendações de referências as quais muito contribuíram para a pesquisa.

Enfim, foram muitas as pessoas que, nesta caminhada, incluíram-me em suas vidas. Jamais as esquecerei e terei sincera gratidão a esses professores e seres humanos que, de alguma maneira, contribuíram para a construção deste trabalho.

A todos vocês, o meu imenso carinho e reconhecimento.

“A história, entretanto, não é como um trem que segue o seu percurso dentro dos trilhos de nossas intenções e nem obedece às horas marcadas de nossas esperanças.”

Frei Betto. Batismo de Sangue.

RESUMO

Este trabalho analisou o programa social de inclusão digital desenvolvido no Centro Vocacional Tecnológico Henfil, tendo como objetivo avaliar as oportunidades e limitações desse programa para a inclusão digital e social dos seus usuários. O referido programa é promovido pelo Governo Federal em parceria com o Governo Estadual de Minas Gerais e a Prefeitura de Ribeirão das Neves, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECTIS e da Secretaria de Educação de Ribeirão das Neves. Em termos teóricos a pesquisa fundamentou-se nos autores que discutem os processos de inclusão digital, destacando-se Bernardo Sorj, Christine Bruce e Mark Warschauer haja vista defenderem que para se atingir a inclusão digital, faz-se necessário praticar os passos de disponibilização de equipamento, de infraestrutura, de treinamento, de capacitação e do uso crítico tanto da informática quanto da informação, promovido por meio do letramento informacional. A estas formulações integraram-se ainda a sistematização histórica referente ao desenvolvimento capitalista, até a sua feição de capitalismo informacional, bem como se evidenciou os diferentes aspectos e especificidades em relação ao conceito de marginalidade e exclusão social. Somados a estas discussões, utilizou-se, também, das contribuições teóricas do campo da Ciência da Informação e demais Ciências Sociais, com vistas a compreender aquela realidade social. Realizou-se a pesquisa de campo, orientada pelos fundamentos da etnografia, tendo adotado as seguintes técnicas: observação participante, entrevistas, questionários, análise documental. Os resultados obtidos permitiram concluir que o programa social de inclusão digital CVT Henfil apresenta possibilidades para a promoção de oportunidades de inclusão digital, que podem contribuir também para a inserção social dos alunos. Os dados ainda revelaram a necessidade de avançar em direção a um currículo, do programa, adaptado à realidade local, tendo em vista que o contexto local dos alunos, as suas condições sociais e materiais precisam ser considerados na adaptação do programa e no processo de ensinoaprendizagem. Tal ênfase advém da necessidade de se chegar ao letramento informacional em sua totalidade, ou seja, que os sujeitos sejam capazes de ir além do domínio técnico, exercendo criticamente a análise da informação. Evidenciou-se, portanto, a necessidade de se investir intensamente na formação dos sujeitos, por meio do letramento informacional, para que esses sejam capazes de construir uma visão crítica de mundo, inclusive no espaço digital.

Palavras-chave: Inclusão; Inclusão Digital; Informação Social; Letramento Informacional; Etnografia; Capitalismo Informacional.

ABSTRACT

This work analyzed the digital inclusion social program developed by the Henfil vocational Center with the objective of evaluating opportunities and limitations for its users. This social program is promoted by the Federal Government in a partnership with the State Government of Minas Gerais and the city hall of Ribeirão das Naves through the Ministry of Science and Technology – MCT, the Science, Technology and Higher Education Office– SECTES, the Science and Technology Office for Social Inclusion – SECTIS and the Education Office in Ribeirão das Neves. This research relies on the theoretical support of the authors who discuss social inclusion such as Bernardo Sorj, Christine Bruce and Mark Warschauer. They claim that in order to promote social inclusion, equipment, infrastructure, training, qualification and critical use of *informatics* and information through information literacy should be in place. In addition, a historical systematization of the capitalist development and information capitalism was included in the analysis as well as the different aspects and specificities of the concept of marginalization and social exclusion. Theoretical contributions were also collected from the area of Information Sciences and other Social Sciences so as to understand this social reality. A fieldwork was carried out based on the fundamentals of ethnography and by adopting the following techniques: participant observation, interviews, questionnaires, document analysis. Results show that the CVT Henfil digital inclusion social program presents possibilities of creating opportunities for social inclusion, which may well contribute, to the students' social inclusion. Data also shows that a program curriculum adapted to the local reality is necessary since the students' context, social and material conditions must be taken into account in the program and in the teaching-learning process. This emphasis comes from the need to provide information literacy to all, that is, to enable subjects to go beyond technical domains and use information critically. Hence the need to invest heavily in educating subjects through information literacy and helping them build critical perspectives on the world and on the digital space.

Keywords: Inclusion; Digital Inclusion; Social Information, Information Literacy, Ethnography, Information Capitalism.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1: Mapeamento do Universo da Pesquisa	113
TABELA 2: Dados do Sorteio Aleatório	115
TABELA 3: Gênero	136
TABELA 4: Escolaridade.....	136
TABELA 5: Empregos	137
TABELA 6: Possui Computador.....	137
TABELA 7: Inclusão Digital.....	137
QUADRO SÍNTESE: Principais elementos sobre o universo da pesquisa	157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEN	– Aluno(a) Entrevistado(a)
CETIC	– Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação
CVT	– Centro Vocacional Tecnológico
IBGE	– Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	– Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MEC	– Ministério da Educação
MCT	– Ministério da Ciência e Tecnologia
MSN	– Microsoft Service Network MSN (messenger: MeSeNger)
NESC	– Núcleo Esportivo Social e Cultural
ONID	– Observatório Nacional da Inclusão Digital
ORKUT	– Rede Social na internet
PEN	– Professor(a) Entrevistado(a)
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMBH	– Região Metropolitana de Belo Horizonte
SECTES	– Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SECTIS	– Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
SINE	– Sistema Nacional de Emprego
TIC	– Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O IMPACTO DO CAPITALISMO INFORMACIONAL: A RELAÇÃO PASSADO/PRESENTE	20
2.1 Revisitar a era das revoluções: perspectivas e impactos no contexto informacional	24
2.1.1 A Era das Revoluções: Inglesa e Francesa	24
2.1.2 A Era do Capital: razão, ciência, progresso e liberalismo.....	27
2.1.3 A Era dos Impérios: o poder de dominação	30
2.1.4 A Era dos Extremos: contra tudo e contra todos	33
2.2 Problemática informacional: legitimação do status quo ou possibilidades de mudança	35
2.3 Informação: um produto social.....	43
2.4 Potencialidades, contradições e desafios: informação social	47
3 MARGINALIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL: UMA DIALÉTICA CONCEITUAL	51
3.1 Marginalidade e exclusão social: aproximações históricas	52
3.1.1 Marginalidade: mito ou realidade.....	52
3.1.2 Exclusão social: novas formas para um antigo problema.....	58
3.1.3 Marginalizados: um passado conhecido.....	64
4 INCLUSÃO E EXCLUSÃO DIGITAL: UMA LEITURA ALÉM DOS INDICADORES CLÁSSICOS.....	66
4.1 Inclusão e exclusão digital: discursos contraditórios	72
4.1.1 Discurso da inclusão digital: sob a ótica da inteligência coletiva	73
4.1.2 Discurso da exclusão digital: sob a ótica da dromocracia.....	82
4.2 Discurso da inclusão informacional: sob a ótica do letramento	91
5 PERCURSO METODOLÓGICO: UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	103
5.1 Os caminhos da pesquisa: do problema ao método.....	103
5.2 Métodos e Técnicas nas Ciências Sociais: a etnografia	105
5.3 Procedimentos de Coleta de Dados: critérios de seleção do universo.....	112

5.4	O campo de pesquisa: do universo à amostra.....	114
6	REALIDADE E DINÂMICA DO CVT HENFIL: AS POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA INCLUSÃO DIGITAL.....	120
6.1	A cidade de Ribeirão das Neves.....	121
6.2	O contexto da análise.....	130
6.3	O Centro Vocacional Tecnológico Henfil.....	131
6.4	Sujeitos e suas vozes: questionamentos e diálogos pertinentes.....	135
6.4.1	Os alunos e suas vozes.....	138
6.4.2	Os ex-alunos e suas vozes.....	147
6.4.3	Os professores e suas vozes.....	1588
6.5	Análise e discussão dos resultados.....	163
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
	REFERÊNCIAS.....	183
	APÊNDICE A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO.....	191
	APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	193

A palavra mágica¹

*Certa palavra dorme na sombra
de um livro raro.
Como desencantá-la?
É a senha da vida
a senha do mundo.
Vou procurá-la.
Vou procurá-la a vida inteira
no mundo todo.
Se tarda o encontro, se não a encontro,
não desanimo,
procuro sempre.
Procuro sempre, e minha procura
ficará sendo
minha palavra.*

¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Discurso de Primavera e Algumas Sombras*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 99.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de se refletir a respeito do que se sente sobre as condições nas quais se vive nas regiões mais carentes, inclusive periféricas e, muitas vezes, não tão distantes das nossas realidades, é o que nos motiva a buscar, pelo e no mundo, por indagações que possam ter, como respostas, alternativas para a pobreza.

As pessoas dotadas de sensibilidade conseguem receber as sensações externas por meio de impressões causadas por estímulos tristes ou alegres. Dessa forma, muitas vezes, percebem que o sentimento que têm do mundo não é aquele que gostariam de sentir, pois, carregados de tristezas, refletem ações desumanas, lembranças violentas, solidão e pobreza.

São sensações externas ao nosso espírito, mas que nos colocam em estado de agitação espiritual e de indignação, que despertam na mente o desejo de agir de forma contrária a esses movimentos em direção às mazelas humanas, que nos causam desgosto.

Quem não se mostra estupefato perante as notícias de violência urbana que se apresentam diariamente nos canais de comunicação? E o que dizer então das condições de pobreza? Desumano! Barbárie ou barbarismo, ações de violência física, verbal e simbólica contra tudo e todos que se posicionam a frente do desenvolvimento econômico e tecnológico, menos humano.

Desse modo, a pesquisa foi motivada pela minha convivência com as condições sociais precárias nas quais se encontram os cidadãos da cidade de Ribeirão das Neves, município situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte – capital mineira.

No dia a dia da rede pública estadual de ensino, como professor de História, eu presenciei situações de precariedade dos serviços públicos ofertados aos cidadãos nevenses, inclusive àqueles que não possuem condições dignas de vida.

Pessoas que sofrem todo e qualquer tipo de violência, sendo ela física, verbal e simbólica entre outras, possíveis de destruir a estrutura física e moral de qualquer indivíduo, levando-o a viver à margem do processo social.

O que aqui se discute fundamenta-se nos estudos realizados pelo Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, pela Fundação João Pinheiro, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – UNESCO e por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Outros estudos e pesquisas contribuíram para que a discussão pudesse se desenvolver e apresentar algumas considerações a respeito do problema pesquisado.

A pobreza que se detecta por meio de pesquisas não está restrita ao município de Ribeirão das Neves e muito menos ao Estado de Minas Gerais, o que exige ações públicas de combate à fome, miséria e outras categorizações da pobreza.

As leituras das várias realidades que se apresentam pelo mundo e, em especial, no município nevenense obrigam-nos a adotar uma postura crítica perante a pobreza, de forma a ampliarmos as possibilidades de questionamento e mudança.

A crítica às ações públicas diz respeito à manutenção do mínimo de vida digna ao cidadão brasileiro, tais como o acesso à educação e à saúde de qualidade, direito à moradia e à alimentação saudável.

No entanto, vários trabalhos em parceria com o Estado, demonstram-se favoráveis às ações que precisam ser praticadas, a partir daqueles que se encontram em meio ao processo – aqui de miséria, para que se promova a transformação social.²

Assim sendo, a pobreza que se encontra na periferia das grandes cidades brasileiras vai sendo registrada em pesquisas de dados estatísticos que comprovam a precariedade da situação social brasileira.

Entretanto, o Governo Federal por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado de Minas Gerais desenvolvem

² Ver mais sobre o Projeto Viva-Rio no livro Brasil@povo.com de Bernardo Sorj, pela UNESCO, ou no próprio site: www.vivario.org.br.

projetos em parceria com prefeituras mineiras, com o intuito de praticar ações no âmbito da inclusão social. São projetos que, se realmente praticados, poderão gerar transformações sociais importantes na realidade brasileira.

Um desses projetos, especificamente, é o Centro Vocacional Tecnológico que apresenta a união dos três níveis da esfera pública estatal: federal, estadual e municipal, destinado à inclusão social do cidadão brasileiro, carente de oportunidades no âmbito do letramento e da informação.

Desse modo, os vários letramentos e a informação social são importantes para os indivíduos realizarem a transformação social na vida deles, pois ambos auxiliam na criação de oportunidades.

A informação social – um produto históricossocial, produzida na sociedade, está disponível, mas nem sempre acessível por todos. Afinal, muitos ainda demandam o letramento informacional para utilizar-se da informação de maneira conscientemente crítica.

Assim, a condição precária de muitos cidadãos brasileiros faz do Centro Vocacional Tecnológico uma possibilidade de se questionar a situação social dentro da comunidade, transformando-a a partir das oportunidades que se apresentam ao se ter acesso à informação por meio do letramento.

A escolha do Centro Vocacional Tecnológico se dá, portanto, como objeto de pesquisa, devido ao fato de ser um projeto de inclusão, que envolve as três esferas públicas, presente no município da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A justificativa da relevância da pesquisa encontra-se na potencialidade que o Centro Vocacional Tecnológico pode ter para, junto à comunidade, desenvolver-se e tornar-se um espaço cultural, no qual ao mesmo tempo em que é de manutenção de uma mão de obra técnica é, também, espaço de conflitos e contradições que levam ao questionamento da realidade social.

Desse modo, apresenta-se o seguinte problema: Quais são, em termos de informação social e letramento informacional, as oportunidades e limitações, vivenciadas pelos alunos do projeto de inclusão digital, do Centro Vocacional Tecnológico Henfil, em Ribeirão das Neves, e como essas interferem no nível das ações desses sujeitos e na transformação de suas realidades históricossociais?

O objetivo foi de apreender, identificar e analisar as transformações ocorridas com os alunos participantes do projeto social de inclusão digital, do C.V.T. Henfil em Ribeiro das Neves. Isso, a partir das oportunidades propiciadas pela informação social e pelo letramento informacional, visando a compreender qual a interferência dessas em termos das ações desses sujeitos na transformação de suas realidades históricossociais.

Orientado por esse objetivo realizou-se a pesquisa de forma a apreender como seus resultados poderiam contribuir com sugestões de alterações no projeto original de inclusão digital do Centro Vocacional Tecnológico Henfil, adequando-o à realidade vivida pelos cidadãos nevenses.

Os efeitos dessas análises permitem-nos apresentar as considerações que podem provocar indagações necessárias para que haja alterações na estrutura do programa e, por conseguinte, transformações socioculturais na vida daqueles que o frequentarem.

Para tanto, este trabalho apresenta-se estruturado em cinco capítulos, mais a introdução e as considerações finais, conforme sintetizado a seguir:

CAPÍTULO II – O impacto do capitalismo informacional: a relação passado/presente – Faz um resgate histórico da construção da sociedade capitalista obtendo como resultado, neste século XXI, a Sociedade da Informação, em que se discute a sua relação presente com as ações passadas.

CAPÍTULO III – Marginalidade e exclusão social: uma dialética conceitual – A discussão se centra nos efeitos sociais da construção da sociedade capitalista, na qual a pobreza se torna o principal produto do capitalismo perverso. Para compreensão desse efeito, resgata-se o debate sobre a marginalidade e a exclusão social.

CAPÍTULO IV – *Inclusão e exclusão digital: uma leitura além dos indicadores clássicos* – apresenta uma busca por definições para o termo inclusão digital e, em meio a esse processo, a presença de discursos contraditórios da inclusão e da exclusão digital. São apresentadas, ainda, propostas de inclusão digital baseadas no letramento informacional e na cidadania, que podem contribuir para combater a marginalidade e a exclusão social.

CAPÍTULO V – *Percurso metodológico: uma abordagem etnográfica na ciência da informação* – Trata da metodologia da pesquisa, na qual se explicitam as opções adotadas, destacando-se uma abordagem etnográfica, por considerar a possibilidade de maior aproximação do sujeito no campo de pesquisa, a partir de um método capaz de contribuir para a análise qualitativa dos dados.

CAPÍTULO VI – *Realidade e dinâmica do CVT Henfil: as potencialidades e desafios na inclusão digital* – Apresenta as análises dos dados, coletados por intermédio da abordagem etnográfica com o uso das diferentes técnicas de pesquisas, onde se pode visualizar resultados que apontam transformações sócio culturais nas vidas dos entrevistados.

Há ainda, as considerações finais, nas quais se apresentam caminhos possíveis aos programas sociais de inclusão digital, para que se promovam a inclusão digital e as transformações nas localidades assistidas por esses programas.

*Sentimento do Mundo*³

*Tenho apenas duas mãos
e o sentimento do mundo,
mas estou cheio de escravos,
minhas lembranças escorrem
e o corpo transige
na confluência do amor.*

*Quando me levantar, o céu
estará morto e saqueado,
eu mesmo estarei morto,
morto meu desejo, morto
o pântano sem acordes.*

*Os camaradas não disseram
que havia uma guerra
e era necessário
trazer fogo e alimento.
Sinto-me disperso,
anterior a fronteiras,
humildemente vos peço
que me perdoeis.*

*Quando os corpos passarem,
Eu ficarei sozinho
Desfiando a recordação
do sincero, da viúva e do microscopista
que habitavam a barraca
e não foram encontrados
ao amanhecer*

*esse amanhecer
mais noite que a noite*

³ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do Mundo*. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.133.

2 O IMPACTO DO CAPITALISMO INFORMACIONAL: A RELAÇÃO PASSADO/PRESENTE

A compreensão, no presente, dos problemas relacionados à pobreza carece da luz dos fatos passados, tendo em vista que, de outro modo, o discurso capitalista tornará obscurecida a realidade sobre a desigualdade social.

A sofisticação do modo de produção capitalista também complexificou o sistema de exclusão do sujeito, o que exige uma compreensão do processo histórico de transformação da estrutura sócioeconômica.

Desse modo, analisar o impacto do capitalismo informacional no século XXI exige apreender, pelo menos, em parte os aspectos principais do processo histórico que tem como marco a revolução Inglesa e a Francesa, a partir do século XVII.

O resgate histórico se faz necessário quando se observa, no século XX, a reestruturação do sistema de produção capitalista, a partir da década de 1980, baseada na revolução da tecnologia da informação e comunicação (TIC). As transformações históricas não se fazem imediatas, mas em uma longa duração, o que remete as transformações do século XX às revoluções anteriores.

Assim, a lógica do capital, neste século XXI, é feita por meio da informação, instituindo uma nova estrutura social que ficou conhecida como a Sociedade da Informação, na qual estão presentes dois eixos, que Castells (1999, p. 51) defende serem fundamentais: o sistema de produção capitalista e o modo de desenvolvimento informacional.

No sistema de produção capitalista, a sua organização está fundamentada em classes sociais, nas quais os donos do capital controlam o poder e, portanto, definem as regras baseadas na experiência para que a produção seja realizada.

Para Castells (1999, p. 51), essa perspectiva teórica se fundamenta na produção, na experiência e no poder, sendo que a *“a produção é a ação da humanidade sobre a matéria”*,

já a “*experiência é a ação dos sujeitos humanos sobre si mesmos*” e o “*poder é aquela relação entre os sujeitos humanos*”.

Essas relações de produção do homem sobre a matéria, do homem sobre si mesmo e do homem sobre o outro apresenta o que Castells (1999, p. 52) menciona ser a produção um processo social complexo que relaciona os dois lados presentes na lógica do capital: os donos do capital e os donos da força de trabalho.

No modo de desenvolvimento informacional, a organização está fundamentada em quem controla a informação e, portanto, naquele que define a produção de bens materiais e serviços. Isso aprofunda a lógica do capital-informação, e reestrutura o sistema de produção capitalista, que se faz adequado aos interesses da economia informacional, controlada por um grupo privado e não pelo Estado.

Nessa relação de produção, ainda segundo Castells (1999, p. 53), “*cada modo de desenvolvimento é definido pelo elemento fundamental à promoção da produtividade no processo produtivo*”, o que faz da informação o eixo central para a produção de material simbólico por meio das novas tecnologias da informação e comunicação. E, a privatização das novas tecnologias tem contribuído para o capitalismo informacional.

No prefácio à segunda edição, de seu livro *A lógica do capital-informação*, Dantas (2002) resgata grande parte do processo de privatização da informação utilizando-se como caso emblemático a empresa de telecomunicações brasileira – a Telebrás. Assim, desenha um retrato das realidades vivenciadas na década de 1990, no Brasil, com os presidentes Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, em que o último opera a privatização que reduz as possibilidades de o país continuar a discutir, entre os maiores, sobre a produção e circulação das informações nas teles. E, quanto à Embratel, diz:

[...] O que era a maior, a mais importante e a mais espalhada rede de telecomunicações da América Latina – rede esta que, sob controle brasileiro, incluía cinco satélites de comunicações – não passa agora de um segmento de uma rede global, baseada nos (e controlada pelos) Estados Unidos (DANTAS, 2002, p. 55).

Desse modo, questiona-se: Qual seria, então, o objetivo de um governo ao privatizar a sua oportunidade de democratização do acesso à informação? Quais interesses, privados ou

públicos, estavam em pauta no momento de se decidir sobre o rumo das teles no Brasil? Quem saiu beneficiado nessa transação (além, é claro, dos Estados Unidos), para conquistar uma extensa rede de telecomunicações?

As perguntas que ficam, em nossas mentes, “martelando” nossos pensamentos na tentativa de se compreender o que aconteceu, não cessam por aqui. Na realidade, são muitas, quase infinitas, na busca de uma resposta diferente daquela que a realidade nos apresenta.

O modo de desenvolvimento informacional privatizado privilegia a burguesia em detrimento do proletariado que, de forma contraditória, arca com os custos públicos de manutenção do sistema econômico.

Assim, além da elite brasileira, indiferente ao aumento dos custos, quem saiu desse processo de privatização das teles com benefícios foram empresas estrangeiras, pois passaram a dominar o mercado e a controlar a informação circulante, que passou a ser vendida e não disponibilizada ao cidadão pelo Estado.

Desse modo, o cidadão deixa de existir para que, em seu lugar, apareça o cliente/consumidor, criando-se a Sociedade do Consumo, na qual nossos direitos de cidadão vão, aos poucos, dando espaço aos direitos do consumidor, que detém maior relevância na sociedade.

A valoração sobre o indivíduo é deduzida pelo consumo que se faz e não pelo seu papel políticossocial dentro da sociedade brasileira, perdendo-se o direito de cidadão em proveito do crescimento do direito de consumidor.

Dantas (2002, p. 245) opõe-se ao caminho seguido pela sociedade brasileira e sugere que seja desenvolvido um projeto capaz de atender às carências sociais do país, baseado nas tecnologias da informação, e que “[...], não servirá apenas à saúde pública, mas também à educação básica e superior, ao controle fiscal do Estado, à participação dos cidadãos na vida política etc.”.

Assim, tanto Dantas (2002, p. 246) quanto Castells (1999, p. 67) apontam a divisão internacional do trabalho, resultante de transformações no sistema de produção capitalista, como mecanismo do qual decorrem a exclusão e a miséria.

A divisão internacional do trabalho corresponde às revoluções pelas quais passou o modo de produção capitalista, em seu processo de transformação, sendo a última conhecida como a revolução informacional, ou, como define Castells (1999, p. 67), a “*revolução da tecnologia da informação*”.

O resgate do processo histórico de transformação do sistema econômico em capitalismo informacional também é defendido por Castells (1999, p. 68), como maneira de se compreender o que se vive hoje, no início do século XXI, a partir da percepção das características que envolveram as revoluções passadas pela humanidade, uma vez que, apesar das suas diferenças técnicas, cada revolução apresenta características que se assemelham.

[...] A primeira Revolução Industrial, apesar de não se basear em ciência, apoiava-se em um amplo uso de informações, aplicando e desenvolvendo os conhecimentos preexistentes. E a segunda Revolução Industrial, depois de 1850, foi caracterizada pelo papel decisivo da ciência ao promover a inovação (CASTELLS, 1999, p. 68).

Não obstante ao resgate histórico, Castells (1999, p. 71) sugere que a compreensão do presente possa estar no passado que o ilumina, tornando-se, assim, possível enxergar a totalidade e a historicidade do processo histórico.

Para tanto, enxergando a importância da revisão histórica, como menciona Reis (2007, p. 14-15) “[...], nos termos colocados por Alberti (2004), de que rever o passado se faz, não no sentido de sua reificação, mas fundamentalmente como instrumento de ação”, faz-se necessário um caminhar histórico mais complexo que fundamente a práxis.

Busca-se, portanto, baseando-se nas obras de Eric Hobsbawn, apreender a importância dos acontecimentos históricos e revisitar a era das revoluções, haja vista a relevância dos seus trabalhos bem como as análises detalhadas e críticas das revoluções que abalaram o mundo e que de forma global permite-nos rever o passado com vistas a realizar uma leitura crítica do presente.

2.1 Revisitar a era das revoluções: perspectivas e impactos no contexto informacional

O Historiador Eric Hobsbawm nos apresenta, por meio de sua vasta obra, especialmente – *Era das Revoluções, Era do Capital, Era dos Impérios e Era dos Extremos* – os aspectos significativos e de relevante importância para a compreensão das diferentes etapas de desenvolvimento social, possibilitando-nos revisitar, de maneira crítica, o movimento histórico da sociedade entre os séculos XVII e XIX, quando o iluminismo inglês e o liberalismo francês reforçaram as pretensões revolucionárias da classe burguesa. Uma classe preocupada em construir um estado que lhes proporcionasse liberdade o suficiente para que se desenvolvesse a ideologia capitalista livre do poder monárquico, para comercializar e transformar a estrutura social. Porém, tal posição levou o mundo ao extremo, no século XX, quando buscou construir impérios, fato que resultou em duas grandes guerras.

Assim, o que se pretende com Hobsbawm é:

[...] entender e explicar um mundo em processo de transformação revolucionária, localizar as raízes de nosso presente no solo do passado e, talvez sobretudo, ver o passado como um todo coerente e não (como a especialização histórica tantas vezes nos força a vê-lo) como uma montagem de tópicos isolados: a história de diferentes Estados, da política, da economia, da cultura ou outros (HOBSBAWN, 1998, p. 11).

A historicidade e a totalidade dos fatos exigem essa compreensão e não apenas um entendimento pulverizado dos fatos isolados do passado como se fossem blocos independentes de informação do ocorrido.

2.1.1 A Era das Revoluções: Inglesa e Francesa

Em *A Era das Revoluções*, conforme análise de Hobsbawm, visualiza-se uma sociedade agrária, ainda sob o controle monárquico absolutista, buscando uma transformação estrutural por intermédio dos ideais burgueses de industrialização para fazer jus a um Estado Moderno. E, mais que isso, a nova classe, que se formava, buscava comercializar livre do controle da monarquia. A burguesia passava a controlar o poder de decisão social, política e econômica. Suas ações por meio das revoluções Inglesa ou Gloriosa e Francesa que levaram, inicialmente,

o mundo europeu às transformações radicais em sua estrutura, foram responsáveis pelo fortalecimento de uma nova visão de mundo, capitalista, em “[...] *que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental*” (HOBSBAWN, 1977, p. 47).

Em fins do século XVII, a revolução Inglesa já apresentava, como resultado histórico, as condições necessárias para que a primeira revolução industrial acontecesse, subjugando os camponeses aos trabalhos fabris.

Instaurava-se definitivamente o modo de produção capitalista, em que a divisão do trabalho seria afirmada dentro das fábricas, onde as condições de trabalho, impostas ao trabalhador, reforçaram, de forma simbólica, o poder capitalista.

A perspectiva que visualiza a revolução industrial como responsável por transformações sociais capazes de impactar o contexto informacional é pertinente, uma vez que suas consequências sociais foram sentidas por todos e, principalmente, pelos trabalhadores das fábricas.

Suas mais sérias consequências foram sociais: a transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social. E, de fato, a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 [...]. O descontentamento não estava ligado apenas aos trabalhadores pobres. Os pequenos comerciantes, sem saída, a pequena burguesia, setores especiais da economia eram também vítimas da revolução industrial e de suas ramificações (HOBSBAWN, 1977, p. 55).

Portanto, a revolução industrial ampliou, pela divisão do trabalho, a divisão social entre classes, possibilitando o desenvolvimento do sistema capitalista, a partir da exploração dos proletários pelos burgueses que acumulavam os lucros responsáveis por financiar a industrialização.

A defesa de que a influência econômica, da revolução Inglesa, e a política, da revolução Francesa, tornaram possível o modo de produção capitalista e, mais, afirmaram a divisão do trabalho e da sociedade entre burgueses e proletários pode ser confirmada nas análises de Hobsbawn (1977, p. 71). O mundo moderno estava sendo formado a partir da transformação

na estrutura sócioeconômica, que envolvia o trabalho e o lazer do indivíduo que produzia e consumia.

Essas idéias criaram condições para que outras revoluções acontecessem pelo mundo, transformando a sociedade global, a partir da revolução Industrial e da Liberal, as quais, apesar de transformarem o mundo, apresentaram crises advindas das lutas de classes.

Em resposta à crise econômica capitalista, um movimento revolucionário socialista, apoiado pelos trabalhadores e camponeses, ficou conhecido como a Primavera dos Povos, transformando o mundo e atingindo um âmbito global em 1848 com as lutas operárias.

Para Hobsbawn (1977, p. 130), o que se visualizou em 1848 foi uma explosiva mobilização do povo para a política, uma vez que havia um descontentamento crescente daqueles que se encontravam à margem do processo.

Entretanto, a revolução industrial se fez mais forte, pois o capitalismo foi se transformando e se adaptando às realidades e conflitos das classes sociais. Isso enfraqueceu as revoluções populares, pois apesar de os militantes enxergarem o jogo simbólico de convencimento da liberdade, igualdade e fraternidade, não conseguiram fazer frente ao poder de dominação e à desigualdade social.

A primeira revolução industrial foi capaz de transformar toda a estrutura políticossocial, reforçando o ponto de vista de que a riqueza material seria resultante das conquistas democráticas.

O feitiço do capital, pregado pelo burguês ao operário, de que com muito trabalho ele poderia chegar a ser um burguês, levou o trabalhador a buscar a semelhança com os opressores. E, a divisão social se apresentou cada vez mais ampliada, devido aos avanços tecnológicos.

Dessa forma, avanços industriais levaram a sociedade à produção em massa de produtos como o algodão, aço entre outros responsáveis pela transformação da economia mundial.

As inovações tecnológicas, implementadas durante a revolução industrial, foram responsáveis por construir um ambiente propício às novas revoluções que surgiram pelo mundo,

expandindo as habilidades operacionais dos seres humanos, responsáveis pela produção em larga escala.

As ideologias nacionalistas e liberais atingiram o mundo e influenciaram os caminhos e as decisões tomadas, contribuindo, ainda mais, para o desenvolvimento do capitalismo e as transformações na estrutura da sociedade.

Os centros industriais transformaram o mundo e criaram periferias em torno do que ficou conhecido como espaço urbano – industrialização e urbanização. Contribuíram, ainda, para a construção de novos parâmetros sociais de pensamento. Novas ciências surgiram para responder aos problemas resultantes da sociedade industrializada e urbanizada que promoveu também o surgimento da periferia.

Desse modo, o mundo transformou-se com o desenvolvimento do capitalismo, o qual impactou vários espaços: do trabalho, do lazer, entre outros. *“A era revolucionária, portanto, fez crescer o número de cientistas e eruditos e estendeu a ciência em todos os seus aspectos (HOBBSAWN, 1977, p. 304).”* No entanto, a desigualdade mostrava-se cada vez mais forte dentro da sociedade capitalista.

O capital – ouro e papel moeda – movimentou a sociedade que se apoiou na razão, na ciência, no progresso e no liberalismo para justificar o desenvolvimento econômico e a existência de pessoas pobres e miseráveis.

Por outro lado, a desigualdade social se justificou no progresso conquistado nas indústrias, mesmo que o preço pago, pelo povo, para o progresso fosse a pobreza. Assim, a era do Capital confirmou o avanço econômico de um momento histórico desigual.

2.1.2 A Era do Capital: razão, ciência, progresso e liberalismo

As transformações industriais e políticas ocorridas na sociedade, no século XIX, validadas na razão, ciência, progresso e liberalismo, conduziram a história da humanidade, nos séculos XX e XXI. Seria o triunfo de uma nova classe social.

A história de nosso período é, portanto, desigual. Ela é basicamente a do maciço avanço da economia do capitalismo industrial em escala mundial, da ordem social que ele representou, das idéias e credos que pareciam legitimá-lo e ratificá-lo: na razão, ciência, progresso e liberalismo. É a era da burguesia triunfante, embora a burguesia européia ainda hesitasse em assumir uma ordem política pública. Para isso – e talvez apenas para isso – a era das revoluções ainda não havia terminado. [...] (HOBSBAWN, 1996, p. 21).

A burguesia consolidou uma ordem social legitimada nos valores que a sociedade considerou de extrema relevância: razão, ciência, progresso e liberalismo. Fundamentada nesses valores a sociedade se conduziu, cada vez mais, em direção ao capitalismo informacional.

A burguesia, por meio de uma violência moral, legitimou a ordem e o progresso como elementos necessários para se construir uma sociedade igualitária, mas o que se viu foi a reprodução de uma sociedade desigual de ordem para muitos e progresso para poucos.

O ritmo imposto à sociedade pelo progresso burguês fez com que o mundo capitalista se desenvolvesse e buscasse novos mercados consumidores capazes de consumir tudo e qualquer mercadoria material e imaterial, mesmo que desnecessária à condição básica de vida.

O “*drama do progresso*” atingiu a todos, dividindo a sociedade entre aqueles que controlam o progresso e aqueles que sofrem com esse. A divisão entre os vitoriosos e as vítimas fez nossa sociedade ainda mais desigual. Não que ela não fosse desigual antes da revolução industrial, mas os rumos econômicos definidos pelo capitalismo amplificaram a desigualdade social.

O avanço tecnológico promovido pela ‘ciência positiva’ na sociedade levou o mundo a compreender a si mesmo por meio de uma visão de mundo dita completamente imparcial dos fatos históricossociais.

A pretensão humana, em quase todos os espaços nervosos, fez com que o ser humano construísse impérios sobre outros seres humanos, desprezando a condição humana e grande parte da cultura desenvolvida até o final do século XIX.

As transformações sociais necessárias não ocorreram, pois os interessados nelas eram os proletários. Já os burgueses, um dia revolucionários, agora se tornaram conservadores da

ordem instituída. Essa idéia pode ser vista em Hobsbawn (1996, p. 42), que afirma que “[...] *a burguesia deixara de ser uma força revolucionária*”.

No entanto, o capitalismo recebeu vários estímulos para que seu desenvolvimento acontecesse, atingindo todo o mundo. Dessa forma, impérios europeus dominaram e predominaram preponderantemente sobre países africanos e asiáticos, explorando a sua matéria-prima para alimentar as indústrias tecnologicamente desenvolvidas, com base científica, para devolver aos explorados, em forma de produto, as mercadorias a serem consumidas, quase sem necessidade. Para Hobsbawn (1996, p. 81), “[...] *é verdade que o ‘mercado mundial’, aquela precondição crucial e característica da sociedade capitalista, estava já havia longo tempo se desenvolvendo.*”

A tecnologia surgiu como acelerador para a economia mundial, tornando possíveis negócios em regiões antes impensáveis para o comércio internacional. Os trilhos, o vapor e o telégrafo foram partes atuantes nesse processo. A informação tornou-se, cada vez mais, responsável pela globalização do capital.

O interesse da burguesia de se tornar detentora de um império global, no qual suas idéias seriam consumidas juntamente com seus produtos começou a dar lugar a um império ambicioso e incapaz de lidar com tensões movidas pelo capital.

Os sonhos capitalistas de construir impérios pelo mundo possuíam como lógica a de subjugar povos e nações inteiras aos interesses econômicos de nações revolucionárias como a Inglaterra e a França, que colonizaram parte do mundo, principalmente a África e a Ásia.

O poder de dominação se fez por meio de armas simbólicas e de fogo, destruindo culturas inteiras que se mostraram frágeis perante o parque industrial dessas potências tecnologicamente desenvolvidas. Isso acabou por criar espaços de miséria e fome pelo mundo colonizado.

Vivia-se, portanto, a era dos impérios.

2.1.3 A Era dos Impérios: o poder de dominação

Em *A Era dos Impérios*, o que Hobsbawm fez, somando-se aos demais estudos, foi analisar o período que antecedeu às grandes guerras mundiais, responsável, em parte, pelos acontecimentos históricos que prosseguiram ao fim do século XIX e início do XX, logo, as ações imperialistas da Inglaterra e da França, colonizando porções de terras espalhadas pelo globo terrestre, geraram guerras civis e mundiais, uma vez que se desarticularam políticas locais e mundiais em proveito de interesses capitalistas.

A violência simbólica se fez presente e o uso da língua inglesa e francesa foram impostos como forma de dominação e de destruição da cultura local, construindo-se uma cultura diferente e sem identidade, o que gerou novos conflitos entre grupos sociais que buscavam se afirmar dentro de um espaço social desestruturado pela dominação imperialista.

As colônias, na África e na Ásia, tornaram-se periferias das metrópoles industrializadas que exploravam as riquezas naturais disponíveis nessas regiões. Dessa forma, desenhou-se uma nova geografia mundial, fundamentada em uma política de expansão territorial sobre os povos fragilizados, devido à instabilidade política e econômica, o que fez com que o mundo assumisse formas geográficas cujos habitantes passaram a se estranhar em conflitos civis.

Os governantes dos países industrializados, apesar de terem consciência da condição de pobreza existente, percebiam nessa a possibilidade de riqueza. Assim sendo, os impérios foram construídos na existência da miséria do outro, oprimido e explorado.

Para Hobsbawm (1998, p. 25) são muitos mais os paradoxos na história de *A Era dos Impérios*, que podem ajudar a responder o que “[...] ninguém, nem sequer o melhor dos profetas, entendeu realmente [...]” que foi a realização das grandes guerras mundiais, levadas ao extremo da ação humana, capazes de dizimar povos.

Desse modo, a compreensão dos fatos que antecedem às grandes guerras é tão complexa quanto às próprias guerras mundiais. Portanto, os impactos sobre a nova estrutura social, que se constrói a partir de um capitalismo reestruturado, apresentam-nos uma sociedade multifacetada.

Questiona-se sobre as reais transformações ocorridas pelo mundo após mais de cem anos de revolução americana inglesa ou Independência dos Estados Unidos (1876) e da revolução Francesa (1889), uma vez que o mundo ainda sofre com desigualdades e explorações que não condizem com os movimentos realizados nas duas revoluções.

Contudo, enquanto num sentido o mundo estava se tornando demograficamente maior e geograficamente menor e mais global – um planeta ligado cada vez mais estreitamente pelos laços dos deslocamentos de bens e pessoas, de capital e comunicações, de produtos materiais e idéias -, em outro sentido este mundo caminhava para a divisão (HOBSBAWN, 1998, p. 31).

Assim, o mundo sofreu com suas disparidades, apesar de a classe alta e a média, pertencentes aos países que já haviam passado pelas revoluções industriais, tentarem viver como se isso não fizesse parte da realidade.

Hobsbawn (1998, p. 32) apontou que, após cem anos de Revolução Francesa, a desigualdade se fez cada vez mais presente na sociedade, na qual *“a tecnologia era uma das principais causas dessa defasagem”*, o que tornou os países mais pobres e atrasados em objetos de fácil dominação e exploração.

A desigualdade era o reflexo de um mundo dividido entre dominante e dependente, produzidos por um sistema econômico adequado aos interesses do primeiro, excluindo o segundo da participação nas decisões.

Essa visualização do mundo foi caracterizada por Hobsbawn (1998, p. 3) como dividido em *“[...] dois setores que, combinados, formam um sistema global: o desenvolvido e o defasado, o dominante e o dependente, o rico e o pobre”*.

Logo, a dominação política e econômica ultrapassou as fronteiras, que se tornaram indefinidas perante as conquistas, principalmente econômicas, realizadas pelo setor desenvolvido, dominante e rico. A expansão territorial que ultrapassou mares e oceanos levou a exploração do setor defasado, dependente e pobre, aos quatro cantos do mundo.

Essa condição humana foi caracterizada por Hobsbawn (1998, p. 50), ao enfatizar a tristeza que tomava conta do proletariado, que buscava sua esperança nas migalhas deixadas pelos

capitalistas, por meio de um teto, poucas roupas e um salário “*suficiente para manter corpo e alma juntos*”.

Dessa forma, o setor desenvolvido não parava de explorar o proletariado, que já não conseguia se manter vivo para trabalhar nas fábricas que alimentavam o mercado com produtos industrializados.

Muitos trabalhadores migravam com o intuito de mudar de vida, para outras regiões do mundo, principalmente aquelas que se mostravam possíveis de se desenvolver, como a América do Sul. Assim, muitas famílias de italianos, portugueses e alemães vieram para o Brasil em busca de uma vida melhor.

O mundo começou a visualizar um conflito que se fez presente internamente ao setor desenvolvido e rico, e não apenas entre esses e o setor defasado e pobre, como havia se enxergado antes nesse processo histórico.

Países como a Alemanha e a Itália sofreram as crises econômicas nas décadas de 1870 a 1890, levando-as a buscar soluções em outros espaços, já explorados por nações como a Inglaterra e a França entre outras, também, desenvolvidas.

A rivalidade entre nações desenvolvidas iniciou um conflito internacional pela disputa do mercado mundial. A hegemonia inglesa parecia ameaçada por potências européias que buscaram também explorar colônias na África, na Ásia e na América Latina.

A supremacia econômica e militar levou nações européias a se autodenominarem impérios, que se caracterizaram devido à prática do imperialismo colonial. E foram essas nações: Alemanha, Áustria, Rússia, Turquia, Grã-Bretanha, Itália entre outras que levaram o mundo ao extremo das ações humanas – a guerra mundial.

Os interesses econômicos, desenvolvidos dentro de um sistema de produção capitalista, que se apoiou no imperialismo colonial transformaram a geografia mundial, correspondendo aos jogos políticos de exploração, praticados pelos impérios que buscaram uma economia global única. Essa idéia que pode ser comprovada nas análises de Hobsbawn (1998, p. 95) que aponta ser esse “*o fator maior do século XIX*”.

A necessidade, por parte de algumas economias desenvolvidas, de um novo mercado consumidor levou à disputa pelos espaços já dominados na África, Ásia e América do Sul.

A sociedade sofreu transformações nas suas estruturas sócio culturais, que refletiram nos diversos níveis, atingindo todas as pessoas e, principalmente, os grupos organizados, que lutaram pelas idéias socialistas e igualitárias.

Essas transformações atingiram as ciências que, de alguma forma, corresponderam ao desenvolvimento técnico da economia industrial, ocorrido tanto na primeira quanto na segunda revolução industrial. E, surgiram, então, novas tecnologias que interessaram ao setor desenvolvido, correspondendo ao seu poder de dominação territorial, com guerras e destruições.

Hobsbawn (1998, p. 424) define essa inovação como “*tecnologia da morte*”, correspondendo ao rápido desenvolvimento industrial e aos interesses de um grupo economicamente dominante que se preocupou em se preparar militarmente, para apresentar-se como potência mundial hegemônica.

A manutenção da ordem dominante e a proteção contra nações rivais levaram essas potências ao extremo, contra tudo e contra todos que tentaram destruir o império desses grupos e dominar o seu mercado consumidor.

2.1.4 A Era dos Extremos: contra tudo e contra todos

Em *A Era dos Extremos*, em sua totalidade, há um entrelaçamento de interesses que nos remetem ao contraditório e dialético, necessários à história da humanidade, que não poderia ser construída sem haver o diálogo entre partes contrárias. Mas, esses interesses se mostram sangrentos e destruidores por causa das ações estratégicas militares nas guerras mundiais.

A catástrofe sobre o mundo, como consumação da ação trágica, exige compreender todo o período que forma uma nova sociedade, levando a entender que tais conflitos foram travados

“*contra a economia e a infraestrutura de Estados e contra suas populações civis*”, conforme Hobsbawn (1995, p. 23).

Paradoxalmente, os processos históricos se fizeram na vida das pessoas que viram o avanço tecnológico e o retrocesso humano, o desenvolvimento econômico e a pobreza mundial e a Revolução Russa e a transformação capitalista.

A Primeira Guerra Mundial e a Segunda Grande Guerra foram o ápice na história da humanidade quanto à disputa entre grupos hegemônicos e grupos ascendentes, por mercados internacionais. Tornar-se hegemonia era a meta, mas, para tal, as potências hegemônicas, respectivamente nas grandes guerras, Inglaterra e Estados Unidos, deveriam ser destruídas por aqueles que desejavam o lugar de dominação.

Essa estratégia pode ser vista em Hobsbawn (1995, p. 54) como “[...] *o conflito entre beligerantes avançados que era não apenas de exércitos, mas de tecnologias em competição para fornecer-lhes armas eficazes e outros serviços essenciais*”.

O uso da tecnologia e de serviços de informação nas grandes guerras exigiu, cada vez mais, uma rapidez no desenvolvimento de novas ferramentas e serviços, como também uma resposta das nações envolvidas ao processo competitivo de defesa, também da hegemonia.

O impacto dessas necessidades foi de um grande investimento em “*tecnologia da morte*” para uso em combate, para matar e não para salvar vidas, nem mesmo para resolver o impasse político que se seguiu à guerra. E, muito menos para reduzir a desigualdade social e minimizar a fome e a miséria nas regiões exploradas pelas nações imperialistas.

Desse modo, o uso indiscriminado dessa tecnologia principalmente na Segunda Guerra Mundial, para dominação do inimigo, apresenta-nos um projeto de sociedade baseada na divisão entre burgueses e proletários, vitoriosos e derrotados, e vivos e mortos.

O problema da pobreza entre outros, resultantes das transformações no sistema econômico, para atender aos interesses da elite burguesa, mostrou-se tão menos importante quanto às vidas que se foram nas guerras.

O que realmente importou? Manter a hegemonia e o controle sobre o mercado internacional? E quanto às vítimas do capitalismo? E quanto às vítimas da guerra? Essas, na análise de Hobsbawm, parecem que pouca importância representaram aos capitalistas.

[...] A tecnologia tornava suas vítimas invisíveis, como não podiam fazer as pessoas evisceradas por baionetas ou vistas pelas miras de armas de fogo. [...] As maiores crueldades de nosso século foram as crueldades impessoais decididas a distância, de sistema e rotina, sobretudo quando podiam ser justificadas como lamentáveis necessidades operacionais (HOBSBAWN, 1995, p. 57).

O progresso técnico e tecnológico não cessou mesmo em período de guerras e depressões econômicas, apresentando, pelo contrário, uma presença crescente na vida dos militares e civis. E, continuou com sua onda de crescimento, paralelamente a uma crescente onda de desigualdade social.

O pós-guerra mostrou-se tumultuado, devido à Guerra Fria, levando as grandes potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, a investirem, cada vez mais, em tecnologia como sinônimo de potência militar. A informação é visualizada como elemento essencial para a economia capitalista, podendo ser responsável tanto pela legitimação do *status quo*, que muito a burguesia buscou, quanto pelas possibilidades de mudança buscadas pelos proletários, agora, na Sociedade da Informação.

Esse resgate histórico apresenta-nos registros importantes para entendermos a problemática informacional que foi construída no âmago da sociedade, em pleno Século XX, baseada nas tecnologias da informação e comunicação. Afinal, há uma relação passado/presente que nos auxilia nessa compreensão da problemática informacional na Sociedade da Informação.

2.2 Problemática informacional: legitimação do status quo ou possibilidades de mudança

Mattelart (2006, p. 8) ao resgatar a *História da sociedade da informação*, corroborando com Hobsbawm, sugere a existência de um esquema de interesses político, econômico e militar desde períodos históricos que antecedem à primeira revolução industrial.

O surgimento da classe burguesa e o desenvolvimento de uma política econômica liberal capitalista movimentaram a sociedade em direção “*das novas forças naturais, do mercado e da tecnologia*”.

A ciência e o mercado corresponderam aos interesses da nova classe social que buscou construir uma sociedade baseada no comércio e na exploração de novos mercados, consumidores de inovações tecnológicas. O movimento da comunidade global atendeu à vontade de uma classe que buscou o lucro no consumo das novas tecnologias e indústrias de comércio.

Mattelart (2006) apresenta o caminho epistemológico da Sociedade da Informação, relacionando aos fatos históricos do pensamento científico tecnológico os interesses da classe industrial.

[...] Assim tratada, a história da humanidade se divide em três eras: a comunicação natural, oral e gestual, que mobiliza todos os sentidos, era do pensamento mágico e do ritualismo; a era da tirania da visão, aberta pela escrita alfabética e pela imprensa, era do racionalismo abstrato e do nacionalismo; a era da transmissão eletrônica que consagra o retorno de toda a gama sensorial, era de um novo tribalismo, agora planetário (MATTELART, 2006, p. 73).

Desse modo, a informática é utilizada para transformar as relações socioeconômicas, como as tecnologias de produção, na primeira revolução industrial, também o fizeram. E, ainda, como os resultados de pesquisas científicas aplicadas à indústria, contribuindo com reflexões sobre os novos problemas de uma sociedade industrializada e urbanizada.

A era das revoluções apresenta-se repleta de transformações direcionadas pelos interesses da elite burguesa que busca construir uma sociedade ideologicamente controlada. Além de visualizar na Sociedade da Informação, o controle da informação por meio das novas tecnologias – um novo poder.

[...] As origens do novo poder são a informação livre (criada pelo marketing, pela televisão e pela mídia, pela propaganda, sem ‘compensação financeira’); a informação comercial, que tem um preço e é o princípio do comércio eletrônico; a informação estratégica, tão velha quanto a espionagem [Keohane e Nye, 1998] (citado por MATTELART, 2006, p. 138).

As tecnologias de informação e comunicação representam, na Sociedade da Informação, uma arma poderosa de manipulação e controle de ideologias que transformam o mundo – “*o mundo se metamorfoseia em ‘comunidades de consumo’*”.

Para responder ao consumismo exagerado das classes burguesas enquanto os proletários sobrevivem em condições precárias abaixo da linha da pobreza, programas sociais buscam alternativas baseadas também na tecnologia da informação e comunicação.

No entanto, a História da Humanidade registrou acontecimentos resultantes da transformação na consciência social do povo que, apesar do distanciamento do poder, busca participação política e econômica nas decisões realizadas na sociedade. Visualiza-se uma revolução informacional utópica, capaz de solucionar muitos problemas sociais mas, ao mesmo tempo realista, capaz de nos mostrar as terríveis condições nas quais vivem os excluídos sociais.

Essa dialética, para Lojkine (2002, p. 27), também aparece quando “[...] *tecnólogos, prospectivistas e sociólogos ‘do trabalho’ questionam-se sobre o sentido a ser atribuído às mutações tecnológicas que assinalam este fim de século*”.

As abordagens, de fato, repousam sobre dois campos que se excluem mutuamente, o que conduz a um diálogo de surdos: de um lado, o tempo longo de grandes perspectivas históricas, as ‘utopias’ dos engenheiros exploradores das ‘potencialidades’ dos sistemas tecnológicos; de outro, o tempo curto da vida cotidiana nos locais de produção, onde o sociólogo tem o prazer de desmascarar o fosso que separa as belas promessas dos vendedores de materiais ou dos dirigentes de empresa da ‘realidade’ que é o trabalho precário, a intensificação do trabalho, a divisão entre os ganhadores e os excluídos da ‘modernização’ tecnológica (LOJKINE, 2002, p. 27).

Os novos tempos surgem baseados em novas tecnologias da informação, reorganizando o mundo do trabalho, sem alterar a sua essência. Agora, a informação disponibilizada ao trabalhador o faz capacitado para novas tarefas e continua retirando do seu tempo a sua condição de transformação.

Na realidade social, o desenvolvimento tecnológico foi acompanhado pelos processos de produção e comercialização, em que a divisão social não sofreu grandes mudanças ou transformações impactantes, mas apenas se reorganizou para acompanhar as inovações de mercado.

O que se visualiza com essas formas novas de organização técnica do trabalho é um velho conflito social entre os atores responsáveis pelo decidir e o executar, responsável pela produção da pobreza.

No entanto, qualificar os trabalhadores para execução de atividades que exigem habilidades tecnológicas continua a atender aos interesses daqueles que detêm o capital, contrário do que se pensa funcionar como uma forma de letramento – informacional – do trabalhador, apesar de pontuar a criação de um espaço e de tempo de aprendizagem capazes de fomentar a luta por melhores condições e participações sociais.

Há, ainda, uma relação antagônica entre o espaço de trabalho e o sistema social, que faz a diferença no uso das mesmas tecnologias. Dessa forma, tecnologias idênticas podem ser utilizadas de formas diferentes, dependendo das relações existentes e que interferem sobre elas.

Sendo assim, a Revolução Informacional é a soma das forças produtivas materiais e das humanas. A complexidade do sistema está exatamente na combinação de ambas as forças, construindo-se um espaço novo. Afinal, toda ação humana, mesmo técnica, e que envolva a máquina, é resultante do pensamento humano.

A reação aqui não anula a ação, mas soma-se à primeira enquanto um processo de aprendizagem durante o trabalho realizado, de forma técnica, pelo ser humano.

Desse modo, mesmo que a técnica seja utilizada na revolução industrial para manipular e controlar a ação humana, durante a execução da força produtiva, haverá um pensamento humano reagindo ao tecnicismo, sem anulá-lo, mas contribuindo para o desenvolvimento de ambas as forças produtivas materiais e humanas, como sugere Lojkine (2002).

Vale ressaltar ainda que apesar de o ser humano estar desenvolvendo suas funções motoras (inteligência operatória e da memória), isso não implica o desenvolvimento da consciência reflexiva.

Caminha-se, “*pela união incessante de contrários*”, para a inclusão de cidadãos/trabalhadores excluídos do processo como condição de formação desses para atender à demanda do

mercado de trabalho, ou seja, em outras palavras, as mesmas técnicas e tecnologias que proporcionam a exclusão propiciam uma possibilidade de inclusão de maneira dialética – tese e antítese.

Contrariamente às lousas à cotidianidade ‘sensual’, que reduzem a ação humana a uma ‘comunidade (cega?) de afetos’, as novas e imensas possibilidades de acesso e de difusão de miríades de informações colocam dois problemas maiores, a serem assumidos pela primeira vez pela humanidade:

- interpretar o sentido do que regula os fluxos e as massas em todas as esferas da sociedade;
- intervir para, por sua vez, criar sentido e dar sentido à vida cotidiana – e este problema já não constitui mais um domínio reservado apenas aos magos, escribas, padres, à intelligentsia, aos antigos depositários do sentido e da identidade sociais (LOJKINE, 2002, p. 110).

Da revolução industrial para o que se denomina revolução informacional, os conflitos na sociedade antes surgiam “*nas esferas da reprodução material*” e, atualmente, da “*reprodução cultural*”, em que o simbólico apresenta-se mais valioso que o objeto.

Desse modo, as funções informacionais assumem o papel de moeda nas transformações sociais ocorridas na revolução informacional, em que a padronização dos serviços prestados contribuiu para a informatização dos processos, antes realizados manualmente, mas que depois interferiu na estrutura social, com a nova distribuição de trabalho.

A civilização mercantil e capitalista moderna responde por grande parte dos princípios dominantes do modelo mecanicista, em que a estrutura do capitalismo ocidental apresenta, por meio da revolução industrial (material) e, posteriormente, da revolução informacional (imaterial), regulações no trabalho e no lazer.

São regulações no momento em que o ser humano age como se fosse mais um equipamento que executa ações repetitivas de produção do que reflexivas e críticas perante o processo de produção de bens imateriais e serviços. Mas, que, envolto nesse processo, o ser humano pode conscientizar-se e questionar a situação posta, de forma crítica.

Lojkine (2002, p. 149) defende que a primeira (da ação repetitiva) é “*uma concepção elitista e tecnocrática*”, enquanto a segunda visão (da reflexiva) “*uma concepção autogestionária*”, respectivamente exclusão e inclusão do cidadão/trabalhador.

Assim, e mais uma vez, o que se visualiza são duas condições antagônicas que dizem respeito à dialética da tecnologia, em outras palavras, a tecnologia pode tanto excluir quanto incluir e o que determina qual resultado se atinge é a maneira como a mesma é utilizada.

Essa resultante dualista das novas tecnologias tem suas causas, para Lojkine (2002, p. 152), nos círculos viciosos baseados em quatro fatores, que são: definição de regras diferenciadas para grupos específicos; informações estratégicas centralizadas em quem detém o poder; a exigência de trabalhadores continuamente qualificados; e a manipulação do trabalhador assalariado por meio de relações de poder paralelas.

As revoluções industriais criaram condições necessárias para que o operário, trabalhador assalariado, fosse condicionado ao ritmo “mecânico” de realizar as tarefas, o que não criou possibilidades de se construírem processos diferentes de aplicação da técnica ou mesmo de se questionar a respeito desses.

A informação está presente na história há tempos, mas sua utilização sofreu modificações a partir da revolução industrial, em que as máquinas transformaram as relações sociais que sofreram impactos temporais e espaciais. A urbanização e as horas passadas nas fábricas interferiram na vida social do trabalhador que não tem mais tempo disponível para participar dos espaços culturais responsáveis pela construção de uma consciência crítica.

Nessa lógica, Lojkine (2002, p. 186) defende que a produção antes não mercantilizada recebia um significado social – solidário – de troca, ou mesmo doação. E, depois recebeu um significado de valor econômico para compra e venda.

Logo, o compromisso social do produto (material ou imaterial) é quem dita seu valor econômico na sociedade, o que o torna mais ou menos valioso, dependendo de sua responsabilidade social.

Entretanto, a divisão mercantil das pessoas cria vários espaços que se apresentam reforçando a divisão cultural e conseqüentemente a divisão social e, também a digital. O que se visualiza são dois grupos na dialética dos que possuem e dos que não possuem acesso às condições necessárias a uma vida política, social e cultural ativa, nos moldes do direito do cidadão.

Lojkine (2002, p. 248) aponta como possibilidade de redução da divisão social a valorização das relações sociais entre os grupos divididos e não a valorização dos suportes tecnológicos, ou em outras palavras, está no suporte social realizado pelos cidadãos a possibilidade de transformação. A transformação seria social e não enfaticamente tecnológica, corroborando com Hobsbawn e Mattelart.

[...] falar em ‘revolução informacional não passa sem riscos nem ambiguidades, tanto mais que não limitamos a revolução informacional à sua exclusiva dimensão tecnológica, mas a estendemos a todos os aspectos estratégicos da informação, isto é: a todos os aspectos pelos quais uma informação confere sentido à miríade de informações que saturam a nossa vida cotidiana – estratégia econômica, política, mas também arte, ideologia, ética. Ora, como falar de ‘revolução’ na ausência de qualquer suporte social evidente? Quais são os atores e os movimentos sociais que a implementam? (LOJKINE, 2002, p. 307).

Desse modo, não seria a tecnologia a responsável pela transformação social de inclusão, mas a melhoria nas relações sociais entre os atores, reduzindo a distância entre eles, que se preocupariam com o compartilhamento da informação e o uso crítico ao invés da competição mercantilista e pouco reflexiva, visualizada já no projeto burguês de sociedade liberal.

No entanto, Gilberto Dupas (2001, p. 13) corrobora com a idéia defendida por Hobsbawn de que o grande progresso material conquistado por meio das novas tecnologias paradoxalmente apresentou “*desemprego, depressões cíclicas, população indigente em meio a um luxo abundante e o Estado em crise*”. Assim, a relação social, a partir da informação, estaria perdendo forças para uma relação mais comercial e material.

[...] Com todos esses progressos, devíamos esperar que as ideologias voltassem a aplaudir os maravilhosos triunfos da ciência e da mente humana. No entanto, o novo século se inicia em estado de inquietação (DUPAS, 2001, p. 14).

Portanto, os problemas presentes no final do século XX e início do século XXI dizem respeito “[...] a valores éticos e normas morais, aumento da concentração de renda e da exclusão social, perigo de destruição do *hábitat humano*” entre outros mais, conforme Dupas (2001, p. 15).

O desemprego, a concentração de renda e a exclusão social estão presentes na Sociedade da Informação, apesar de muitos pesquisadores defenderem a redução dos valores referentes a

essas categorias de análise social. Mas, cabe, na prática, uma mudança no uso da tecnologia da informação e comunicação, como ferramentas relacionais. Vejamos a postulação de Dupas:

Não se trata de ir contra o desenvolvimento tecnológico, adotando um posicionamento reacionário. A questão é bem outra: a tecnologia pode e deve se submeter a uma ética que seja libertadora a fim de contemplar o bem-estar de toda a sociedade, presente e futura, e não apenas colocar-se a serviço de minorias ou atender a necessidades imediatas (DUPAS, 2001, p. 18).

No entanto, percebe-se que a elite manipula simbolicamente os valores sociais da informação, como matéria-prima do capitalismo, controlando as Tecnologias da Informação e da Comunicação, para legitimar o seu *status quo*. Isso dificulta a participação da maioria marginalizada na construção da cidadania.

Dupas (2001, p. 41) aponta que a forma como as tecnologias vêm sendo utilizadas somente legitimam o *status quo* de uma elite dominante. “*A informação tem se convertido em um componente indispensável da reprodução econômica e dos ganhos de competitividade*”.

Porém, o vetor tecnológico pode seguir o caminho que a humanidade desejar, desde que a essa seja capaz de se organizar politicamente em proveito dos interesses da maioria dos cidadãos, construindo uma cidadania plena que defenda os direitos civis, políticos e sociais.

Por outro lado, Dupas (2001, p. 101) defende que os avanços tecnológicos presentes no dia a dia das pessoas, paradoxalmente, “*traz consigo desemprego, exclusão, pauperização, subdesenvolvimento*”.

Para Dupas (2001, p. 120), faz-se necessário recuperar o conceito de sociedade civil, organizada e que busca influenciar as decisões nos aparelhos de Estado, por meio de uma “*reforma intelectual e moral*”, fazendo valer o interesse da maioria da sociedade e não da economia de mercado.

Afinal, o que se faz imprescindível, no atual contexto informacional, neste século XXI, é a transformação da estrutura social, criando oportunidades para que a maioria da população participe, com potencialidades, contradições e desafios, promovendo novos espaços e tempos de socialização da informação – um produto social.

2.3 Informação: um produto social

A sociedade, de meados do Século XX, recebeu por muitos teóricos, inclusive da área de Ciência da Informação, a denominação de Sociedade da Informação, para caracterizar as representatividades de valor que a informação apresenta em termos econômicos, políticos e sociais.

“Para muitos, apenas viveríamos agora a continuação de um processo” tecnológico iniciado há séculos, conforme Santos (2008, p. 183).

No entanto, quando se busca desenvolver estudos científicos de profundidade sobre as ações humanas na sociedade, ou seja, da coletividade humana, independente da era da informação, o que se pretende analisar parte do campo das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, e não das Ciências Exatas.

Assim, estando a Ciência da Informação no campo das Ciências Sociais Aplicadas, os trabalhos que nela se desenvolvem têm como ênfase pesquisar os fenômenos sociais, buscando analisar a informação como um processo social.

Portanto, seu objeto é a informação que está inserida num contexto social, no qual os fenômenos sociais são pesquisados, criando um espaço de discussão sobre a natureza social da informação. E, ainda, sua classificação quanto à área do conhecimento.

Várias pesquisas e artigos procuram discutir tal classificação por área do conhecimento, como também sobre suas linhas de pesquisa e seus interesses.

Em várias instâncias, existe um espaço específico para a discussão da natureza social dos fenômenos informacionais (por exemplo, nas linhas de pesquisa em “Informação e Sociedade”, “Informação e Cultura” ou “Ação Cultural” dos programas de pós-graduação em ciência da informação e nos grupos de trabalho com esse tema em associações e congressos como o Enancib), [...] (ARAÚJO, 2003, p. 1).

Informação e sociedade, então, são dois aspectos da realidade que se complementam. Como fenômeno social a informação é parte importante nesse processo de socialização humana e construção social da realidade – a sociedade.

Um suporte teórico fundamental nesse movimento é exatamente o trabalho de Berger & Luckmann. Ao discutir a realidade como algo que é construído socialmente e não com uma existência em si mesma, independentemente dos sujeitos que conhecem, os autores abrem caminho para uma compreensão da informação não como um dado, uma coisa que teria um significado e uma importância per se, mas como um processo, como algo que vai ser percebido e compreendido de variadas formas de acordo com os sujeitos que estão em relação (ARAÚJO, 2003, p. 5).

Assim, a informação é enxergada e definida como um fenômeno social e, como tal, é responsável por acontecimentos e fatos históricos dentro da sociedade, sendo discutida a partir da sua historicidade, totalidade e tensionalidade (CARDOSO, 1994).

Em debates na disciplina de Fundamentos Sociais colocou-se a interlocução existente entre a *“Ciência da Informação e Ciências Sociais, haja vista a compreensão da informação como um produto social, resultado das relações estabelecidas entre os homens no contexto de uma sociedade historicamente constituída e que se apresenta de forma dinâmica e em permanente mutabilidade”* (REIS, 2008).

Portanto, tais debates sugerem defini-la como um fenômeno e/ou produto social, que pode ser causa ou consequência de fatos históricos na vida dos sujeitos sociais. Um termo para melhor entendermos o conceito de informação aqui trabalhado é pensar a informação como **produto históricossocial**, resultante principalmente de atos públicos para solução de problemas sociais.

Nesse sentido, os conteúdos criados para facilitar a vida dos cidadãos têm sido um fator importante e estão diretamente ligados ao direito de informação, isto é, o direito de a sociedade conhecer os atos públicos e os percursos institucionais de resolução de problemas e de atendimento ao cidadão. Há um grande número de informações relacionadas ao cotidiano dos indivíduos que, se disponíveis via Internet – e a prática aponta para essa solução – podem facilitar a interação entre o cidadão e o governo. Dentre essas informações, podem-se citar horários de ônibus interurbanos, disponibilidade de vagas em escolas públicas, agendamento de consultas médicas pelo SUS, declaração de rendimentos e de isenção, etc. (JAMBEIRO; SILVA, 2004, p. 154).

[...] inclusão ao universo da cidadania [...], ou seja, à participação civil e política. [...] Cidadania é conceituada como a conscientização do ser humano em relação à realidade em que vive, a efetiva capacidade de participar de sua construção e modificação e a possibilidade de partilhar dos benefícios nela disponíveis (JAMBEIRO; SILVA, 2004, p. 152).

Acrescenta-se aos aspectos antecedentes também uma compreensão do termo informação, como fenômeno social, explicitado no prefácio do livro, *Informação Cultura e Sociedade*, em que a informação é um “*fenômeno humano, marcado pelas tensões e contradições inerentes a este caráter, e como tal, dotado de uma historicidade que o determina e constrange*” (CARDOSO, 2007, p. 10).

Rendón Rojas (2005) nos apresenta alguns valores que fazem a diferença na Sociedade da Informação, apresentada por Castells, e conceitua informação e conhecimento, com as suas semelhanças e diferenças, fazendo uma distinção entre tais termos, portanto, entre a Sociedade da Informação e a Sociedade do Conhecimento. Há um fluxo de informações, nas relações sociais, que pode ser buscado, recuperado, analisado e utilizado na produção de novas informações. Além disso, o conhecimento é construído a partir da formação de sentido pelo indivíduo, também nas relações sociais, nas quais busca solucionar algum problema, dúvida ou tomada de decisão.

Assim sendo, há uma interação com a realidade social por meio de valores que servem para compreendê-la. Mas, ter um entendimento/compreensão da realidade, na qual se encontra inserido exige mais do que apenas participar na rede, exige uma consciência crítica sobre as relações sociais e de si mesmo como ator nessas relações de poder, pois existem valores contraditórios na “rede”.

Rendón Rojas (2005), ao estabelecer a distinção entre informação, conhecimento e valor aponta a informação pragmática, sendo compreendida como qualidade secundária dos objetos, produzida pelos sujeitos que a interpretam. Para ele, a informação é produto de sínteses de elementos objetivos e subjetivos.

Desse modo, a informação é produto de realidades construídas no espaço social, resultantes da atividade humana, ou seja, ação dos sujeitos em seu contexto “*sócio-histórico-cultural*”. E, ainda, produto do simbólico construído a partir da sua interpretação/decodificação dos “*signos linguísticos articulados*”.

Assim, o indivíduo necessita de um valioso “*acervo cultural, psicológico, social, etc. que influencie na dialética dele com o mundo da informação*” (RENDÓN ROJAS, 1996, p. 11). Rendón Rojas sugere que devemos trabalhar com “*informação pragmática, na qual a*

dialética do sujeito com o mundo que o rodeia seja levada em conta” (RENDÓN ROJAS, 1996, p. 13).

Assim sendo, a Ciência da Informação possui, em sua origem, centro e fim das ações, “*o elemento humano-social*”, que se torna responsável pela sua qualificação como social – informação social.

Entretanto, na atual sociedade, a apresentação da tecnologia, por muitos, como solucionadora de todos os problemas e não apenas suporte tecnológico permite que Rendón Rojas questione em relação ao uso das novas tecnologias quanto à sua natureza dialógica – “*as máquinas realmente dialogam?*” – uma vez que estamos lidando aqui com a informação social sendo construída por seres humanos.

Por definição, nós tomamos o diálogo como a interação de duas pessoas que tentam chegar a um consenso justificado. Se no processo de interação é suprimido o assunto, obviamente não há diálogo. A máquina não é sujeito, não tem mundo de vida, não tem intenção, nenhum interesse de chegar a um consenso ou entendimento (RENDÓN ROJAS, 1999, p. 3)⁴.

A construção social da informação centrada na ação do sujeito nos sugere trabalhar com conceitos para a informação que a apresentem como produto ou fenômeno social, resultante de práticas humanas contextualizadas no tempo e no espaço. Práticas sociais responsáveis pela construção da realidade, a qual apresenta atrelada a ela os fenômenos da marginalidade e exclusão social, os quais exigem nossa compreensão do passado relacionado ao presente e, portanto, a informação como produto históricossocial que apresenta potencialidades, contradições e desafios.

⁴ Original traduzido pelo autor: “*Por definición, el diálogo lo tomamos como la interacción de dos sujetos que buscan llegar a un consenso justificado. Si en el proceso de interacción se suprime el sujeto, obviamente ya no hay diálogo. La máquina no es sujeto, no tiene mundo de vida, no tiene intenciones, no le interesa llegar a un consenso ni a la comprensión*”.

2.4 Potencialidades, contradições e desafios: informação social

O conceito de informação social, portanto, com o qual trabalhamos diz respeito ao processo de socialização humana e de construção social da realidade, em que se percebe a importância de informações presentes no dia a dia dos indivíduos por meio de horário de ônibus, matrícula escolar, declarações entre outras informações sociais, que podem contribuir para a dinâmica da vida em sociedade.

Assim, as informações sociais trabalhadas em conjunto com as tecnologias da informação e comunicação podem ser utilizadas pela sociedade para reduzir a pobreza por meio de ações conscientes e engajadas na luta pela igualdade social.

O capitalismo, em desenvolvimento, desde a primeira revolução industrial promoveu a divisão social entre aqueles que possuíam e aqueles que não possuíam bens de consumo. Agora, essa revolução informacional que amplifica a mente pode promover ou não a divisão digital, da sociedade, entre aqueles que possuem e aqueles que não possuem acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação.

Enquanto a primeira e a segunda revoluções tecnológicas ampliaram a capacidade física e a precisão das atividades humanas, esta revolução amplifica a mente. Eis o maior perigo de se chegar atrasado a ela. Essa revolução, exatamente por fundar-se nas tecnologias da inteligência, amplia exponencialmente as diferenças na capacidade de tratar informações e transformá-las em conhecimento.

[...] A ambiguidade do processo em curso permite lutar por seu direcionamento. Sem luta, é quase certo que o fosso entre info-pobres e info-ricos se alargará (SILVEIRA, 2001, p. 15-16).

As idéias de igualdade e liberdade que fomentaram revoluções na Europa em 1789 e 1848, respectivamente a Revolução Francesa e as Revoluções Liberais, sofrem pressões contrárias, mas em direção a uma nova face da exclusão social – a exclusão digital.

As mesmas revoluções tecnológicas capazes de transformar o mundo capitalista, agregando novos valores são, também, responsáveis pela desagregação de valores importantes para a construção de uma sociedade mais democrática.

Além de ser um veto cognitivo e um rompimento com a mais liberal das idéias de igualdade formal e de direito de oportunidade, a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede, sendo praticadas e divulgadas por meio da comunicação informacional [...] (SILVEIRA, 2001, p. 18).

As transformações foram visualizadas em todos os espaços e tempos históricossociais, atingindo a historicidade e a totalidade da sociedade. Seu impacto provocou mudanças sem volta, que nos exigem avaliar as condições nas quais muitos seres humanos estão vivendo, à margem do sistema.

O capitalismo se metamorfoseou, mais uma vez, para adaptar-se às condições humanas existentes. E, se durante a primeira revolução industrial, o bem material recebeu valor maior na sociedade, agora, durante a revolução informacional, o bem imaterial ou intangível – a informação – recebeu valores responsáveis pela sociabilidade urbana.

Na sociedade da informação, a defesa da inclusão digital é fundamental não somente por motivos econômicos ou de empregabilidade, mas por razões político-sociais, principalmente para assegurar o direito inalienável à comunicação (SILVEIRA, 2001, p. 30).

Atualmente, caminha-se em direção à construção da sociedade da comunicação, em que o acesso à informação é de extrema importância para o engajamento e participação política e social dos cidadãos – cumprimento da cidadania.

Para Dertouzos (2002, p. 36), a etapa final da Revolução da Informação, centrada no ser humano, “*é atingir mais pessoas. Muitas mais*”.

[...] se aumentarmos o número de pessoas que se beneficiarão das tecnologias de informação, aumentaremos a produtividade do planeta inteiro. Novas tecnologias não só ajudarão os pobres a alfabetizar-se, aprender a cultivar alimentos e a cuidar da saúde, mas também a vender suas mercadorias e serviços em um mercado de informações em expansão (DERTOUZOS, 2002, p. 38).

O fato é que existem excluídos digitais e marginalizados do processo social e que a revolução informacional pode potencializar o número de excluídos ou o número de incluídos, dependendo das práticas políticossociais implementadas na sociedade. A revolução informacional mostra-se capaz de transformar a sociedade, tanto ao situar novos excluídos digitais quanto ao incluí-los na rede social.

Desse modo, a informação social é de extrema importância para criar oportunidades de mudança de vida para melhor e, conseqüentemente, de engajamento e participação na vida política.

Então, cabe compreender o que se apresenta como produto social, resultante das interações entre os homens – a informação, conforme sugere Reis (2007, p.25).

Assim, faz-se necessário, no próximo capítulo, apontar a importância de se discutirem os termos marginalidade e exclusão social.

*Os Ombros Suportam o Mundo*⁵

*Chega um tempo em que não se diz mais: meu Deus.
Tempo de absoluta depuração.
Tempo em que não se diz mais: meu amor.
Porque o amor resultou inútil.
E os olhos não choram.
E as mãos tecem apenas o rude trabalho.
E o coração está seco.*

*Em vão mulheres batem à porta, não abrirás.
Ficaste sozinho, a luz apagou-se,
mas na sombra teus olhos resplandecem enormes.
És todo certeza, já não sabes sofrer.
E nada esperas de teus amigos.*

*Pouco importa venha a velhice, que é a velhice?
Teus ombros suportam o mundo
e ele não pesa mais que a mão de uma criança.
As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios
provam apenas que a vida prossegue
e nem todos se libertaram ainda.
Alguns, achando bárbaro o espetáculo
prefeririam (os delicados) morrer.
Chegou um tempo em que não adianta morrer.
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.
A vida apenas, sem mistificação.*

⁵ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do Mundo*. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 159.

3 MARGINALIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL: UMA DIALÉTICA CONCEITUAL

A informação utilizada para promover a inclusão digital também pode promover a marginalidade e a exclusão social quando se faz ausente ou incompreendida pelo sujeito. Assim, resgatar os termos marginalidade e exclusão social é buscar compreender a complexidade que envolve o fenômeno informacional.

O mundo da informação social pode equiparar todos os indivíduos a produtores históricos de cultura, levando-se em consideração a sua dialética com o mundo e a informação como produto históricossocial.

Vale acrescentar ainda que a informação é produto de um fenômeno humano que nos apresenta tensões e contradições que podem ser visualizadas mediante a luta de classes na sociedade capitalista.

Dessa forma, compreender a relação entre a produção e o uso da informação e os problemas sociais no Brasil exige-nos recuperar conceitos que tratam da estruturação da sociedade capitalista. Assim, os termos marginalidade e exclusão social nos apresentam uma historicidade capaz de auxiliar na compreensão das tensões e contradições presentes na sociedade.

Os problemas sociais, presentes na sociedade capitalista, estão relacionados à condição socioeconômica do indivíduo que sobrevive à margem do processo social, mas que se faz, também, produtor da informação, que é a matéria-prima da sociedade capitalista.

A informação social está presente na discussão em busca de compreender a historicidade dos problemas sociais, principalmente de acesso a bens e serviços públicos. Afinal, as contradições sociais têm promovido a marginalidade e a exclusão como fatores presentes nas lutas de classes.

A sociedade, construída a partir dos ideais liberais do século XVII, reafirma a luta de classes e a marginalização do indivíduo, que pouco participa das decisões, apesar de produtor da informação.

O equilíbrio de poder se faz na conscientização dos indivíduos marginalizados e excluídos de que são capazes de construir um acervo cultural possível de transformação social, obtendo acesso aos bens de serviço e informações pertinentes ao combate à marginalização e exclusão.

Assim, nos tópicos seguintes, apresentam-se as aproximações históricas entre os termos marginalidade e exclusão social, fazendo-se uma discussão necessária sobre os mesmos.

3.1 Marginalidade e exclusão social: aproximações históricas

Há aproximações históricas entre os termos marginalidade e exclusão social que exigem ser compreendidas como categorias de análise passíveis de se enxergar o contexto brasileiro, relacionando-as ao fenômeno informacional.

Para tanto, apresentam-se as origens dos termos marginalidade e exclusão social a partir de autores, como Castel (2000), Matta (1997), Demo (2002), Dupas (1999), Escorel (1999), Martins (1997), Perlman (1977), entre outros, que discutem ambos os termos, como possibilidade de caracterizá-los, orientando a análise social.

A compreensão dos termos parte dos estudos de Escorel (1999), uma vez que esses nos apresentam uma análise mais ampla dos processos. E, depois se segue com os estudos de Martins (1997) e a pesquisa de Perlman (1977), compreendendo o fenômeno da marginalidade. A exclusão social pode ser entendida nos estudos realizados pela Escorel (1999), e nos trabalhos de Demo (2002), Dupas (1999) e Castel (2000).

3.1.1 Marginalidade: mito ou realidade

O sistema capitalista produz um discurso no qual faz parte da natureza humana a existência de indivíduos marginalizados. Mas, as discussões nos remetem a um problema socioeconômico e não natural.

A violência simbólica que constrói a imagem do pobre no Brasil retira do indivíduo a sua força de luta. Quanto mais estigmatizado o indivíduo é na sociedade que faz da imagem uma das suas formas de poder é possível inferir que haverá menos condição de pertencimento e transformação social.

Desse modo, a naturalização e a estigmatização foram duas ações ideológicas da classe dominante para minimizar a condição na qual se encontravam os defasados. Isso enfraquece o debate que se construía na década de 1960, no Brasil, que sofria com a periferização devido à urbanização dos grandes centros na década de 1950.

A década de 1950 registrou um desenvolvimento urbano desenfreado e capaz de promover a marginalização dos indivíduos que não possuíam condições de se manterem, economicamente, nos grandes centros, os quais se deslocam para a periferia as margens das grandes cidades.

Essa compreensão do indivíduo na periferia pode ser vista na análise de Escorel (1999, p. 38) que relata a denominação das desigualdades sociais, representada pela pobreza, na América Latina, entre 1960 e 1980, como marginalidade.

Assim, o conceito corresponderia inicialmente à historicidade e à totalidade da região analisada, buscando responder aos problemas específicos de cada lugar e que caracterizam a construção desta categoria de análise.

Marginalidade é uma noção que evoca a oposição centro/periferia; designa uma posição integrante de uma estrutura social. Essa posição, porém, situa-se nas margens em termos de acesso e usufruto das riquezas e benefícios disponíveis, o que lhe confere as qualidades de inferioridade e subalternidade. Em todas as abordagens sobre o fenômeno da marginalidade o aspecto relacional e relativo centro/periferia é mantido, variando-se o que é considerado como central: valores, comportamentos, atitudes, localização espacial, posição no sistema produtivo (ESCOREL, 1999, p. 39).

Historicamente, o conceito de marginal surge com Robert Park que buscava responder ao problema do migrante e estrangeiro que chegava a Chicago, sendo caracterizado como um indivíduo à margem da sociedade.

Há diversas teorias que defendem o uso do termo marginalidade, dentre elas, a da modernização considera o problema próprio de uma cultura industrial e urbana, na qual o conflito se faz presente entre as regiões modernas e desenvolvidas e as regiões defasadas e precárias.

A marginalidade aparece analisada como condição de marginal ao processo produtivo no sistema capitalista no modelo histórico estrutural da teoria da dependência. O indivíduo marginal torna-se parte importante para o funcionamento do modo de produção capitalista que necessita de mão de obra barata e, para tanto, forma um exército de reserva – subempregado ou desempregado – destituídos de renda, educação e emprego.

As políticas para urbanização e desenvolvimento do Brasil que tanto interessavam aos capitalistas da indústria promoveram o crescimento das cidades e, cada vez mais, a concentração das riquezas para a elite, envolvida pelos bolsões da pobreza periférica que caracteriza a condição de marginalizado.

Assim, o fenômeno social da marginalidade não se faz simples de análise e tão pouco menos complexo em sua representação da condição social do indivíduo que se encontra na periferia dos grandes centros. Dessa forma, por vezes, torna-se difícil analisar um grupo na diversidade sócioeconômica dos aglomerados e favelas.

A abordagem cultural e comportamentalista pode ser visualizada em Roberto da Matta (1997) que analisa o papel do malandro na sociedade brasileira, com comportamentos adversos à cultura dominante, da ordem e do progresso capitalista.

O “*malandro brasileiro*” relativiza suas ações dentro de um mundo fechado da moral burguesa e individualista, em que seus eixos são a economia e a política. No entanto, para o malandro existem outros eixos e códigos pelos quais ele transita na realidade social – “*Sou pobre, mas tenho a cabocla (mulher), o luar e o violão*”.

Assim, o termo marginalidade pode ser visualizado como “*qualidade ou caráter de marginal*” ou ainda como “*condição de indivíduo marginal*”. Há uma diferenciação entre o indivíduo marginal que é malandro, fora-da-lei, ou seja, julgado como aquele que não segue

as normas legais e o indivíduo na situação marginal, ou seja, à margem da sociedade, portanto, das condições sociais básicas.

Por vezes, a própria sociedade, partindo da naturalização e estigmatização do indivíduo, julga-o fora-da-lei simplesmente por viver na periferia, à margem do processo de socialização, destituído dos seus direitos e contrário aos valores elitizados.

A falta de pertencimento social classifica o indivíduo como marginal, uma vez que o mesmo não se enquadra em nenhuma categoria social elitizada. E, o não pertencimento aos grupos sociais centrais pode levar esse indivíduo a assumir características que o classifique como marginal.

Assim, buscar compreender a formação do indivíduo marginal pode ser entender a origem daquele que inverte a situação e se vê fora da ordem social, a mesma que vincula a igualdade e a hierarquia. Sua forma de agir torna-se resposta à ordem social imposta pela economia capitalista.

Martins (1997), em seus estudos, remete-nos à década de 60 e 70, quando *“importantes e sólidas análises latino-americanas e brasileiras sobre marginalidade social”* foram desenvolvidas por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Pereira, Marialice Mencarini Foracchi e Maria Célia Pinheiro Machado Paoli.

Todos discutiam a pobreza e a condição marginal do cidadão brasileiro perante a sua participação nas políticas sociais, uma vez que tal termo conseguia expressar a situação social, passível de transformação, o que o termo exclusão não consegue demonstrar em sua prática.

Martins irá traduzir a exclusão em percepção da privação sofrida pelo indivíduo. Há *“[...] privação de emprego, privação de bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade, privação de esperança”*. E, para ele tudo isto é nada mais que pobreza. *“[...] discutimos a exclusão e, por isso, deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de inclusão”* (MARTINS, 1997, p. 21).

Desse modo, a exclusão pode depauperar a definição da situação social de muitos cidadãos brasileiros pobres, enfraquecendo o movimento de “*mudanças fundamentais e profundas*” nessa realidade.

O discurso corrente sobre exclusão é basicamente produto de um equívoco, de uma fetichização, a fetichização conceitual da exclusão, a exclusão transformada numa palavra mágica que explicaria tudo. Rigorosamente falando, só os mortos são excluídos, e nas nossas sociedades a completa exclusão dos mortos não se dá nem mesmo com a morte física; ela só se completa depois de lenta e complicada morte simbólica (MARTINS, 1997, p. 27).

A compreensão do termo marginalidade pode ser obtida por meio da análise realizada por Maiolino e Mancebo (2005), desde os debates na década de 1970, com ênfase na inserção do trabalhador no modo de produção capitalista periférico, passando pela década de 1980, com a transição democrática, provocando novos olhares sobre a marginalidade como cidadania limitada.

Na década de 1990 “*os discursos já não se referem à marginalidade, mas passam a utilizar, de forma abundante, as noções de segregação social e, principalmente, de exclusão social* (MAIOLINO; MANCEBO, 2005, p. 16).”

Historicamente, na década de 1970 o termo marginalidade dizia respeito aos problemas de urbanização, posterior à Segunda Guerra Mundial, caracterizando um processo de urbanização iniciado na década de 1950, no Brasil, e periferização que se estabeleceram às margens das metrópoles ou núcleos urbanos. Pesquisas da década de 1970 nos mostram o uso do termo em análises da pobreza, e de suas características sociais, presentes nos espaços à margem dos centros urbanos.

Já na década de 1980, o termo marginalidade sofreu críticas que levaram ao uso de novos termos para denominar um antigo problema social – a pobreza. Cidadania limitada apareceu como possibilidade de classificar os problemas sociais relativos à dificuldade de participação no processo de desenvolvimento econômico e ascensão social.

No entanto, há a análise realizada por Janice Perlman, em *O mito da marginalidade*, pesquisa realizada na década de 1970, em que a marginalidade aparece como uma categoria construída

pela elite brasileira, representando um mal necessário para justificar as ações públicas de interesse da classe dominante.

Para Perlman (1977, p. 123) “*o fenômeno da marginalidade transformou-se [...] na mais importante questão social na América Latina, emergindo em foros tão diversos quanto discursos políticos, programas habitacionais e propostas de pesquisas acadêmicas*”.

Não obstante ao termo, tal emergência nos foros de discussão mostra a necessidade de se discutir não apenas a definição do termo como melhor compreender o fenômeno para, então, agir conscientemente crítico, sem reproduzir o discurso oficial.

[...] o termo marginalidade tem sido usado de maneira vaga para denominar vários outros grupos que às vezes confundem parcialmente, e que incluem pobres em geral, desempregados, migrantes, membros de outras subculturas, minorias raciais e étnicas, e transviados de qualquer espécie. À luz das diversas implicações desses critérios, tanto para a identificação do pobre urbano como para a formulação de políticas, é importante fixar qual o fator de definição de cada um dos empregos mais comuns do termo (PERLMAN, 1977, p. 126).

Desse modo, pode-se visualizar que as diversas aplicações ao termo marginalidade fazem com que o mesmo perca sua representatividade forte, transformando-se em um símbolo, que corresponde, simplesmente, aos “*estilos de vida e atributos sociais*”.

Percebe-se, no discurso capitalista da elite brasileira, a articulação, junto à sociedade, do termo marginalidade de forma que o mesmo perca valor ao corresponder ao bandido social, que detém um estilo de vida e atributo social incondizente com as regras sociais.

O questionamento de Perlman é: serão eles, os pobres, marginais simplesmente por viverem estilos de vida e apresentarem atributos sociais diferentes daqueles apresentados pela classe média? Caso a resposta seja sim, reforça-se a manutenção de uma ordem econômica dominante mediante o mito da marginalidade. Mas, também apresenta o problema da pobreza na realidade social.

A complexidade que se apresenta perante nossos olhares, derivada da construção social da realidade, é que nos exige, portanto, trabalhar com definições, para os termos marginalidade e exclusão, mais próximas do universo pesquisado.

Assim, a *“marginalidade é obviamente uma questão de grau e não de absolutos, e, ao que parece uma pessoa pode ser marginal em certos sentidos, ou em relação a certas esferas da vida e certas instituições, e ser muito bem integrada em outros sentidos”* (PERLMAN, 1977, p. 164).

Há necessidade de se precaver quanto ao uso do termo marginalidade indiscriminadamente, reforçando teorias sobre a precariedade social, cultural, política e econômica de determinados grupos sociais, atendendo aos interesses de outros grupos.

A marginalidade é um mito e também a descrição de uma realidade social. Na qualidade de mito, serve de fundamento para crenças pessoais e interesses da sociedade; suas profundas raízes no espírito dos indivíduos não se deixarão abalar por qualquer análise teórica. Na qualidade de descrição de uma realidade social, refere-se a um conjunto de problemas específicos que precisam ser abordados desde um ponto de vista teórico diferente, a fim de que seja corretamente compreendida (PERLMAN, 1977, p. 285).

Então, na década de 1990, surgem os termos segregação social e exclusão social, em que a influência francesa foi fundamental para o uso do segundo termo no Brasil, onde o mesmo ganhou adeptos.

No próximo tópico, faz-se uma discussão sobre o termo exclusão que passou a ser utilizado tanto na mídia como no meio acadêmico para abranger um número maior da população com vários problemas sociais.

3.1.2 Exclusão social: novas formas para um antigo problema

Na França, na década de 1990, o termo exclusão social se tornou relevante nos debates eleitorais e na publicidade, passando a designar o aumento do desemprego, instabilidade dos vínculos sociais e necessidade da presença do Estado para promover a *“coesão social”*.

No Brasil, as transformações pelas quais passavam o modo de produção capitalista, para responder à crise econômica na década de 1980, geraram, também, novas formas para um antigo problema social – a pobreza.

Essa idéia é visualizada nas pesquisas de Escorel (1999, p. 52) que aponta como ponto central, nas discussões feitas, pelos teóricos, em fins de século XX, as transformações no sistema de produção capitalista, gerando desemprego (“*desintegração do vínculo ocupacional*”) e a não inserção social, como responsável pela nova questão social – “*exclusão social, desqualificação social, desvinculação (desafiliação) social*”.

A noção de exclusão social atualiza o tema da dualização da sociedade. Trata-se de um novo tipo de dualismo que ultrapassa a dicotomia tradicional-moderna e que tampouco corresponde às formas tradicionais de marginalização, tão debatidas nos anos 60 (Telles, 1994a) (citado por ESCOREL, 1999, p. 55).

No entanto, a discussão sobre o uso do termo exclusão social perpassa pelo discurso do capitalismo transformado que tem por pretensão obscurecer a realidade social que se apresenta a partir da pobreza.

Tratar um problema antigo – a pobreza, como se fosse uma novidade ou característica da dicotomia existente no âmago do modo de produção capitalista seria desconsiderar todo o processo histórico de luta e construção realizado nos anos 60 contra a desigualdade social.

O sistema capitalista apresenta transformações e se faz presente por intermédio de uma matéria-prima – a informação, capaz de mudar as relações sociais, interferindo na organização do trabalho e do lazer. Mas, essa transformação, apesar de atualizar as relações que propiciam a pobreza, não a faz nova, sendo ela um antigo problema social.

Entretanto, as considerações realizadas por Escorel (1999) são de extrema importância para compreensão da origem e prática dos termos marginalidade e exclusão, propiciando um discernimento do uso de ambos. Mesmo porque um termo não se faz contrário e nem elimina o outro.

No decorrer desse resgate histórico, o que se percebe é que cada termo corresponde a características sociais as quais foram analisadas para responder ao problema social que se faz presente em um determinado tempo e espaço, no contexto históricossocial.

Assim, defende-se que “[...] a exclusão se combate a partir da cidadania, segundo a formulação de Marshall, que possibilitaria a inclusão dos ‘de fora’ na composição igualitária da comunidade e sua plena participação nessa comunidade (Silver, 1994)” (citado por Escorel, 1999, p. 59).

Desse modo, as propostas para se combater a marginalidade e a exclusão perpassam o mesmo problema social – a pobreza, e, portanto, demandam direitos civis, políticos e sociais para que se construa uma cidadania plena, capaz de responder a essa condição na qual estão aqueles indivíduos pertencentes aos aglomerados e favelas.

No entanto, permanece o problema de definição do termo, uma vez que são vários os estudos, apresentando vários conceitos, apesar de o fenômeno estar relacionado à pobreza. Mas, as suas características negativas são muitas, o que faz com que exclusão social se remeta a “*tudo e qualquer coisa*”.

A categoria de exclusão social é construída a partir de uma unidade de características negativas, definidas por oposição. Daí boa parte dos grupos sociais a que faz referência também ser nomeada como ‘os sem’ (terra, trabalho, pão, teto...). Sob a denominação de exclusão social são agrupadas análises sobre a marginalização econômica, a segregação por motivos étnicos ou raciais, a discriminação de gênero ou sexual, a proscricção pela privação material, a destituição dos direitos e a eliminação física pelos extermínios, chacinas etc. Nos diversos trabalhos o conceito de exclusão social é impreciso e variável, e tem como sinônimos numerosas expressões: precariedade, vulnerabilidade, marginalização, discriminação social e segregação social (Bouget & Nogue, 1993). A noção de excluído está ‘saturada de sentido, de não-sentidos, e de contra-sentidos (...) significando tudo e qualquer coisa’ (Freund, 1993) (citado por ESCOREL, 1999, p. 69).

Dessa forma, a abrangência do termo exclusão social ao mesmo tempo em que perde a nitidez define os limites para termos agregados, como marginalização, que será visto como delinquência ou posição no modo de produção capitalista.

Logo, pode-se visualizar o uso do termo exclusão, nos dias de hoje, buscando corresponder a um problema social transformado pelas novas tecnologias do modo de produção capitalista, que se apropria do termo, invertendo seus valores e empobrecendo suas definições de maneira a dizimar as possibilidades de questionamento da ordem dominante.

Assim, discutir conceitos e teorias é processo fundamental neste trabalho, mas torna-se, cada vez mais, imprescindível buscar maneiras de se responder aos problemas sociais brasileiros por meio de ações práticas críticas, conforme sugeria Paulo Freire⁶.

Por isso, a discussão sobre os conceitos de marginalidade e exclusão social deve ser retomada, mas ponderando-se a pobreza, a partir das idéias de Pedro Demo (2002) e José de Souza Martins (1997) que defendem a teoria da não existência da exclusão, mas sim do processo de exclusão dentro de algo maior e já conhecido da sociedade brasileira que é a pobreza e a marginalidade.

O discurso da inclusão é deflagrado por muitos, principalmente políticos, envolvido em programas assistencialistas que apresentam, em seus objetivos, dentre várias ações a de incluir o outro. A retórica do discurso acaba por convencer que determinados programas de governo seriam capazes de incluir todos aqueles que fossem denominados excluídos. Mas, *“no capitalismo não caberia toda a população ativa, sendo completamente estranha a idéia de pleno emprego, já que tal sistema não seria compatível com justiça social”* (DEMO, 2002, p. 100).

Torna-se incompatível, então, defender o discurso de que, primeiro, é possível incluírem-se todos os indivíduos que se encontram excluídos do processo de socialização da sociedade na qual fazemos parte, e, segundo, de que realmente existem excluídos, uma vez que fazemos parte do processo, mesmo que à margem – marginalizados.

Pensar na exclusão dentro da realidade brasileira, na qual a pobreza é o efeito de uma concentração de renda construída por intermédio de políticas de interesse praticadas ideologicamente por uma classe dominante, por meio do sistema econômico, para Demo (2002, p. 103), é fortalecer o discurso de que há emprego para todos, sem transformação da estrutura social. *“A mudança mais preocupante, na atual fase neoliberal, está na impossibilidade definitiva de pleno emprego, se é que um dia foi possível”*.

No entanto, o estranho e rico, ao mesmo tempo, é que há uma dialética nesse processo de exclusão do cidadão.

⁶ Ver o livro *Conscientização*, onde o educador Paulo Freire discute a *práxis*, ou uma ação crítica, consciente.

Mas há um consolo: como o trabalhador analfabeto não dá mais lucro no contexto globalizado e competitivo, a produtividade exige o saber pensar, não só o treinamento; retira desse saber pensar apenas o manejo criativo do conhecimento, mas, em assim fazendo, abre uma porta, da qual um dia há de se arrepender, que é a possibilidade de desenvolvimento da consciência crítica (DEMO, 2002, p. 117).

Visualiza-se, pois, a partir de uma visão dialética que a ferramenta que domina e explora a inteligência do trabalhador é a mesma que fornece condições para esse trabalhador se fazer consciente de suas possibilidades de luta, entrando em conflito dentro da estrutura social.

A necessidade de se apaziguar encobre a luta de classes que existe em nossa sociedade brasileira, apresentando um discurso de que há “*um estado pretensamente comprometido com os pobres, o que, numa situação como a do Brasil, chega a ser sarcástico [...]*” (DEMO, 2002, p. 108). E, por fim, Demo (2002) apresenta como projeto possível, para se combater a pobreza, a cidadania popular que pode “*forçar a redistribuição de renda e poder*” e a “*adequação do crescimento a parâmetros sustentáveis, o que implica, certamente, diminuir o bem-estar no centro, para que prevaleça o bem comum*” (DEMO, 2002, p. 113).

Portanto, o termo exclusão apresenta-se como um representante heterogêneo (*há uma heterogeneidade de seus usos*) e, talvez, confuso para a situação em que vários brasileiros se encontram.

Essa noção pode ser visualizada nas análises de Robert Castel (2000, p. 18), na qual a exclusão “*designa um número imenso de situações diferentes, encobrindo a especificidade de cada uma. Ou seja, a exclusão não é uma noção analítica. Ela não permite conduzir investigações precisas sobre os conteúdos que pretende abranger*”.

Não obstante ao termo exclusão social, dizer que um indivíduo está excluído socialmente é, com base nas idéias anteriormente apresentadas, localizá-lo fora da sociedade e das relações sociais por mais precárias que sejam.

Pode-se, então, falar de precarização, de vulnerabilização, de marginalização, mas não de exclusão. Ou então, damos à palavra um sentido metafórico para significar que certas categorias da população estão privadas de fato de participar de um certo número de bens sociais e que estão ameaçadas de cair numa situação ainda mais degradante (CASTEL, 2000, p. 42).

Para Dupas (1999, p. 13), “o termo *exclusão social* exige ainda uma delimitação adequada, o que torna premente o esforço de defini-lo”. Para buscar uma definição para o termo exclusão social, portanto, exigir-se-ia primeiro delimitar o espaço e o tempo do universo de que se está falando. Daí, sim, delimitar o que é exclusão.

No entanto, o uso do termo exclusão social toma como padrão um modo de vida consumista exacerbado pela mídia global, em que poucos têm acesso a tal padrão ocidental tabulado pelo modo de produção capitalista, que apresenta um grau de exclusão para cada faixa de renda dentro do padrão econômico existente.

Assim sendo, se cada faixa de renda pode sentir de maneira diferente os efeitos de um processo de exclusão, o que se percebe são visões diferentes de exclusão. Teríamos, portanto, exclusões correspondendo aos mais diversos aspectos da vida social, que se apresenta complexa.

Essa idéia pode ser compreendida quando Dupas (1999, p. 20) defende que os vários conceitos para a exclusão social seriam “*multifacetados e pluridimensionais*”.

Pelo fato de o mundo estar passando por uma mudança que abrange inúmeras esferas da vida social, notamos uma diversidade de aspectos que podem ser focalizados na tentativa de conceituar o fenômeno da exclusão social. Isso se reflete no uso do termo em uma multiplicidade de acepções, podendo significar desde estar excluído da possibilidade de garantir a sobrevivência física, até um sentimento subjetivo de ressentimento por não desfrutar de bens, capacidades ou oportunidades que outros indivíduos desfrutam (DUPAS, 1999, p. 22).

Portanto, cabe a diferenciação entre localidades no que tange ao papel do Estado junto aos direitos civis, políticos e sociais, afetando na sensação que se tem de exclusão. E, “*de qualquer forma, em última instância o critério para a definição de excluídos e não-excluídos acabará tendo de envolver a idéia de linha de pobreza* (DUPAS, 1999, p. 24).”

Gilberto Dupas (1999) irá dizer que, na realidade social brasileira, a pobreza é o que realmente acomete a população. Desse modo, retornamos à um passado conhecido pelos marginalizados – a pobreza.

3.1.3 Marginalizados: um passado conhecido

Após as discussões sobre marginalidade e exclusão social, apresenta-se o termo marginalizado como melhor aplicado à situação brasileira, carente de políticas públicas, uma vez que o indivíduo encontra-se às margens desse processo participativo e não fora dele.

Entende-se que o indivíduo pode apresentar-se fraco na disputa de poder, mas não nulo/ausente. Marginalizado, talvez, mas nunca ausente no processo de exclusão. Caso contrário a existência da dialética seria falsa. Não se falaria em contradições e conflitos alimentando a luta de classes. E, muito menos em uma ideologia dominante, pois não haveria a quem dominar.

Assim, a pretensão de trabalhar com o termo marginalizado é reforçada, baseando-se na possibilidade de mobilidade social do indivíduo, que se faz ativo e participativo, contrário ao discurso que prega a não participação do indivíduo – a sua morte simbólica. E, ainda, quanto a sua situação de pertencimento ao espaço social, por vezes, periférico ao poder econômico e político. Mas, cabe também refletir sobre o mito da marginalidade para melhor entendimento sobre a aplicabilidade do termo, sem que se reforce o discurso dominante.

A discussão sobre a utilização dos termos, marginalidade e exclusão social, é necessária, para que se compreendam seus antagonismos e complementariedades, presentes no processo histórico de construção de ambos. Afinal, o indivíduo marginalizado é aquele que participa dos programas sociais de inclusão digital e que, portanto, exige compreensão de sua condição no processo para melhor avaliação do fenômeno social.

No próximo capítulo, a análise se faz sobre o binômio inclusão/exclusão digital com o intuito de compreender esse fenômeno social que se constrói além dos indicadores clássicos.

*A Flor e a Náusea*⁷

*Preso à minha classe e a algumas roupas,
vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjôo?
Posso, sem armas, revoltar-me?*

*Olhos sujos no relógio:
não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo ainda é de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.*

*Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.*

*Vomitam esse tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma conta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres, mas levam jornais
e soletram o mundo sabendo que o perdem.*

*Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária do erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.*

*Por fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.*

*Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralise os negócios,
garanto que uma flor nasceu.*

*Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.*

*Sento no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.*

⁷ ANDRADE, Carlos Drummond de. *A Rosa do Povo*. 21 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 15.

4 INCLUSÃO E EXCLUSÃO DIGITAL: UMA LEITURA ALÉM DOS INDICADORES CLÁSSICOS

Neste capítulo, faz-se necessário compreender o binômio inclusão/exclusão digital como prática inclusiva do indivíduo mediante as Tecnologias da Informação e da Comunicação. Esse fenômeno social é muito discutido pelos pesquisadores: Bruce (1998, 2004), Duarte (2007), Moura (2007), Pinheiro (2007), Pochmann (2005), Sorj (2004), Warschauer (1999, 2006), entre outros.

Desse modo, a inclusão digital é enxergada por Pochmann (2005, p. 19), por meio das pesquisas realizadas no Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), como responsável por análises de exclusão, sendo um forte indicador de inclusão social, relatando que *“os indicadores que permitem mensurar a inclusão digital foram agrupados em três grandes grupos: a) os relacionados à infra-estrutura de telecomunicações e acesso à internet; b) os indicadores de infraestrutura de informática e c) os indicadores de internet e comércio eletrônico”*. O IPEA apresenta, a partir de microdados da PNAD 2002, o Estado de Minas Gerais com 12,41% de domicílios com acesso a computadores e 8,22% com acesso a internet.

O Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (CETIC), que se apresenta *“responsável pela produção de indicadores e estatísticas sobre a disponibilidade e uso da internet no Brasil”* relata que os indicadores utilizados para mensurar a disponibilidade e uso são: *“acesso às tecnologias da informação e comunicação; uso do computador; uso da internet; segurança; uso do e-mail; spam; governo eletrônico; comércio eletrônico; habilidades na internet; acesso sem fio (uso do celular) e intenção de aquisição de equipamentos e serviços TIC”*. O CETIC, em 2008, realizou pesquisa em aproximadamente 20.000 domicílios, apresentando resultados relativos aos indicadores acima mencionados, em que, na região sudeste, 33% possuem computador, 25% possuem acesso à internet, 48% nunca usou um computador, 52% encontram-se desempregados, 25% utilizam-se do governo eletrônico. Sendo que a maioria que nunca utilizou computador diz respeito às classes C, D e E – 75%, pois consideram elevado o custo e não têm como pagar pela aquisição do equipamento e do serviço de internet.

Pinheiro e Moura (2007) vão além de alguns entendimentos quando o questionamento é: “*o que é inclusão digital? Quais são os seus objetivos? Estamos atingindo estes objetivos?*”. E, defendem que necessitamos de indicadores sociais capazes de responder a tais perguntas.

Assim, para se medir a inclusão digital é necessário mais que indicadores clássicos como números de acesso, gênero, faixa etária, raça e etc. A alternativa é medir o fenômeno social causado pela era digital. Sua lógica, seus níveis, seus problemas, seus contornos, sua repercussão na transformação sociocultural de toda uma comunidade (PINHEIRO; MOURA, 2007, p. 51).

Para essa medição, deve-se pensar nas ações sociais complexas de indivíduos que se encontram presentes na comunidade, construindo a sua condição históricossocial. Portanto, devemos pensar na inclusão digital como uma “*transformação sociocultural de toda uma sociedade*”, incluindo o indivíduo. E, o que vem a ser um indivíduo incluído? Duarte (2007) “*considera que o indivíduo, digitalmente incluído, de modo efetivo, seja aquele que possua competência informacional, sendo capaz de utilizar as tecnologias da informação e comunicação para a construção do conhecimento e inclusão social*” (DUARTE, 2007, p. 103).

Duarte cita, ainda, Schwarzelmüller:

[...] acesso não significa apenas conexão física e acesso ao hardware, ou melhor, não é o acesso à tecnologia que promoverá a inclusão, mas sim a forma como essa tecnologia vai atender às necessidades da sociedade e comunidades locais, com uma apropriação crítica, pois o papel mais importante do processo de inclusão digital deve ser a sua utilidade social (SCHWARZELMÜLLER, 2005).

A inclusão digital é entendida por Barbosa, Getschko e Gatto (2009, p. 131) “*como alavanca para o desenvolvimento social auto sustentável*”, tornando-se um “*habilitador*” capaz de inserir o indivíduo na sociedade ao criar um espaço de socialização, “*com o acesso garantido às informações e serviços governamentais disponíveis na Internet*”. Afinal, os excluídos encontram-se nas classes C, D e E, com poucos privilégios, baixo grau educacional e residentes na periferia e bolsões de pobreza dos grandes centros.

A inclusão digital deve corresponder ao processo de inserção do indivíduo no espaço de socialização da sua cultura por meio das novas tecnologias, valorizando a sua cultura local ao mesmo tempo em que lhe proporciona condições de conhecer a cultura global.

No entanto, a sociedade glocalizada fundamenta-se na economia mundial que, por vezes, desvaloriza a cultura local para valorizar a cultura globalizada, na qual existe um ciclo da mercadoria material e imaterial, favorecido pela tecnologia digital e, que, portanto, privilegia os digitalmente incluídos em detrimento dos excluídos.

Essa noção de exclusão baseada na economia mundial pode ser visualizada na análise de Sorj (2004, p. 23) em relação a sociedade do consumo, em que a exclusão digital é um sistema simbólico capaz de definir posições que representariam símbolos de *status social*, de maneira que o valor dado ao produto não estaria na sua utilidade, mas na sua distinção social.

Desse modo, os vários níveis de inclusão digital podem ser visualizados conforme a distinção social existente entre as classes sociais. Cada classe social se denominaria digitalmente incluída conforme a sua demanda social, o que faz com que a classe defasada da sociedade apresente como demanda de inclusão digital a formação profissionalizante, para atender ao mercado de trabalho.

Entretanto, pensar a inclusão digital é pensar em uma possibilidade de democratizar os bens de consumo de maneira a melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas possíveis e não apenas daquelas que possuem condições econômicas melhores, pois a economia reduziu o consumo a uma questão de opção pessoal, esquecendo-se de que, se alguém escolhe consumir um aquecedor numa região de frio intenso, não é que ela seja consumista e sim por que ela necessita daquela tecnologia para uma vida melhor nessa região.

Existem sérias dificuldades quando se propõe entender a realidade social no que tange à distinção entre o que é desejo e o que é necessidade, uma vez que o discurso capitalista prega o consumo do desejável, sem dar condições para se consumir o necessário.

A inclusão de marginalizados que necessitam, dentre vários serviços, de um sistema educacional de qualidade é a reflexão sobre os desejos apregoados pela sociedade do consumo em detrimento das necessidades básicas. Além disso, pensar no consumo como necessidade apenas para questões de sobrevivência é excluir a possibilidade de uma vida social saudável.

A desigual distribuição de bens e serviços públicos tem gerado uma pobreza que torna difícil a essas pessoas, que se enquadram nessa situação, terem acesso à água, à luz, ao asfalto entre outros.

Para Sorj (2004, p. 31), *“a pobreza e, portanto, a luta contra ela, é dinâmica e exige constantes esforços de readaptação dos instrumentos de políticas sociais às cambiantes condições do mundo atual”*.

A dinâmica, presente no modo de produção capitalista, que faz viva a pobreza transfere grande parte do acervo cultural da humanidade para a internet, e promove o surgimento da e-pesquisa como possibilidade de se localizarem informações diversas. Mas, essa probabilidade de democratização da informação também é restritiva, uma vez que exige o acesso à rede e leva à dependência de mecanismos de busca. E, ainda, *“a capacitação intelectual prévia do usuário é determinante na transformação da internet em um potenciador da cultura e da criatividade social”*.

As novas tecnologias apresentam grandes oportunidades para a educação, saúde entre outros serviços, mas por outro lado apresentam efeitos nocivos. A substituição de práticas de leitura e reflexão sustentada por resultados de busca que se adaptam as suas necessidades torna-se grave, principalmente na educação. *“Ao invés de informatizar a mente, trata-se de pôr a telemática a serviço do pensamento”*. E, outra vez, depara-se com um problema, não da existência de bens de serviço na internet, mas de possibilidades de acesso e competência para utilização desses bens. O e-cultura, e-governança, e-governo, e-política, e-saúde e outros já mencionados relatam possibilidades impactantes de os cidadãos participarem da vida política de seu país, controlar os gastos públicos, utilizar serviços *online*, emitirem certificados, serem operados à distância e etc. Mas, tudo isso dependerá do grau de inclusão dos cidadãos nessa rede social e da estrutura disponibilizada principalmente pelas instituições públicas.

O impacto da Internet é bidirecional. Se, por um lado, ela expande as possibilidades de ação da opinião pública mundial e da atuação de movimentos sociais não-centralizados, ela também permite novas formas de organização antidemocrática, na forma de redes operacionais transnacionais, que são organizações altamente centralizadas, graças às novas possibilidades de controle/comando permanente pelo centro, que não precisa ter uma localização fixa no espaço (SORJ, 2004, p. 55).

A desigualdade social está presente não somente no acesso a bens materiais, mas também na capacidade de o cidadão usufruir o máximo possível das potencialidades oferecidas pelas tecnologias de informação e comunicação a partir de sua capacitação intelectual e profissional.

Outra questão que fortalece a exclusão digital é o caráter dinâmico das novas tecnologias, construindo uma barreira que é renovada constantemente entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, criando níveis de inclusão digital.

A noção de níveis de inclusão digital pode ser visualizada mediante a proposta realizada por Sorj (2004, p. 68), em seus estudos, que divide a universalização dos sistemas telemáticos, ou seja, a inclusão digital em cinco fatores. Sorj argumenta que os programas públicos focalizam apenas os dois primeiros que tratam das dimensões passivas do acesso, estando no nível de infraestrutura e equipamento e não praticam os outros três fatores de apropriação ativa (treinamento, capacitação e uso crítico). *“A capacitação supõe, como ponto de partida, a alfabetização e formação intelectual fornecidas fundamentalmente pelo sistema escolar. O acesso ao digital oferecido pela alfabetização digital não pode ser dissociado da alfabetização livresca”*.

Para Sorj, o nível de alfabetização de um país é que determina as possibilidades de expansão da internet. Assim, o Brasil precisa investir mais em seu sistema educacional. Cabe ressaltar que nem sempre os dados quantitativos representam os dados qualitativos apresentados pelo Ministério da Educação.

Mark Warschauer (2006, p. 21) corrobora com as idéias defendidas por Sorj e Schwarzelmuller de que inclusão digital está além de *“fornecer computadores e conexões à internet”*, pois abrange recursos físicos, digitais, humanos e sociais. E, ainda, a educação e o letramento, as estruturas sociais e a língua precisam ser considerados, como caminho para construção da cidadania.

Além disso, a noção de exclusão digital – mesmo no seu sentido mais amplo – pressupõe uma cadeia de causalidade: a falta de acesso (definida de qualquer modo) à informática e à internet reduz as oportunidades de vida. Embora essa idéia seja incontestavelmente verdadeira, o inverso também é verdadeiro: aqueles que já estão marginalizados terão menos oportunidades de acesso e de uso da informática e da internet (WARSCHAUER, 2006, p. 23).

Warschauer (2006, p. 24) defende que mais importante que incluir o uso da TIC na vida dos marginalizados e a superação da exclusão digital seria a promoção desses em um processo de inserção social – igualdade de status social.

A prosperidade social e acesso a serviços públicos, como também maior participação nas decisões públicas locais torna-se consequência da cidadania plena. A questão posta é que o contrário do mencionado leva à exclusão das oportunidades.

A transferência dos serviços públicos para a internet como parte do processo de inclusão digital, sem promover os níveis propostos por Sorj (2004), promoverá, na realidade da classe defasada, a exclusão digital.

Essa noção de exclusão digital a partir da transferência das decisões públicas para a internet é defendida por Warschauer (2006, p. 51) quando argumenta que quanto mais as decisões políticas são levadas para a *“mídia on-line, mais as pessoas sem acesso à tecnologia serão excluídas das oportunidades de exercer a plena cidadania”*.

No entanto, o que é posto como mais importante é a utilização da TIC *“para finalidades pessoal ou socialmente significativas”* nas vidas das pessoas, envolvendo a redução de problemas sociais, a partir da geração de oportunidades de acesso à informação, educação, emprego entre outros direitos.

Assim, a cidadania plena a partir de direitos civis, políticos e sociais torna-se, por vezes, difícil de ser praticada em uma sociedade carente de atendimento às necessidades básicas, como educação, saúde, moradia, alimentação entre outros.

A educação, direito de todos, faz-se presente de forma precária na vida de muitos indivíduos, faltando qualidade na prática do ensino a partir do sistema educacional público que tem apresentado índices de qualidade baixos, principalmente quando analisados na educação básica.

Desse modo, definir inclusão digital exige compreender o contexto histórico no qual se encontram inseridos os indivíduos pesquisados e entender a realidade social apresentada por

esse contexto. As realidades se distinguem conforme a inserção social dos indivíduos que, por vezes, se enxergam marginalizados e, portanto, à margem do processo de socialização cultural.

O processo de socialização cultural, levado para a internet, demanda conhecimentos que Warschauer (2006, p. 55) defende por meio do modelo de letramento, uma vez que os modelos de acesso à tecnologia da informação e da comunicação (TIC), baseados em equipamentos e conectividade, são insuficientes para responder aos problemas sociais e, portanto, não conseguem promover a inclusão digital.

[...], O conceito associado ao letramento fornece mais proveitosamente um modelo, pois o letramento, como acesso à TIC, inclui uma combinação de equipamentos, conteúdo, habilidades, entendimento e apoio social, a fim de que o usuário possa envolver-se em práticas sociais significativas (WARSCHAUER, 2006, p. 64).

Faz-se necessária a compreensão do binômio inclusão/exclusão digital, a partir dos discursos contraditórios entre a inteligência coletiva e a dromocracia. E, o entendimento da proposta de inclusão informacional por meio do discurso do letramento informacional. Esses, a serem realizados nos próximos tópicos.

4.1 Inclusão e exclusão digital: discursos contraditórios

A compreensão do binômio inclusão/exclusão digital precisa levar em consideração os discursos que se fazem contraditórios, e, por vezes, distintos e complementares como possibilidade de debate entre visões de mundo opostas sobre a realidade social.

O termo inclusão digital, na revisão de literatura, e nos termos em que se apresentam propõem ações que na realidade não são promovidas na prática dos programas sociais de inclusão digital, fato que coloca em debate os discursos da inclusão e da exclusão digital. Há duas óticas em confronto, em que a primeira apresenta a inclusão digital como solução para os problemas sociais, enquanto a segunda apresenta a exclusão digital como resultante dos interesses econômicos.

4.1.1 Discurso da inclusão digital: sob a ótica da inteligência coletiva

O discurso da inclusão digital defende a sua realização por meio dos espaços de cultura disponíveis, inclusive na internet, mediante o ciberespaço capaz de promover uma inteligência coletiva transformadora.

No entanto, esse discurso desconsidera a divisão social e os conflitos em seu âmago, resultante do modo de produção capitalista e sua organização do trabalho que se caracteriza na divisão de classes, na qual se contrapõe a burguesa e o proletariado.

Assim, Pierre Lévy (1999, p. 11) discursa ter a cibercultura potencialidades que precisam ser exploradas nos planos econômico, político, cultural e humano. Desse modo, em sua visão de mundo sobre o processo de inclusão digital, Lévy (1999) solicita atenção para uma perspectiva cultural, apesar de o espaço estar invadido pela perspectiva comercial – capitalista.

Quando se considera o conceito de cibercultura proposto por Lévy (1999, p. 17), como “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”, essa não define por si só, automaticamente, o caminho que deve ser seguido.

Aquele ator social que se caracteriza como marginalizado e destituído de direitos e, por vezes, sem condições de se apropriar das oportunidades criadas na internet, pode se mostrar excluído das técnicas, práticas, atitudes e modos de pensamento e valores disponibilizados no ciberespaço. Mas, não da condição de produtor cultural.

A valoração da cultura disponibilizada no ciberespaço parece, em pleno século XXI, ser mais forte do que a própria cultura construída no âmago da sociedade, o que sugere um discurso excludente daquela que se faz fora do espaço digital.

É necessário enfatizar, entretanto, que os seres humanos, e não as tecnologias, estão no centro da produção histórica, como sempre estiveram nas análises de diferentes teóricos, destacando-se os antropólogos e os historiadores.

[...] As verdadeiras relações, portanto, não são criadas entre ‘a’ tecnologia (que seria da ordem da causa) e ‘a’ cultura (que sofreria os efeitos), mas sim entre um grande número de atores humanos que inventam, produzem, utilizam e interpretam de diferentes formas as técnicas (LÉVY, 1999, p. 23).

As modificações nas técnicas praticadas no espaço digital provocaram, também, transformações no espaço cultural, que altera muito rápido seus valores, impactando a extensão do ciberespaço.

As técnicas condicionam a sociedade, mas quem determina a cultura são os seres humanos, que constroem a realidade social. A condição de excluído social é, portanto, determinada pelas ações humanas de um grupo hegemônico específico, que domina a técnica, sobre outros e não diretamente pela técnica e tecnologia.

Conhecer as possibilidades da técnica, mostrando-a imparcial à divisão social é neutralizar o entendimento que se faz da técnica como resultado da ação humana, naturalizando-a com propostas que levam a sociedade a desconsiderar os seus impactos como resultados da própria ação de um grupo hegemônico.

Lévy (1999, p. 29) reforça o discurso da inclusão digital por meio da inteligência coletiva, que seria responsável por construir um espaço social de compartilhamento das alterações técnicas, reduzindo “*os efeitos de exclusão ou de destruição humana resultantes da aceleração do movimento tecno-social*”.

Entretanto, o compartilhamento das próprias técnicas e das tecnologias exige um conhecimento que muitos excluídos não possuem, pois dominam apenas o necessário para executarem as tarefas a eles determinadas.

Assim, o ciberespaço seria um dispositivo capaz de possibilitar o compartilhamento das técnicas produzidas dentro da cibercultura, para a elite conectada. Isso pode ser, também, confirmação da condição de excluído daqueles que nem mesmo pertencem ao espaço digital.

O problema posto está na condição daqueles que não acessam ou acessam de forma não crítica o ciberespaço, inutilizando a potencialidade do que é virtual e que pode vir a se tornar real.

A virtualização da palavra enriquece a cibercultura com potencialidades intangíveis, mas alcançáveis, somente por aqueles que se encontram na condição de acessar criticamente o ciberespaço – a elite. No entanto, a dialética se faz presente, também, nesse espaço digital, construindo possibilidades, contradições e desafios a Sociedade da Informação.

Dessa forma, a desigualdade de habilidades virtuais torna-se potencialmente real no espaço do trabalho de muitos, em que a falta de conhecimento técnico desqualifica a mão de obra, criando um espaço geográfico de desigualdades bastante reais – desemprego, pobreza e fome.

Desse modo, forma-se uma rede social virtual viciosa e não virtuosa, pois nela se propaga a desigualdade entre os seres humanos ao invés de reduzir essa condição. Usa-se das técnicas para produzir outras, acelerando-se o tempo de criação, o que faz desse processo um círculo vicioso, em que as pessoas permanecem sempre em busca, mas não alcançam o desejado, porque o objeto de desejo é sempre atualizado e sua conquista torna-se ultrapassada – inútil para o ciberespaço.

A informação buscada apresenta esse caráter virtual e recebe valores e os perde em uma velocidade muito além da condição de muitos que não pertencem ao ciberespaço e não dominam a cibercultura.

O acesso e a compreensão crítica das informações disponibilizadas no ciberespaço por poucos, na maneira como estão postas, podem potencializar a desigualdade social a partir do momento que a complexidade se faz presente nas inúmeras tecnologias e técnicas utilizadas, como de forma proposital, para que poucos possam dominá-las.

Contrário a essa análise sobre a compreensão crítica, Lévy (1999, p. 75) sugere que mesmo que o mundo virtual possa crescer, e juntamente com ele a desigualdade, poderá crescer também *“um vetor de inteligência e criação coletivas”* capaz de proporcionar um equilíbrio

ou mesmo reduzir a desigualdade social, uma vez que a inteligência coletiva poderia possibilitar oportunidades de transformação social.

Sendo assim, a questão posta está em quem faria parte da inteligência coletiva na internet, uma vez que quem controla as técnicas e tecnologias é a classe dominante e não aquela que se encontra destituída de poder econômico.

Não obstante ao ciberespaço, o mesmo tem recebido valorização social e representa uma possibilidade de transformação nos principais modos de comunicação e de interação por meio das técnicas e tecnologias criadas após a Segunda Guerra Mundial.

Essa importância dada ao ciberespaço pode ser vista nas análises de Lévy (1999, p. 93). No entanto, isso pode proporcionar controle e dominação ao mesmo tempo em que produção coletiva de conhecimento.

O uso da técnica como forma de padronização dos objetos faz com que se favoreça não apenas a produção, como também o consumo de produtos sistematizados e universalizados no espaço do mercado.

O discurso contempla o ciberespaço como um lugar da cibercultura o que também promoveria um novo espaço para o debate público e a democracia – participação de todos nas decisões que envolvessem a condição humana no planeta Terra. No entanto, para tal, a maioria deveria ter condições de acesso ao ciberespaço, e de maneira crítica, para tornar o espaço um lugar de debate público e democrático.

Desse modo, o que se visualiza são ações humanas, direcionadas pelo interesse econômico, definindo o rumo da história mediante técnicas aplicadas ao contexto, pois de outra forma, orientadas pelo social, rumos diferentes podem ser tomados, transformando a realidade e reduzindo a desigualdade social.

A inteligência coletiva propagada no ciberespaço por intermédio da cibercultura é, para Lévy, a condição necessária para se começar a transformação social, com oportunidades de acesso e de aprendizado para a maioria na sociedade.

No discurso da inclusão digital, o ciberespaço pode ser posto “[...] *a serviço do desenvolvimento de regiões desfavorecidas explorando ao máximo seu potencial de inteligência coletiva: valorização das competências locais, [...], trocas de saberes e de experiências, maior participação da população nas decisões políticas, [...]*”, conforme Lévy (1999, p. 185-186).

Entretanto, o ciberespaço é controlado pela classe dominante e os valores praticados nesse espaço direcionam-se para a formação de uma sociedade do consumo e menos do engajamento político. Apesar disso, as sociedades caminham em direção à governança eletrônica, apropriação da técnica e da tecnologia para controlar as informações públicas, o que exige que a maioria da sociedade se faça apta a utilizar-se de tais informações no ciberespaço.

Desse modo, o ciberespaço torna-se condição indispensável de pertencimento à maioria dos indivíduos, com possibilidades de acesso e participação na vida pública, pois o contrário confirma a tese de Trivinho (2007), na qual poucos velozes definem as regras políticossociais para a maioria.

Por outro lado, Lévy (1999, p. 208) visualiza na inteligência coletiva, a melhor opção entre os interesses do Estado, do mercado e sociais postos, uma vez que poderia transformar a condição humana, reduzindo a desigualdade social, com impactos sobre todas as dimensões da vida humana. “[...] *Não se trata, de forma alguma, de uma ‘utopia tecnológica’, mas do aprofundamento de um antigo ideal de emancipação e de exaltação do humano que se apóia nas disponibilidades técnicas de nossos dias*”.

Entretanto, essa emancipação e exaltação apoiada nas técnicas reforçam a desigualdade, uma vez que quem detém o controle sobre as técnicas é a elite, definindo-se o uso dessa para atender aos seus interesses econômicos.

O discurso de que o desenvolvimento econômico levaria a melhor distribuição da riqueza entre todos já foi praticado pela metáfora de repartir o bolo após seu crescimento, mas a riqueza é distribuída entre os ricos.

Lévy (1998, p. 11), em sua obra *A inteligência coletiva*, sugere que o uso de tecnologias e de técnicas favorece ao desenvolvimento e ampliação das redes digitais, que são responsáveis pela transmissão de informações no ciberespaço. “*O atual curso dos acontecimentos converge para a constituição de um novo meio de comunicação, de pensamento e de trabalho para as sociedades humanas*”.

No entanto, o novo meio de comunicação sob o controle da burguesia promoveria o enriquecimento e empoderamento dessa, em detrimento do proletariado. Historicamente, o que se percebe desde a revolução industrial são novas tecnologias e técnicas controladas pela elite capitalista favorecendo o desenvolvimento de suas riquezas.

Em pleno século XXI, as novas tecnologias e técnicas baseadas na informação, são muito importantes para o desenvolvimento, mas enquanto as mesmas estiverem sob o controle de uma determinada classe, atendendo aos seus interesses, o que se visualizará será o crescimento da desigualdade social.

Vislumbrar o ciberespaço, como um espaço composto por partes de diferente natureza e que ultrapassa as fronteiras geográficas dos territórios capaz de proporcionar condições de transformação social, modificando o curso da realidade que se constrói, desconsiderando o conflito entre classes sociais e o controle sobre a produção nesse ciberespaço, é não compreender a realidade social e acreditar que “[...] *os novos meios de comunicação poderiam renovar profundamente as formas do laço social, no sentido de uma maior fraternidade, e ajudar a resolver os problemas com os quais a humanidade hoje se debate*”, conforme defende Lévy (1998, p. 12-13).

Essa transformação em direção a uma sociedade mais fraterna já foi proposta antes na Revolução Francesa, mas apenas como pretensão de uma classe burguesa revolucionária que se tornou conservadora quando se fez presente no poder.

Desse modo, os problemas relativos à concentração de renda e à pobreza não se resolverão enquanto os novos meios de comunicação forem controlados pela elite, atendendo a uma ideologia capitalista.

A privatização dos canais de comunicação, ocorrida pelo mundo, tem confirmado o controle da elite sobre as tecnologias e técnicas baseadas na informação que se tornou matéria-prima importante para a produção material e imaterial capaz de transformar o sistema econômico.

Dessa forma, a inteligência coletiva, no espaço digital, é definida pelo grupo social que detém o poder e o controle sobre o ciberespaço, limitando a participação a determinados indivíduos mediante o desenvolvimento técnico que funciona como filtro, construindo uma inteligência coletiva baseada na cultura elitizada.

O ciberespaço elitizado tornar-se-ia, então, o *Espaço do Saber*, em que se faria real por meio de “[...] técnicas, de significações, da linguagem, da cultura, das convenções, das representações e das emoções humanas.”

No entanto, pensar em um espaço do saber construído pelo desenvolvimento de interesses de um grupo hegemônico é reforçar o desenvolvimento das ideias capitalistas que defendem a divisão, pois necessitam dessa para manutenção da ordem econômica.

É necessário acrescentar ainda que o investimento nas técnicas, nos mercados e no meio econômico não apresenta um grande resultado quando a presença humana não é considerada no processo de produção e consumo.

Assim, as transformações econômicas levam as pessoas a trilhar caminhos abertos pela necessidade de se pertencer a algum espaço, especialmente o do mercado, fazendo-se empregado e por vezes desempregado, buscando novos lugares, com costumes e línguas diferentes.

Percebe-se ainda que a transformação a partir da ação – a práxis – é necessária para que o pensamento se faça, também, transformador – na prática e na teoria – de maneira que atinja a todos os espaços sociais, propiciando a redução da desigualdade pelo reconhecimento cultural.

Porém, as tecnologias e técnicas podem tanto promover a fome e a miséria quanto produzir para todos. Desse modo, o cidadão, visto no papel de consumidor, é antes um ser humano que se relaciona e, na realidade, são essas relações sociais que alimentam o mercado cultural.

Por outro lado, move nas sombras o interesse desses considerados consumidores de se efetivarem cidadãos, possuindo mais que direitos de consumir, mas também de participar das decisões – cidadania.

As tecnologias que surgiram no decorrer do processo histórico da humanidade serviram como condição necessária para que transformações políticas e econômicas acontecessem pelo mundo. A escrita, a imprensa, o motor, entre outras tecnologias, foram necessárias para que as sociedades históricas se estruturassem, criando-se cidades-estado e comunicando por todo o estado as suas regras sociais. Mas, essas transformações serviram ao desenvolvimento econômico de quem as controlava no processo histórico da humanidade.

A “*ágora virtual*” poderia ser a oportunidade, segundo Lévy (1998, p. 62-63), para o aprofundamento da democracia, com a participação da maioria nas decisões públicas por meio do ciberespaço. Lévy visualiza condições plausíveis de se implementar o acesso ao ciberespaço e não enxerga problemas quanto à disponibilidade de equipamentos que não sejam de última geração, falta de conhecimento técnico por parte dos usuários, e conexão a web.

[...] O ciberespaço cooperativo deve ser concebido como um verdadeiro serviço público. Essa *ágora virtual* facilitaria a navegação e a orientação no conhecimento, promoveria trocas de saberes, acolheria a construção coletiva do sentido, proporcionaria visualização dinâmica das situações coletivas, permitiria, enfim, a avaliação por múltiplos critérios, em tempo real, de uma enorme quantidade de proposições, informações e processos em andamento. O ciberespaço poderia tornar-se o lugar de uma nova forma de democracia direta em grande escala (LÉVY, 1998, p. 64).

Fundamentado na democracia, Lévy sugere que o ciberespaço transformar-se-ia no espaço do cidadão, no qual a participação crítica desse em decisões públicas, baseadas em informações disponibilizadas pelos órgãos públicos, construiria uma democracia direta.

O problema posto está na condição exigida para que a maioria da sociedade participe do ciberespaço em pé de igualdade técnica, uma vez que poucos possuem condições avançadas de acesso enquanto muitos possuem condições antiquadas ou nem possuem o acesso ao ciberespaço.

Vale enfatizar que a sociedade sofre consequências, ainda hoje, de períodos na história da humanidade, em que o totalitarismo e autoritarismo corresponderam, no poder, a sistemas de governo nas grandes nações mundiais.

No entanto, Lévy (1998, p. 80) defende o progresso na sociedade e acredita que é possível o equilíbrio entre o progresso e a distribuição igualitária das riquezas a partir da valorização de todas as qualidades humanas. E, o ciberespaço seria o lugar em que haveria “*imensas perspectivas de um aprofundamento das práticas democráticas*” capazes de possibilitar, *a priori*, a participação da maioria e, *a posteriore*, o compartilhamento de idéias, aprendizado mútuo, negociação entre indivíduos autônomos, escuta, troca entre outras ações e reações.

Logo, o ciberespaço torna-se-ia um lugar desterritorializado capaz de receber e distribuir toda e qualquer informação, em qualquer formato, para todos, desde que estejam aptos a se movimentarem por esse extenso espaço. No entanto, faz dos indivíduos inaptos, para controlar a tecnologia e técnica, marginalizados no processo de participação.

Assim, o espaço do mercado desterritorializa o cidadão – habitante da cidade no gozo de seus direitos civis e políticos de um Estado – e o transforma em consumidor, no mundo. Afinal, o ser humano se localiza no tempo e no espaço e se identifica com o lugar no qual se encontra presente, na territorialidade – identidade.

Desse modo, o ciberespaço ainda é visto mais como o espaço do mercado do que como o espaço do saber. Perde-se no valor do laço social com a desterritorialidade do indivíduo, pois a “*identidade de pertença*” torna-se flúida, líquida no território ao qual o indivíduo não mais se reconhece. Os espaços se transformaram conjuntamente com as transformações culturais promovidas pelos seres humanos a partir das evoluções técnicas: da terra, do território, do mercado e do saber.

As discussões teóricas sobre a inclusão digital por intermédio da cibercultura no ciberespaço, resultantes de um projeto de emancipação do cidadão para que esse possa efetivamente fazer valer a cidadania, devem considerar outras visões de mundo.

Para tanto, discutiremos a questão da exclusão digital, remetendo à cidadania, quando pesquisadores como Trivinho e Cazelo discordam de Pierre Lévy em alguns pontos.

4.1.2 Discurso da exclusão digital: sob a ótica da dromocracia

O discurso da inclusão digital se faz presente em quase todos os espaços, mostrando-se possível e, ainda, capaz de combater a exclusão social apenas promovendo-se o acesso e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.

Contrário ao discurso da inclusão digital pregado pelo modo de produção capitalista que pretende manter seus interesses e a ordem social, o discurso da exclusão digital procura desvendar as estratégias por trás de um grupo hegemônico.

Eugênio Trivinho (2007) defende a visão de que a violência simbólica preserva o *status quo* dos privilegiados, em todos os espaços possíveis, servindo à causa da dominação e do controle social, encerrando em luta desigual, com poucas possibilidades de transformação.

Para compreender a realidade social, na qual se faz presente a exclusão, Trivinho (2007) apresenta a comunicação, a velocidade e a cultura como “*fenômeno único*”, que se realiza no cotidiano dos atores sociais e que define a intensidade da participação desses atores.

O lugar, agora, é o ciberespaço, no qual a cibercultura é construída por aqueles atores sociais aptos, conforme definições do grupo hegemônico, a frequentar esse espaço social, que define a forma-conteúdo. “*A idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social*”, aponta Santos (2008, p. 103).

Trivinho (2007) desenvolve sua discussão com base na categoria da dromocracia, a partir da “*fenomenologia sociodromológica da história ocidental e da civilização mediática avançada*”, e define, com base nos estudos de Paul Virílio (1996), dromocracia sendo “*o regime invisível da velocidade tecnológica*”.

O termo dromocracia tem sua origem na palavra grega *dromos*, que significa rapidez, relacionando-se ao tempo e ao espaço, conforme Trivinho. E, portanto, a velocidade estaria no

centro das discussões sobre a exclusão do indivíduo da cibercultura, respondendo como processo civilizatório – dromocracia cibercultural.

A cibercultura é produzida e disponibilizada no ciberespaço, no qual objetos simbólicos são rapidamente valorizados e desvalorizados, exigindo habilidades que proporcionem ao ator possibilidades de acessar e se inserir no mundo globalizado virtual.

No entanto, a condição social na qual estão inseridos os marginalizados faz com que esses não possuam habilidades e conhecimentos necessários para se inserirem no ciberespaço, participando das ações públicas que, cada vez mais, são transferidas para esse espaço digital.

Essa noção de exclusão pode ser visualizada nas análises de Trivinho (2007, p. 38) que defende serem “*novas formas de marginalização, segregação ou exclusão*” que antes atingiam as pessoas apenas por meio dos processos materiais, mas, agora, também as atingem por intermédio dos imateriais. A violência simbólica que se abarca dos objetos imateriais – informações – reforça a condição de hegemonia da classe dominante, contribuindo para a exclusão dos atores que não possuem acesso a esse novo espaço social.

O objeto imaterial está pulverizado enquanto o controle sobre o processo é centralizado, devido à tecnologia da informação. E, ainda, a velocidade altera os espaços de lazer do tempo livre, em que a ausência do lugar (de trabalho) expande a todos os espaços sociais a comunicação, em tempo real, tornando possível, também, a execução das atividades/eventos em qualquer lugar da cidade, mas dentro do ciberespaço.

A transferência das ações humanas – culturais – para o ciberespaço, construindo um espaço para socialização da informação e disponibilidade dos serviços de interesse público sugere a necessidade de que a maioria dos cidadãos, senão todos, deveriam possuir acesso a esse espaço digital. Além disso, devem estar aptos a acompanhar a velocidade com que as mudanças acontecem no ciberespaço.

No entanto, a cultura no espaço digital exige uma transmissão dessa pela comunicação eletrônica que, por consequência, exige que seus atores estejam incluídos digitalmente.

A lógica imposta pela cibercultura dromocrática está presente no mercado que faz uso da técnica e da tecnologia, para inovar de forma cada vez mais veloz, aplicando ao, não mais cidadão, agora consumidor, o desejo de acompanhar as inovações do mercado, valorizado pela cibercultura no ciberespaço.

A condição dromocrática da cibercultura exige que a violência high tech seja introjetada e ‘atuada’: a dromoaptidão em relação às senhas infotécnicas de acesso (ao mercado de trabalho, ao cyberspace, ao lazer digital, à alteridade virtual etc.) deve se converter em habitus, modo de ser, de estar e de agir diuturnamente reconfirmado até a simbiose imaginária e o acoplamento corporal com o vetor implicado consolidarem o automatismo subjetivo e prático requerido. O ideal cínico da cibercultura é o Homo velox com a consciência feliz e despreocupada do Homo ludens. Dessa maneira, a violência da técnica avançada adquire, de tão invisível, o ar que lhe talha a sofisticação e a imunidade que também a redime de todo questionamento público (TRIVINHO, 2007, p. 75).

O espaço digital torna-se um ambiente, cada vez mais, de divisão digital da sociedade entre os aptos e os inaptos, os dominantes e os defasados e outras condições mais que a sociedade apresenta.

Pode-se visualizar a contradição anterior a partir das análises realizadas por Trivinho (2007, p. 108) que apresenta a técnica elitizada e utilizada por um grupo pequeno de atores que se fortalecem no ciberespaço – a elite cibercultural, no qual o uso da racionalidade técnica a favor da divisão social, da construção de mundos antagônicos, sugere um caminho, cada vez mais, sem volta para os dromoinaptos, *“segregados sobre cujos ombros a mesma história projeta os dissabores da mais tenra forma de mazela, a miséria informática, a falta de domínio (especializado ou não) do capital cognitivo necessário à inclusão na cibercultura”*.

Entretanto, a divisão social entre dominantes e defasados, aptos e inaptos, dentro *“dessa nova pirâmide hierárquica”*, pode ser considerada também, como a condição necessária para o início da conscientização pelos defasados de sua localização espacial dialética.

Desse modo, ao mesmo tempo em que se busca o desejo inalcançável de se tornar um ser apto no ciberespaço, constrói-se a conscientização de ser inapto e, portanto, a necessidade de se lutar por transformações no espaço social.

Mas, para Trivinho (2007), deve-se ter cuidado com essa reciclagem estrutural que pode levar a um processo permanente de exclusão, convertendo a inclusão de hoje na exclusão do amanhã, uma vez que o espaço ao qual são incluídos torna-se ultrapassado, excluindo-os (aqueles que participam do processo). Esse espaço de segregação não inclui, mas exclui, ao tentar buscar o capitalismo ciberdromocrático. E, ainda, a tentativa de se praticar a inclusão digital é a ciberaculturação em massa, que não consegue reverter o processo da exclusão.

O discurso da inclusão digital é criticado por Trivinho (2007, p. 190) notadamente no que se refere as ações de promover equipamentos populares a preço baixo ou mesmo disponibilizar softwares livres, como se tais ações fossem capazes de competir no mercado e proporcionar a inclusão digital. Para o autor, tal posição representa um grandioso equívoco, uma vez que esses recursos não tornam capazes seus usuários de acompanhar a velocidade daqueles que operam no ciberespaço com equipamentos e softwares de última geração.

No discurso da exclusão digital, o ciberespaço apresenta-se como o lugar no qual os atores digitais sociais se constroem e se fazem presentes, sendo valorizados pelas suas habilidades técnicas e tecnológicas que os tornam mais aptos. A cibercultura corresponde à *“fase contemporânea da civilização tecnológica”* na pós-industrialização, em que o capitalismo se remodelou e transformou o espaço e o tempo, adequando-os aos interesses de mercado, atualmente, tecnológicos.

O discurso da inclusão digital se faz presente na Sociedade da Informação, desconstruindo os debates sociais e promovendo um indivíduo consumidor de idéias e tecnologias que não o insere no espaço social como cidadão pleno.

A ideologia, defendida no âmago da sociedade, reforça as idéias capitalistas e faz com que a participação politizada do indivíduo desapareça em alguns momentos da arena de conflitos entre o burguês e o proletário.

No entanto, a compreensão desse contexto pelos atores que nele se encontram inserido exigiria uma politização. E, politizar seria, na prática, a ação crítica sobre o tecnológico, simbólico e imaginário de maneira a conscientizar-se da condição humana, em sua totalidade e historicidade, contribuindo para o desvelamento da violência simbólica em curso. Assim,

somente seria possível essa politização a partir da conscientização de que é uma ilusão pensar que as tecnologias possibilitam somente ações inclusivas.

As tecnologias promovem, também, ações de exclusão e, portanto, precisam ser enxergadas por esse ponto de vista para que se conscientize da realidade à qual se faz parte, marginalizado, buscando compreendê-la e transformá-la.

Edilson Cazeloto (2008, p. 17), tendo como fundamento a ótica de Eugênio Trivinho, faz uma análise do contexto histórico atual e critica a inclusão digital, sendo proposta como a salvadora para os excluídos digitais dessa “*tragédia humanitária*” que sufoca a sociedade, reforçando o discurso do capitalismo.

Desse modo, o computador é apresentado como tecnologia capaz de reduzir o abismo que existe entre dominantes e defasados, avançando “*por todo o tecido social*”, como se fosse algo mágico. Todos os segmentos sociais passam a ser mediados pelo computador, que corresponde às necessidades humanas de se comunicar e produzir. As “*relações não-comerciais e não-tecnológicas*”, agora, apresentam-se tomadas pela técnica e envolvidas de tecnologia capaz de transformar todos os espaços sociais.

[...] É como se a ‘eficiência’, a ‘racionalidade’ e a ‘velocidade’, características que se atribuem aos equipamentos informáticos, tivessem, na verdade, um caráter latente de obrigatoriedade para a civilização humana. E só agora, no entanto, com o avanço tecnológico, pudemos finalmente criar maneiras de materializar no mundo vivido essa ‘necessidade antropológica’.

A inclusão digital seria, então, uma inclusão na humanidade. Nos discursos de legitimação sobre o tema, emerge a perspectiva de que somente a máquina, paradoxalmente, permite que sejamos homens e mulheres, engajados plenamente no convívio mútuo e na esfera da produção. Fora da informática, a morte para o ser social (CAZELOTO, 2008, p. 18-19).

O autor aponta que houve mudanças no modo de produção capitalista que levaram a padrões de produção, os quais regulam as relações de trabalho e lazer. Além disso, controlam o processo de inserção do indivíduo nos vários espaços de socialização a partir da ocupação, excluindo os desempregados.

As transformações na organização do trabalho, desde o século XVII, e, principalmente a partir da informatização, podem alienar o trabalhador que, nesse momento, deixa de conhecer completamente a técnica utilizada na produção para apenas “vigiar” as máquinas.

Desse modo, enquanto a produção da mercadoria imaterial se encontra no centro, por meio das tomadas de decisões, a mercadoria material que envolve trabalho material – braçal, mas não menos importante, estaria na periferia, de forma menos valorizada no espaço social. E, com isso, os direitos do trabalhador estão sofrendo impactos da transformação no modo de produção.

As mudanças ocorridas na organização do trabalho podem ser vistas na transformação de empregos em prestação de serviços. Na visão de Cazeloto (2008, p. 41), há serviço a ser executado, mas os empregados estão se transformando paulatinamente em prestadores de serviço. “[...] *A informática libera o capital para procurar o máximo de qualificação no trabalho pelo mínimo de custos em qualquer lugar do mundo*”.

O contexto histórico para análise do papel da inclusão digital é complexo e influenciado pelas mudanças ocorridas no modo de produção capitalista, que interferiu diretamente na organização do trabalho, gerando uma divisão entre trabalhadores qualificados e bem remunerados e trabalhadores de baixa qualificação alocada em serviços periféricos.

Nessa nova organização do trabalho, o conhecimento, a cultura cotidiana e a criatividade passam a dar valor ao objeto técnico no espaço social e não mais tão importante será o material, mas o imaterial, com a transformação do saber em mercadoria.

As mercadorias informacionais estão ligadas a estilos de vida, personalidades e identidades únicas, sendo capazes de carregar, com elas, informações culturais relevantes para grupos específicos e, portanto, criando perfis e novos modelos culturais.

A cibercultura, disposta no ciberespaço, torna-se produto consumível, dentro desse espaço de produtos culturalizados. A comunicação e o simbólico criam valores à cultura construída no ciberespaço – *capitalismo é comunicação*. Como comunicação ele precisa expressar as suas idéias por todo o mundo e, principalmente, levar as idéias mundiais aos lugares, aos espaços locais – glocalização. É levar o “*poder comunicacional vigente*” a todos os espaços humanos.

No entanto, a nova forma do capitalismo simbólico que se vende por meio da comunicação e de imagens desterritorializou as nações e provocou a criação de um espaço financeiro pulverizado no ciberespaço.

O poder hegemônico não se apresenta em um centro geopolítico, apesar de as grandes empresas capitalistas serem norte-americanas, mas espalhadas pelo mundo, formando um único espaço econômico imperial – capitalista.

Desse modo, o desejo de se manter atualizado para corresponder às inovações tecnológicas faz com que o cotidiano seja informatizado, levando a uma “*convergência digital*”, em que se buscam, cada vez mais, os programas de inclusão digital.

Entretanto, a compreensão dos programas de inclusão digital somente se torna possível ao se analisarem as relações sociais e a distribuição social do trabalho dentro do atual modo de produção – capitalista – adaptado às novas técnicas e tecnologias.

Assim, inclusão digital é outro termo para dizer ‘inclusão na cibercultura’, e, portanto, pode ser compreendida como parte do movimento expansionista da informatização do cotidiano, com todas as consequências oriundas de sua hierarquização global e suas formas de controle, distribuição de privilégios, organização da vida cultural e divisão social do trabalho. [...] (CAZELOTO, 2008, p. 82).

A informatização do cotidiano propicia espaço para que haja transformações nas relações sociais e, portanto, mudanças no tempo e no espaço do indivíduo que, agora, se relaciona de maneira diferente – acelerada.

Logo, a informatização da sociedade se apresenta como senha de acesso a determinados espaços e estilos de vida valorados pelas sociedades hegemônicas. Assim, a informatização da sociedade acelera a evolução tecnológica e promove a insegurança estrutural, principalmente para aqueles que não conseguem acompanhar a velocidade com que a tecnologia se inova, destruindo as antigas habilidades.

Dessa forma, as mudanças na vida cotidiana promovem a insegurança no espaço do trabalho e exige de muitos a atualização contínua e, portanto, a busca crescente por programas de inclusão digital.

O emprego passa a ser resultado de conquistas pessoais e competições no mercado de trabalho ao invés de corresponder aos direitos civis e à cidadania plena.

O desejo por conquistar a riqueza do amanhã leva o proletário a se enxergar na imagem do burguês, em outras palavras, a angústia do dominado em deixar de sê-lo, faz com que se busque ocupar o lugar do dominador. Mas, a transformação não acontece e o proletário fica mais pobre enquanto o burguês cada vez mais rico, pois o desejo do proletário faz com que ele trabalhe mais na tentativa de se tornar rico, enriquecendo aquele que já é rico.

Essa lógica também se aplica à cibercultura, em que indivíduos buscam se atualizar continuamente para conquistar o status de aptos a acessar o ciberespaço, mas quando adquirem alguns conhecimentos técnicos outros já foram criados, de maneira que esses permaneçam atrasados em comparação com os aptos – os ricos e letrados.

Controlar o acesso aos espaços de socialização, às ferramentas de comunicação, aos espaços de trabalho, entre outros, pode ser o mesmo que controlar o acesso à cultura e à riqueza, determinando o modo de vida das pessoas.

Perde-se, assim, o foco no direito com “*demandas por justiça social*”, direcionando o foco para “*qualidade de vida*”, uma vez que se move do grupo (consciência de classe) para o indivíduo. A cidadania é enfraquecida pela luta ao direito de ser consumidor e exercer um trabalho subalterno às elites ciberculturais.

Os programas de inclusão digital são utilizados pela elite da cibercultura para reproduzir o capitalismo contemporâneo, dando manutenção à ordem dominante, mesmo que essa esteja pulverizada nos diversos espaços pelo planeta Terra.

Cazeloto (2008, p. 125) enxerga a inclusão digital como “[...] *um artifício de engenharia social criado para estender ao maior número possível de cidadãos os eventuais benefícios que uma elite já desfruta integralmente, como parte ‘natural’ de sua inserção na sociedade*”.

Assim, os programas de inclusão digital podem agir de duas maneiras, sendo elas: “*no sentido contra-hegemônico*” ou na “*reprodução da própria lógica imperial*”. O discurso capitalista faz uso da segunda ação, reforçando a ordem burguesa, o que nos exige atenção.

A atenção fundamenta-se na condição na qual estão inseridos aqueles que acabam participando dos programas de inclusão digital. São indivíduos que não possuem condições financeiras para adquirir tecnologia de ponta e desconhecem o saber técnico de alto nível alocado nos centros desenvolvedores de *hardware* e *software*. E, portanto, eles absorvem, por intermédio dos cursos profissionalizantes, praticados pelos programas de inclusão digital, um treinamento rudimentar sobre alguns programas que os tornam capazes apenas de buscar empregos subalternos.

Desenha-se, assim, um dos primeiros papéis a serem cumpridos pelos programas sociais de inclusão digital [...]: capacitar a mão-de-obra necessária ao exercício dessas funções de apoio, sem as quais a produção contemporânea seria impossível. [...] (CAZELOTO, 2008, p. 132).

Para Cazeloto (2008, p. 146), os programas de inclusão digital são técnicas utilizadas no capitalismo atual para “*reenraizar*” aqueles cidadãos que foram “*desenraizados*” no capitalismo industrial, “*como força de trabalho subalterna nos quadros das tarefas de apoio à megainfoburocracia*”.

Desse modo, os programas de inclusão digital promovem a participação do cidadão ao equipamento tecnológico, seguido de rudimentares treinamentos em *softwares* e *hardwares*, mas não chegam ao nível desejável de construção do saber que pudesse emancipar, realmente, o cidadão de sua condição subalterna.

A questão posta esbarra nos “*planos sociais de interpretação das informações*”, em que a preocupação maior deveria estar na construção de uma consciência crítica capaz de análise e síntese dos próprios problemas ao invés de promover meramente o acesso às informações. Vale acrescentar que a falta de crítica leva o cidadão a buscar solução para os problemas sociais na ordem econômica, deixando o político e o social para segundo plano, o que afeta diretamente a organização da sociedade e do estado como interesse público para equalizar as condições humanas.

A política pública, muitas vezes, é praticada como forma de desenvolvimento econômico e de progresso, deixando-se de lado a proposta primeira das políticas públicas como política de Estado e não de mercado.

[...], as políticas de inclusão digital comungam de uma ética produtivista na qual os mecanismos de desenvolvimento econômico se situam como finalidade última do Estado e da sociedade. Atrelando-se a esse viés produtivista, o objetivo da inclusão digital é produzir riqueza para o país e trabalho para os cidadãos. [...] (CAZELOTO, 2008, p. 181).

Assim, é fácil perceber que a proposta de emancipação do cidadão apresenta-se falha nos programas de inclusão digital. Isso reforça a ideia de subalternidade dos indivíduos aos interesses de grupos hegemônicos.

Portanto, o discurso de que o simples acesso às máquinas pode ser capaz de promover a ascensão social torna-se fadado a morrer, exigindo um pensamento crítico sobre a prática da informática nos espaços de socialização da cultura, “*além da dicotomia entre inclusão e exclusão*”. Essa prática pode estar fundamentada no letramento informacional, para analisar a historicidade e a totalidade da condição humana.

4.2 Discurso da inclusão informacional: sob a ótica do letramento

O letramento, defendido por Mark Warschauer (1999) em suas pesquisas, faz-se presente em vários momentos da história da humanidade e em formatos distintos, o que exige melhor compreensão do termo, pesquisado tanto na área da Educação como na Ciência da Informação. Isso, com ênfase na análise de letramento informacional, a partir dos estudos realizados por Campello (2009), Christine Bruce (1998) entre outros pesquisadores.

Na área da Educação, Magda Soares (2002) sugere que existem vários conceitos para o fenômeno do letramento, uma vez que é recente a introdução desse termo nessa área. Logo, levando-se em consideração tal sugestão, pode-se defini-lo como “*o estado ou condição de quem exerce as práticas sociais de leitura e de escrita, de quem participa de eventos em que a escrita é parte integrante da interação entre pessoas e do processo de interpretação dessa interação*” (SOARES, 2002, p. 145).

Para Soares (2002), no momento atual de novas tecnologias, o que se visualiza seria a necessidade de refinamento do conceito de letramento, considerando a historicidade e a totalidade que o envolve.

É, assim, um momento privilegiado para, na ocasião mesma em que essas novas práticas de leitura e de escrita estão sendo introduzidas, captar o estado ou condição que estão instituindo: um momento privilegiado para identificar se as práticas de leitura e de escrita digitais, o letramento na cibercultura, conduzem a um estado ou condição diferente daquele a que conduzem as práticas de leitura e de escrita quírográficas e tipográficas, o letramento na cultura do papel (SOARES, 2002. p. 146).

Desse modo, a introdução e prática da tecnologia de escrita digital em algumas culturas são questionadas por muitos pesquisadores, conforme menciona Soares, devido aos problemas básicos apresentados em culturas tipográficas. E, ainda, Soares aponta como relevante para análise o “*espaço de escrita e os mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita.*”

A correlação entre as áreas de conhecimento, Educação e Ciência da Informação, contribuiu para o entendimento do termo letramento em suas várias formas.

Assim, Warschauer (2006, p. 67) descreve o letramento em três momentos históricos da humanidade, relacionando-o com o desenvolvimento de técnicas e tecnologias que transformaram as relações sociais, de forma que se compreenda com qual definição de letramento está se trabalhando.

[...] Em primeiro lugar, no período clássico do século XIX, [...]. A pedagogia concernente ao letramento incluía aprendizado adquirido pela repetição, recitação oral, cópia e imitação do que se considerava fala e escrita corretas.

[...]

Depois da industrialização em massa do início do século XX, o paradigma progressivo de Dewey [...]. Nesse paradigma, o letramento era visto como uma forma de expressão da própria personalidade. A pedagogia concernente ao letramento envolvia a interação entre o professor e aluno e o ‘método da descoberta’. [...].

Nessa tecnocracia, considerava-se o letramento em termos das habilidades necessárias para a atuação efetiva na sociedade. A pedagogia concernente ao letramento incluía ensino programado, pacotes de aprendizado em que o professor atuava como facilitador e aprendizado especializado de um conjunto comum de objetivos. [...] (WARSCHAUER, 2006, p. 67).

O letramento se faz presente nos momentos históricos da humanidade de formas diferenciadas, correspondendo a cada momento histórico, com suas especificidades técnicas

postas pela cultura construída pelos seres humanos. E, nesse início de século XXI, corresponde ao letramento informacional.

Desse modo, a tela do computador e a internet exigem novas habilidades de leitura e escrita, ponderadas por Soares como letramentos nos dias de hoje, os quais Warschauer sugere como possível solução para que realmente haja inclusão digital.

Se o acesso à tecnologia de informação e comunicação (TIC) é decisivo para a inclusão social na era da informação, o que o acarreta? Os dois modelos de acesso mais comuns a novas tecnologias são os baseados em equipamentos e conectividade. A insuficiência desses dois modelos força-nos a considerar um terceiro modelo, com base no letramento (WARSCHAUER, 2006, p. 55).

Essa noção de letramento aplicada à realidade social é defendida por Warschauer (2006, p. 65) ao analisar os programas sociais de inclusão digital, inclusive no Brasil, sugerindo que nos faltam projetos de inclusão digital, “*que leva em consideração os contextos sociais da prática associada ao letramento*”. Afinal, o modelo baseado no letramento que leva em consideração a realidade social do indivíduo pode apresentar possibilidades de mudança no processo de aprendizagem.

No entanto, a educação básica brasileira tem apresentado sérios problemas relacionados ao letramento das crianças que buscam os serviços públicos de educação, uma vez que os dados apresentados pelos programas de avaliação do Ministério da Educação evoluíram em seus resultados, mas, nos quais se demonstra que a situação brasileira encontra-se abaixo do desejável.

Cabe ressaltar que a pedagogia desenvolvida pelo educador Paulo Freire defende que a construção do saber deve basear-se na realidade social do próprio educando, a qual se faz responsável pela sua formação consciente.

Para tanto, o contexto histórico ao qual se vive torna-se importante no momento de se praticar o letramento, relacionando-o, também, ao desenvolvimento de técnicas e tecnologias presentes.

Dessa forma, em cada momento histórico, técnicas são desenvolvidas para corresponder à cultura produzida pelo indivíduo que demanda novos objetos técnicos, e formas variadas de letramento se apresentam para responder a cada momento.

Warschauer (2006, p. 74) apresenta seis conclusões, sobre as características do letramento, que, se consideradas, podem apoiar os projetos de inclusão digital em seu desenvolvimento e prática. Em primeiro lugar, são “*diversos tipos*” de letramento; segundo, em espaços sociais específicos, “*o significado e o valor do letramento variam*”; terceiro, o letramento existe nas pessoas de forma gradual “*e não numa oposição bipolar entre letrado e iletrado*”; quarto, o letramento acontece juntamente com outras ações educativas; quinto, “*é uma prática social que envolve acesso a artefatos físicos, conteúdo, habilidades e apoio social*”; e sexto, não depende “*apenas de educação, mas também de poder*” com que o cidadão adquira letramento.

Assim, o letramento informacional precisa ser pensado como objetivo de extrema importância dentro dos projetos que pretendem promover a inclusão social, tendo como um de seus programas a inclusão digital.

Os letramentos informacionais envolvem tanto o conhecimento específico do uso do computador (por exemplo, domínio do programa de navegação e das ferramentas de busca) como habilidades de letramento crítico mais amplas (por exemplo, análise e avaliação das fontes de informações) (WARSCHAUER, 2006, p. 157).

No que tange à cidadania, as ponderações realizadas por Marshall (1967), Santos (1979) e Carvalho (2003), de que a educação é o direito essencial para que os demais direitos se façam, está presente, também, nas defesas de Warschauer para se chegar à igualdade social.

[...] O aprendizado da leitura e da escrita leva anos de ensino, e a disparidade entre os letrados/escolarizados e os iletrados/não-escolarizados (quer no âmbito do indivíduo, da localidade ou da sociedade) coincide com – e contribui para – quase todas as outras exclusões socioeconômicas dos últimos quinhentos anos (WARSCHAUER, 2006, p. 160).

O letramento eletrônico envolve mais que manusear computador, exige considerar a historicidade e a totalidade a qual estão inseridos os indivíduos em sua condição humana, no e com o mundo. Para realização de um letramento possível a pedagogia crítica defende a participação dos indivíduos na própria construção do saber, enxergando problemas sociais enfrentados pelas famílias, comunidades etc.

A educação, praticada em ambientes de aprendizado, baseada em “*estudo e memorização descontextualizados e individuais*” não contribuem para o letramento e sim para uma marginalização dos indivíduos que não fazem parte da elite, aumentando o fosso entre burgueses e proletários, conforme Warschauer (2006, p. 160).

No entanto, a padronização praticada pelos sistemas educacionais desconsidera a realidade social a qual estão inseridos os indivíduos e desenvolvem programas sociais de inclusão digital baseados em normas e padrões preestabelecidos pelo computador e não pelo indivíduo.

Logo, faz-se necessário partir da realidade social na qual será aplicado o programa, para que se construa uma prática educacional condizente com a realidade vivida, capaz de compreender e interferir na mesma, transformando-a por meio das próprias ações dos indivíduos da comunidade. A expansão do uso do ciberespaço para práticas políticas exige, também, a inclusão de todos de forma que se construa uma cidadania plena.

O programa social de inclusão digital que parte de modelos predefinidos com base nos softwares e hardwares disponibilizados, desconsiderando a realidade social do indivíduo, poderá promover a pauperização do indivíduo. Ideia que pode ser confirmada mediante os estudos de Warschauer (2006, p. 263) que aponta essa prática como “*mais uma ameaça contra os pobres do que uma oportunidade*”.

O letramento informacional alicerçado apenas em equipamentos, reproduz o letramento moderno que se baseava na cópia em cadernos, sem que houvesse a construção consciente do conhecimento por parte daquele que se faz letrado.

Tanto a cópia quanto o manuseio da máquina, sem conhecimento crítico do que se faz, torna-se movimento mecânico por parte dos indivíduos e isso, por vezes, não promove transformações sociais. Simplesmente reforça a ordem sócioeconômica hegemônica.

Contrário a essa formação mecânica e favorável à proposta de um letramento crítico, Warschauer (1999, p. 1), em seu livro *Eletronic literacies: language, culture, and power in online education*, enfatiza a importância do letramento eletrônico, informacional ou, ainda, digital, para que os projetos de inclusão digital apresentem transformações sociais, pois os

mesmos baseam-se em infraestrutura tecnológica, “*mas tecnologia por si só não é toda poderosa. Pelo contrário, a mudança tecnológica se cruza com outros fatores políticos, culturais, econômicos e sociais para ajudar a determinar como o letramento é praticado.*”⁸

Assim, a transformação histórica sofrida pelo letramento identifica, entre outros fatores, a importância do contexto para a realização do letramento. Para cada contexto histórico, uma técnica corresponde e transforma as tecnologias – da imprensa ao computador – impactando-se sobre o processo de aprendizado dos indivíduos.

Percebe-se ainda que, as tecnologias, cada uma em sua época, exigem dos indivíduos habilidades e conhecimentos que os tornem capazes de controlá-las para produzir e consumir produtos materiais e imateriais.

Dessa forma, a multimídia torna-se, para os indivíduos, um novo tipo de prática de leitura e escrita, que exige um multiletramento capaz de abarcar inclusive a cibercultura, na qual a cultura pode ser um processo em constante transformação e redefinição, correspondendo às transformações tecnológicas na Sociedade da Informação.

Na Ciência da Informação, o uso do termo letramento informacional advém de sua aplicação pelos bibliotecários norte-americanos, na década de 1970, para corresponder às habilidades necessárias ao uso de fontes eletrônicas de informação.

Para Campello (2009, p. 69), “*o conceito de letramento informacional foi construído em torno de diversas noções*”. Essas noções se apresentam na sociedade da informação, na tecnologia da informação e no construtivismo, o qual, por sua vez, tornou-se a base teórica para o modelo de letramento desenvolvido pela pesquisadora norte-americana Carol Kuhlthau, baseada nos estudos de usuários.

Por outro lado, os estudos realizados por Christine Bruce procuravam “*identificar e compreender as características da pessoa competente no uso da informação*”, conforme Campello (2009, p. 75).

⁸ Tradução realizada do original por Rogério Luís Massensini.

Assim, quando se desenvolvem habilidades educacionais de letramento informacional o que se visualiza pode ser um indivíduo capaz de aprender por si – autodidata. O letramento informacional faz do indivíduo um aprendiz independente para o longo da vida.

Portanto, Bruce (1998, p. 25), classificou como letramento informacional as habilidades para localizar, administrar e usar a informação e, ainda para a tomada de decisões, a solução de problemas, o desenvolvimento profissional, a pesquisa, além da capacidade de o indivíduo ser autodidata.

Bruce (1998, p. 30), em sua análise, identifica sete faces do fenômeno do letramento informacional: *“as concepções de tecnologia da informação; de fontes de informação; de processos de informação; de controle da informação; de construção do conhecimento; de extensão do conhecimento; e a de sabedoria”*.

A primeira categoria, *“a concepção de tecnologia da informação é visualizada como usar a tecnologia da informação para recuperação e comunicação da informação”* (BRUCE, 1998, p. 30). Essa habilidade é um dos principais benefícios para que o letramento informacional aconteça.

A segunda categoria, *“a concepção de fontes de informação é visualizada como encontrar informação [...] em termos de conhecimento de fontes de informação e uma habilidade para acessá-las”* (BRUCE, 1998, p. 31). São habilidades de encontrar informações necessárias e importantes.

A terceira categoria, *“a concepção do processo de informação é visualizada como executar um processo”* (BRUCE, 1998, p. 32). Habilidades para executar processos informacionais confrontando novas situações de ausência de conhecimento.

A quarta categoria, *“a concepção de controle de informação é visualizada como controlar a informação [...] neste contexto, é sobre armazenar informação (geralmente documentos), de forma que garanta a fácil recuperação”* (BRUCE, 1998, p. 33).

A quinta categoria, *“a construção do conhecimento é visualizada como construir uma base de conhecimento pessoal de uma nova área de interesse”* (BRUCE, 1998, p. 35).

A sexta categoria, “*a concepção de extensão do conhecimento é visualizada como trabalhar com o conhecimento e perspectivas pessoais adotadas, de tal forma que novas idéias são adquiridas*” (BRUCE, 1998, p. 36). São capacidades de intuição e soluções criativas – *insight*.

A sétima categoria, “*a concepção da sabedoria é visualizada como usar a informação sabiamente para o benefício dos outros*” (BRUCE, 1998, p. 37). São habilidades para saber usar a informação, exercendo julgamento, tomando decisões ou fazendo pesquisas.

Assim, a pesquisadora Christine Bruce (1998) corrobora com Mark Warschauer (1999) na importância do letramento informacional para construção do saber capaz de transformar as ações dos indivíduos e por consequência a condição humana.

O letramento informacional é visualizado como um dentre os vários letramentos existentes e é essencial para o indivíduo no século XXI, devido ao advento das tecnologias da informação. Ele é importante para o aprendizado em nosso mundo contemporâneo de mudanças tecnológicas rápidas que exigem um acompanhamento das inovações. Ele se torna central para o indivíduo capacitar-se e desenvolver-se economicamente, adquirindo o status social que lhe confere condições de participação plena na sociedade. Além disso, o letramento informacional torna-se uma extensão do letramento e importante processo na transformação da Sociedade da Informação.

Desse modo, o letramento informacional pode criar novas oportunidades, baseadas na cibercultura, no ciberespaço, e, também, projeta uma eficaz formação cívica, pessoal e profissional. E, ainda, quando o indivíduo reconhece seu aprendizado, somando-se a isso o letramento informacional, criam-se possibilidades de construção do conhecimento nos diversos espaços de convívio, com efetivas possibilidades de transformações sociais em sua vida.

Essa proposta de um letramento informacional atrelado à conscientização do indivíduo pode ser um caminho para os programas sociais de inclusão digital que se apoiam apenas nos equipamentos, desconsiderando o potencial social de que é capaz o ser humano para produzir informação social.

Para tanto, as noções de inclusão digital propostas por Bernardo Sorj (2004) e Mark Warschauer (2006) tornam-se adequadas à análise de Bruce (2004, p. 2), para que se realize a distinção entre os diversos letramentos e se consiga apontar o letramento informacional e o letramento na tecnologia da informação, em que o primeiro envolve capacidades intelectuais para lidar com informação e o segundo para lidar com informática.

Essa distinção entre as duas formas de letramento se faz importante, uma vez que muitos programas, instituições e governos praticam apenas um desses letramentos – da tecnologia da informação. Portanto, a distinção ajuda a classificar qual letramento cada setor está utilizando.

A importância de se promover o letramento informacional está na ação de se propiciar ao indivíduo possíveis condições dele construir *“uma aproximação crítica da realidade”*, na qual ele poderia tornar-se mais consciente e engajado politicamente, para se enxergar como cidadão e não como marginalizado.

Pretende-se, então, a consciência crítica, de que tanto Paulo Freire discute como parte da emancipação crítica, que *“é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais circunstanciais”* (FREIRE, 2003, p. 113).

O indivíduo iletrado ou sem o letramento informacional está predisposto a acessar uma quantidade menor de informação ou informações sem interesse para o que realmente precisa solucionar.

Por outro lado, o indivíduo letrado conta com aportes que o tornam capazes de compreender a própria realidade social e questioná-la em sua dimensão pessoal e ao Estado, elementos que podem contribuir para que se construa uma cidadania plena capaz de transformar a estrutura social.

Essa proposta de transformação a partir do letramento dos cidadãos, promovendo condições necessárias para que os mesmos possam compreender e transformar a realidade social é defendida, também, por Bruce (2004).

O letrado informacional é uma pessoa que reconhece que a informação precisa e completa é a base para a tomada de decisões inteligentes, reconhece a necessidade de informações, formula perguntas com base nas necessidades de informação, identifica as potenciais fontes de informação, desenvolve estratégias de busca bem-sucedida, acessa fontes de informação, avalia informações, organiza a informação, integra a nova informação em um corpo existente de conhecimento, e usa a informação no pensamento crítico e resolução de problemas. Aprender a ser alfabetizado envolve a aquisição de informações e demonstrar esses atributos (BRUCE, 2004, p. 3)⁹.

Bruce (2004, p. 5) menciona que pesquisas, publicadas pela UNESCO (*Educação: um tesouro a descobrir*¹⁰), propuseram quatro pilares para a educação no século XXI e que se relacionam ao letramento informacional, sendo eles: “*aprender a viver juntos; aprender a conhecer; aprender a fazer e aprender a ser*”.

Relativo aos pilares para a educação, relacionados ao letramento, alguns pesquisadores têm apontado o termo competência informacional como o que mais se aproxima das ações realizadas junto aos programas de inclusão digital, para transformar o contexto social a partir da construção de habilidades nos indivíduos.

No entanto, para Duarte (2007), competência informacional está ligada diretamente à inclusão digital, juntamente com outros modelos, uma vez que “*o processo de inclusão digital envolve alfabetização digital, letramento digital e competência informacional, para que seja alcançado em seu sentido mais amplo*” (DUARTE, 2007, p. 110).

Desse modo, o letramento informacional constitui uma dimensão relevante, capaz de propiciar condições de transformar o processo de aprendizado do indivíduo, inclusive para além da escola, com experiências reais de uso da informação, criando oportunidades para a reflexão crítica do próprio processo de aprendizagem. E, é possível inferir que as transformações acontecem quando há um consenso global e envolvem mudanças culturais e de valores educacionais que partem dos próprios envolvidos no processo de aprendizagem. Dessa forma, as experiências vividas são de extrema importância no momento em que se discute a prática do letramento informacional e sua aplicabilidade nos contextos educacionais.

⁹ Tradução realizada do original por Rogério Luís Massensini.

¹⁰ Livro disponível no Domínio Público: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000009.pdf>>

Trabalha-se com o conceito de letramento fundamentado nos caminhos que são de uso crítico das técnicas e tecnologias da informação, para promoção da igualdade, a partir dos passos propostos tanto por Sorj (2004) quanto por Warschauer (2006) e Bruce (1998), ou seja, do uso crítico da informação. Esses passos podem atingir os vários níveis de marginalidade apresentados no tópico anterior por Trivinho (2007) e Cazeloto (2008), uma vez que não correspondem à lógica perversa do capitalismo.

Então, os vários letramentos se somam em um multiletramento capaz, de conduzir o indivíduo em seu aprendizado, construindo o espaço do cidadão pleno.

Tendo em vista que a proposta da pesquisa é de analisar a realidade dos projetos de inclusão no CVT Henfil, apresenta-se a seguir a fundamentação, teórico metodológico, utilizada como método e técnica para aproximação crítica dessa realidade social pesquisada.

*Mãos dadas*¹¹

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.*

*Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.*

¹¹ ANDRADE, Carlos Drummond de. Sentimento do Mundo. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 161.

5 PERCURSO METODOLÓGICO: UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

5.1 Os caminhos da pesquisa: do problema ao método

Os caminhos da pesquisa tiveram início pela formulação do problema que foi trabalhado para que se apresentasse coerente com as indagações norteadoras da pesquisa, havendo se colocado também em pauta a escolha do método para atingir os objetivos, respondendo ao que se propôs.

Assim, em razão das diretrizes acima, o problema foi formulado nos seguintes termos: Quais são, em termos de informação social e de letramento informacional, as oportunidades e limitações, vivenciadas pelos alunos do projeto de inclusão digital, do Centro Vocacional Tecnológico Henfil, em Ribeirão das Neves, e como essas interferem no nível das ações desses indivíduos e na transformação de suas realidades históricossociais?

Os passos para se obterem os objetivos da pesquisa são apresentados a seguir, com o intuito de responder o problema. Vejamos:

- Descrever e caracterizar, em termos informacionais e educacionais, o projeto de inclusão digital do Centro Vocacional Tecnológico Henfil;
- Mapear e analisar as facilidades e limitações da situação históricossocial e educacional da região de Ribeirão das Neves que interferem na realidade social dos cidadãos nevenses;
- Caracterizar quem são os alunos que frequentam o Centro Vocacional Tecnológico Henfil;
- Apreender as influências do acesso à TIC e a participação no projeto do C.V.T., como elemento de transformação na realidade dos alunos;

- Identificar e analisar as transformações ocorridas com os alunos participantes do projeto de inclusão digital do C.V.T. Henfil, tendo como foco informação social e letramento informacional;

Na tentativa de compreender o fenômeno social posto como exclusão digital, em um universo específico, há uma necessidade de, por meio de métodos e técnicas de pesquisa, observar, descrever, explicar e interpretar o impacto do programa social de inclusão digital nas vidas dos adolescentes e jovens que frequentaram ou, ainda, frequentam o projeto no Centro Vocacional Tecnológico Henfil, de Ribeirão das Neves.

Entretanto, *“na Ciência da Informação, os desafios acerca da descrição e da delimitação do objeto se evidenciam tanto na pluralidade de fenômenos e eventos tomados como elementos de pesquisa quanto na polissemia de definições sobre o termo Informação”* (FROTA, 2007, p. 52).

Assim, o objeto abordado evidencia-se pelo fenômeno da exclusão digital, em que trabalhamos a definição sobre o termo informação com ênfase no espaço social. As diversas definições para o termo informação exigiu-nos delimitá-lo de maneira a permitir a aproximação da realidade investigada. Portanto, definiu-se por trabalhar com o conceito de informação social.

Em síntese, considera-se que, para a realização adequada do procedimento da descrição, em pesquisas na Ciência da Informação, é necessário indicar claramente com que definição de informação se está trabalhando e a quais unidades de análise se refere a problemática investigada: aos profissionais e usuários da informação ou às instituições, suportes e sistemas de informação (FROTA, 2007, p. 52).

Para descrever o projeto de inclusão, tornou-se necessário identificar, dentre vários métodos e técnicas, alguns que pudessem responder aos objetivos do problema proposto à Ciência da Informação como uma Ciência Social Aplicada, pertencente a uma área mais ampla – as Ciências Sociais.

As pesquisas em Ciência da Informação são permeadas por duas ordens de desafios quando se considera a dimensão da interpretação e sua relação com a constituição do campo científico: os desafios da área mais ampla na qual estão inseridas (as ciências sociais) e aqueles específicos da Ciência da Informação (FROTA, 2007, p. 57).

No próximo tópico apresentamos as possibilidades metodológicas, a partir da abordagem etnográfica, bem como o conjunto de métodos e técnicas que relacionaram a observação participante, entrevistas, questionários e diários descritivos, elementos que se constituíram os fundamentos e as diretrizes na condução da pesquisa.

5.2 Métodos e Técnicas nas Ciências Sociais: a etnografia

Buscou-se na Antropologia Social, como uma Ciência Social, a etnografia para tentar responder ao problema proposto, fazendo-se essa ponte entre essa e a Ciência da Informação, com o objetivo também de que esta modalidade de pesquisa possa contribuir e ser incorporada nesta.

Utilizar-se da etnografia como metodologia de pesquisa exige-nos aprender seus fundamentos e compreendê-la de forma ampla, de forma a subsidiar o processo de pesquisa. Para tanto, alguns pesquisadores nos proporcionaram essa compreensão, como Bronislaw Malinowski (1984), Claude Lévi-Strauss (1970), Clifford Geertz (1989), Gilberto Velho (1978) entre outros de igual relevância para o tema.

Para Lévi-Strauss (1970, p. 16), a etnografia se faz por meio da “*observação e análise de grupos humanos considerados em sua particularidade (...), e visando à reconstituição, tão fiel quanto possível, da vida de cada um deles; [...]*”.

Etnografia é também conhecida como: pesquisa social, observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa analítica, pesquisa hermenêutica. Compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos. Por exemplo: uma vila, uma escola, um hospital, etc.(MATTOS, 2001, p. 1).

Eunice Ribeiro Durham (1986), em trabalho sobre a vida e a obra de Malinowski, aponta que “*a grande inovação de Malinowski no trabalho de campo consiste na prática do que é chamada hoje em dia observação participante.*” Assim, a etnografia torna-se capaz de reconstruir e transmitir as experiências de vida, sem perder o seu valor humano.

[...] Sem dúvida, para que um trabalho etnográfico seja válido, é imprescindível que cubra a totalidade de todos os aspectos – social, cultural e psicológico – da comunidade; pois esses aspectos são de tal forma interdependentes que um não pode ser estudado e entendido a não ser levando-se em consideração todos os demais (MALINOWSKI, 1984, p. 11-12).

Malinowski (1984) apresenta a preocupação para com a produção de uma pesquisa de campo com qualidade, para a área científica. A validação de um trabalho exige uma preocupação para com um relato honesto dos dados coletados, aproximando-se o máximo possível desses no momento da apresentação final dos resultados.

[...] Na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador; suas fontes de informação são, indubitavelmente, bastante acessíveis, mas também extremamente enganosas e complexas; não estão incorporadas a documentos materiais fixos, mas sim ao comportamento e memória de seres humanos. Na etnografia, é frequentemente imensa a distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e o material bruto das informações coletadas pelo pesquisador [...] (MALINOWSKI, 1984, p. 19).

Em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, Malinowski (1984, p. 20) sugere-nos o agrupamento de alguns princípios metodológicos, para uma pesquisa etnográfica, em três unidades, em que, primeiro, o pesquisador precisa de “*objetivos genuinamente científicos e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna*”; segundo, ele precisa de “*boas condições de trabalho*”; e por último, de praticar “*métodos especiais de coleta, manipulação e registro da evidência*”.

Portanto, devem-se conhecer seus objetivos, averiguando a aplicabilidade dos valores e critérios etnográficos sobre os mesmos, levando-se em consideração a própria experiência do pesquisador que pode, inclusive, afetar as evidências em campo.

[...] Conhecer bem a teoria científica e estar a par de suas últimas descobertas não significa estar sobrecarregado de idéias preconcebidas. Se um homem parte numa expedição decidido a provar certas hipóteses e é incapaz de mudar seus pontos de vista constantemente, abandonando-os sem hesitar ante à pressão da evidência, sem dúvida seu trabalho será inútil. Mas, quanto maior for o número de problemas que leve consigo para o trabalho de campo, quanto mais esteja habituado a moldar suas teorias aos fatos e a decidir quão relevantes eles são às suas teorias, tanto mais estará bem equipado para o seu trabalho de pesquisa. As idéias preconcebidas são perniciosas a qualquer estudo científico; a capacidade de levantar problemas, no entanto, constitui uma das maiores virtudes do cientista – esses problemas são revelados ao observador por meio de seus estudos teóricos (MALINOWSKI, 1984, p. 22).

Para Malinowski (1984), a pesquisa etnográfica tem como objetivo estabelecer um contorno firme e claro do universo a ser analisado, apreendendo a sua visão de mundo, em busca de sentido. São métodos utilizados empiricamente em pesquisas antropológicas e sociológicas e que podem contribuir para a metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação.

Desse modo, nas Ciências Sociais, inclusive nas Aplicadas, numa vertente mais *“compreensiva em busca de sentido, [...] a relação com entes pesquisados é de ordem intersubjetiva, a verificação dos resultados inclui os dois contextos, o da descoberta e o da justificação e os resultados alcançados são considerados parciais, provisórios e abertos à crítica”* (FROTA, 2007, p. 52).

Assim, observar, descrever, explicar e interpretar o impacto do projeto de inclusão, objetivado por meio de falas entre outras atitudes exige-nos compreender *“a expressividade humana que é capaz de objetivações, isto é, manifesta-se em produtos da atividade humana que estão ao dispor tanto dos produtores quanto dos outros homens, como elementos que são de um mundo comum”* (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 53).

Ivan Domingues (2004, p.103) sugere-nos a *“necessidade de se articular, num mesmo método, os níveis descritivo, explicativo e interpretativo (compreensivo) para empreender a análise científica dos fenômenos humano-sociais.”*

Assim, procuramos, na etnografia, um caminho para realizar a pesquisa de campo e construir novas perguntas ao responder as já feitas, analisando cientificamente os fenômenos humano-sociais, como sugeriu Domingues (2004), apreendendo como a participação no Centro Vocacional Tecnológico Henfil serviu como elemento de transformação na realidade dos alunos.

Dessa forma, desenvolvemos o trabalho de campo apoiado na etnografia, como fundamento metodológico, com o intuito de compreender o problema de pesquisa.

É oportuno ainda acrescentar que a formulação de Roberto Da Matta (1978) constituiu também aspecto relevante a considerar:

Desse modo, enquanto o plano teórico-intelectual é medido pela competência acadêmica e o plano prático pela perturbação de uma realidade que vai se tornando cada vez mais imediata, o plano existencial da pesquisa em Etnologia fala mais das lições que devo extrair do meu próprio caso. [...] ela deve sintetizar a biografia com a teoria, e a prática do mundo com a do ofício (MATTA, 1978, p. 25).

Matta (1978, p. 35) corrobora as idéias de Geertz (1989), em *A interpretação das culturas*, e aponta-nos, como ofício de etnólogo, a necessidade da descrição densa, na qual “*para distinguir o piscar mecânico e fisiológico de uma piscadela sutil e comunicativa, é preciso sentir a marginalidade, a solidão e a saudade. É preciso cruzar os caminhos da empatia e da humildade*”.

A intenção foi a de identificar como se apresentam as transformações ocorridas com os alunos participantes do projeto de inclusão digital do Centro Vocacional Tecnológico Henfil, tendo como foco a informação social.

[...] A preocupação com a qualidade de vida é uma das grandes conquistas do nosso tempo, mas se não for constantemente relativizada e colocada em seu contexto sócio-histórico adequado pode, inclusive, virar uma arma contra seus próprios propugnadores e ideólogos, à medida que possa mascarar as próprias raízes e origens da problemática. A lição da Antropologia é que o primeiro passo, o mais fundamental é procurar ouvir e entender a visão de mundo dos grupos sociais que vivem diretamente essas situações e procurar perceber seus pontos de vista, com o mínimo de preconceitos e sem paternalismos (VELHO, 1978, p. 15-16).

Assim, a pesquisa de campo tornou-se uma complexa atividade a ser realizada, para além da teoria. Afinal, “*não há como propriamente ensinar a fazer pesquisa de campo. [...] A experiência de campo depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, [...] e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram, no dia-a-dia, no próprio local de pesquisa entre pesquisador e pesquisados*” (PEIRANO, 1995, p. 22).

[...] Como observadores do mundo, eles (os cientistas sociais) também participam desse; suas observações, portanto, são feitas dentro de um esquema mediado, ou seja, um esquema de símbolos e significados culturais oferecido a eles por aspectos de suas histórias de vida que eles trazem para o ambiente observacional. [...] o emprego de dados quantitativos ou de procedimentos matemáticos não elimina o elemento intersubjetivo que representa a base da pesquisa social. A objetividade consiste não em um método per se, mas na formulação do problema da pesquisa e na disposição dos pesquisadores de dedicarem-se a esse problema onde quer que os dados e suas intuições possam levá-los (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 51).

Assim, não havia um modelo pronto de metodologia de pesquisa para o problema aqui proposto e, muito menos, um único método que pudesse dar conta de todo o problema, mas a etnografia pôde ser visualizada como uma contribuição à comunidade.

Em uma ciência social cívica, os fins da etnografia – comunidades fortes, justas, igualitárias – reconciliam-se com os meios para se chegar a esses fins. [...] os meios (métodos) da ciência social são desenvolvidos, aperfeiçoados e estimados por suas contribuições às comunidades que se caracterizam por uma diferença respeitosa e terna, pelas justiças sociais e pela igualdade de acesso ao capital material, social, educacional e cultural (os fins da etnografia) (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 404).

Alguns métodos podem ser utilizados sobre um mesmo problema, com o intuito de auxiliar na pesquisa, contribuindo para o trajeto realizado. E, assim, pensou-se na utilização da etnografia “*para a compreensão do fenômeno urbano*” (MAGNANI, 2002), dando voz à periferia.

A pedagogia de resistência, da retomada da ‘voz’, da recuperação da narrativa para si mesmo em vez de adaptá-la às narrativas de uma maioria dominante, foi exposta do modo mais explícito por Paulo Freire no trabalho que realizou com adultos no Brasil (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 398).

Pensa-se que a etnografia permite uma maior aproximação do objeto e um melhor detalhamento dos processos, os quais o problema exigiu conhecer, uma vez que “[...] *a prática etnográfica – artesanal, microscópica e detalhista – traduz, como poucas outras, o reconhecimento do aspecto temporal das explicações*” (PEIRANO, 1995, p. 57).

[...] praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’, tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle (GEERTZ, 1989, p. 15).

Geertz (1989, p. 20) nos sugere algumas práticas a partir da etnografia e nos chama a atenção para o esforço intelectual que o pesquisador deve despender na realização da pesquisa de campo, para que consiga uma descrição densa. Afinal, “[...] *fazer a etnografia é como tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado*”.

Já dizia Paulo Freire (1996) que estamos sempre em busca do que nos falta, como sujeitos conscientes da nossa incompletude.

Para tanto, o diálogo é importante e não uma perfeição de consenso. Para buscar saber o impacto causado nas vidas dos adolescentes e adultos, que frequentaram o projeto de inclusão digital do Centro Vocacional Tecnológico, em termos de inclusão social, é preciso dialogar com estes e ouvi-los. Desta forma, realizou-se a pesquisa visando apreender quais as influências que o acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) representou para os alunos participantes do projeto de Ribeiro das Neves.

Desse modo, torna-se uma

[...] Etapa fundamental procurar a lógica e coerência internas do discurso do universo pesquisado. Sem isto poder-se-á estar correndo o risco de dar ênfase a conteúdos, possivelmente circunstanciais, relegando a segundo plano princípios classificatórios. Daí a importância do trabalho de campo, com observação participante e entrevistas que devem, em princípio, permitir ao investigador ir além das ‘aparências’ e identificar ‘códigos’ nem sempre explicitados (VELHO, 1978, p. 90).

Velho (1978, p. 113) diz *“que cabe sempre lembrar que um estudo de caso não pretende, necessariamente, encontrar o típico ou médio, mas sim, por meio de um trabalho mais demorado e intensivo, perceber mecanismos e estratégias sócio culturais difíceis ou impossíveis de serem captados por grandes amostragens de enormes universos.”*

É, portanto, ir para campo e buscar, nesse pequeno universo, investigar as transformações sociais ocorridas nas vidas desses alunos do Centro Vocacional Tecnológico, na contemporaneidade. *“Isto implicará diferentes esforços descritivos: descrições exploratórias e verticalizadas (em profundidade) [...]”* (FROTA, 2007, p. 58). Para descrições ricas em detalhes, já mencionadas como imprescindíveis à pesquisa, essas *“[...] suscitarão a produção de explicações mais próximas da vertente compreensiva das ciências sociais”* (FROTA, 2007, p. 58), o que, por fim, auxiliará na interpretação do fenômeno social, ou seja, nas análises das oportunidades e limitações vivenciadas pelos alunos e alterações ocorridas na realidade social dos ex-alunos do Centro Vocacional Tecnológico Henfil.

Para tal processo descritivo rico em detalhes faz-se necessário o uso de técnicas multimetodológicas que consigam informações diversas e importantes sobre o universo de pesquisa.

As pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Podemos dizer, entretanto, que observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e a análise de documentos são os mais utilizados, embora possam ser complementados por outras técnicas (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p. 163).

Nesse universo de pesquisa, dentre “*uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados*” pensou-se, também, na aplicação da amostragem sistemática e a amostragem por acessibilidade, devido a possibilidade de contato com os entrevistados.

A amostragem sistemática é uma variação da amostragem aleatória simples. Sua aplicação requer que a população seja ordenada de modo tal que cada um de seus elementos possa ser unicamente identificado pela posição (GIL, 1994, p. 94).

A amostragem por acessibilidade. Constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão (GIL, 1994, p. 97).

Desse modo, a pesquisa se apresenta multimetodológica, utilizando-se das amostragens sistemática e por acessibilidade, e fundamentada na abordagem etnográfica (entrevistas, questionários e observação participante).

A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do observador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo.

[...] Na observação artificial, o observador depara-se geralmente com mais problemas que na observação natural (GIL, 1994, p. 107-108).

Portanto, o universo de pesquisa a se apresentar exigiu-nos a aplicação de uma metodologia que conseguisse observar, descrever, explicar e interpretar o impacto do programa social de inclusão digital, na vida de seus participantes.

5.3 Procedimentos de Coleta de Dados: critérios de seleção do universo

A seleção do espaço para realização da pesquisa pretendeu responder aos problemas propostos, ainda, no pré-projeto que deu início ao estudo em questão, correspondente ao projeto de inclusão digital.

Para tanto, levou-se em consideração alguns critérios orientadores para a delimitação do “locus” da pesquisa:

- Município da Região Metropolitana de Belo Horizonte que apresentasse um Índice de Desenvolvimento Humano inferior aos demais da RMBH, quadros sociais de violência urbana e carência de ações públicas;
- Programa Social de Inclusão Digital por meio de um ponto de acesso público que atendesse à comunidade desse município, com abrangência nacional, atingindo as três esferas públicas: Federal, Estadual e Municipal;
- Perfil de frequentadores de baixa renda visando responder às hipóteses de construção de oportunidades e transformações sócio culturais.

A partir desses critérios o município de Ribeirão das Neves foi selecionado, mediante os dados obtidos em estudos do IBGE, PNUD e centros de referência de pesquisa para o desenvolvimento social, como o IPEA.

O próximo passo foi buscar e selecionar um programa social de inclusão digital que disponibilizasse um ponto de acesso público à comunidade carente e buscou-se a partir do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) a lista dos telecentros presentes no município com três resultados: Comunidade Kolping Rainha da Paz (BH – DIGITAL), CVT Ribeirão das Neves (CVT – MCT) e Prefeitura de Ribeirão das Neves (BANCO DO BRASIL), sendo que o Centro Vocacional Tecnológico (CVT HENFIL) foi o que correspondeu aos critérios fixados.

O universo da pesquisa formou-se com os alunos que frequentaram o CVT Henfil em 2006, quando se iniciaram as atividades em Ribeirão das Neves, mais os alunos do ano da pesquisa

de campo, em 2009 e somados a estes, o corpo docente composto pelo Coordenador e pelos professores atuantes na formação dos alunos.

Desse modo, o que se mapeou como universo de pesquisa, durante o ano de 2006, foram 1463 alunos, matriculados nos diversos cursos oferecidos e com idade variando de 10 anos à acima de 65 anos. E, para o primeiro semestre de 2009, o levantamento identificou 293 alunos, matriculados nos diversos cursos oferecidos e com idade variando de 10 anos à acima de 65 anos.

TABELA 1
Mapeamento do Universo da Pesquisa.

AGRUPAMENTO	FAIXA ETÁRIA	2006	2009
1	10 a 14 anos	61	41
2	15 a 17 anos	239	53
3	18 a 22 anos	514	42
4	23 a 25 anos	152	11
5	26 a 30 anos	167	37
6	31 a 45 anos	251	76
7	46 a 64 anos	69	32
8	Acima de 65 anos	10	1
TOTAL		1463	293

Fonte: Documentos de 2009 e fichas de inscrição de 2006 do CVT Henfil.

Cabe ressaltar que a grande diferença entre o número de alunos matriculados em 2006, para o número de alunos matriculados no primeiro semestre de 2009, diz respeito ao plano de trabalho do atual Coordenador do CVT Henfil que mencionou priorizar a qualidade no atendimento e não a quantidade.

No próximo tópico, são apresentados os critérios para a construção da amostra a partir desse universo de pesquisa e a aplicação da abordagem etnográfica como metodologia para se aproximar da realidade pesquisada.

5.4 O campo de pesquisa: do universo à amostra

A proposta para construção da amostragem levou em consideração a legislação para o mercado de trabalho, tendo em vista que os empregados têm como referência a idade de dezoito anos. Assim, a amostragem foi inicialmente definida com base na idade (15 a 17 anos), que é uma faixa etária trabalhada pelas instituições de pesquisa social que, também, consideram a idade de 18 anos para o mercado de trabalho, e por considerar que cursar informática constitui uma preparação para o primeiro emprego. Essas foram as variáveis utilizadas para definir o critério amostral a partir do universo de pesquisa, em que se utilizou a variante do procedimento básico da amostragem aleatória simples – a amostragem sistemática, para os alunos de 2006 e a amostragem por acessibilidade para os alunos de 2009.

Quanto ao quadro profissional, foram considerados os 04 professores envolvidos com o processo, mais o coordenador, pois respondem pelo programa social de inclusão digital.

Dessa forma, a pesquisa aconteceu em um campo – Ribeirão das Neves – escolhido por meio dos critérios apresentados no tópico anterior, devido às suas características históricossociais. Além disso, o espaço delimitado foi o Centro Vocacional Tecnológico Henfil, uma vez que responde às “*questões de interesse do estudo e também das condições de acesso e permanência no campo e disponibilidade dos sujeitos*”.

O município de Ribeirão das Neves apresenta um dos menores IDH da RMBH e o CVT Henfil corresponde, no município, ao único Programa desenvolvido pelas três esferas públicas.

No CVT Henfil, a amostra de 2009 foi escolhida dentro do grupo de alunos que buscam cursar *Informática para o mercado de trabalho*, com disponibilidade de 140 vagas, voltado para pessoas que procuram uma formação para o primeiro emprego e manuseio das ferramentas tecnológicas. Das 140 vagas preenchidas, 53 alunos correspondem à faixa etária desejada entre 15 e 17 anos, conforme Tabela 1.

A seleção da amostragem foi aleatória para os 239 ex-alunos de 2006, sorteando seis ex-alunos, sendo três do ensino fundamental, um de cada idade: 18, 19 e 20 anos e, sendo três do

ensino médio havendo, também, um de cada idade: 18, 19 e 20 anos. Eles estariam com idades entre 15 e 17 anos durante o curso em 2006.

O sistema de sorteio seguiu o que sugere a literatura para amostragem aleatória simples, com números únicos para cada aluno e um sorteio por meio da função aleatório, na qual se utilizou do software Excel mediante a função =INT(ALEATÓRIO()*46)+1.

TABELA 2
Dados do Sorteio Aleatório

Idade ¹²	Grau de Escolaridade	Sorteio Aleatório ¹³
15	Ensino Fundamental	415
16		428
17		476
15	Ensino Médio	517
16		585
17		678

Fonte: Documentos e fichas de inscrição de 2006 do CVT Henfil.

Quanto aos seis alunos no momento da pesquisa, pertenciam ao grupo referente a 2009, com idades entre 15 e 17 anos e cursando *Informática para o mercado de trabalho*. Esses estudantes foram selecionados com base na amostragem por acessibilidade. Isso, devido à facilidade de acesso aos alunos os quais foram observados durante o curso.

O curso *Informática para o mercado de trabalho* ou *primeiro emprego*, disponibilizado durante o primeiro semestre de 2009 possuía turma com aproximadamente 8 alunos, devido ao número de computadores funcionando em cada sala. Assim, a turma de fácil aproximação foi selecionada para ser observada durante o período do curso, sendo ela de segunda e quarta-feira no horário das 16:00 às 17:20 horas.

Desse modo, passou-se a frequentar, com os norteamentos previstos para a observação participante, as aulas ministradas durante o primeiro semestre nessa turma no CVT Henfil, onde foi de extrema importância o período de observação. Assim, fazer uso da etnografia para “cobrir a totalidade de todos os aspectos – social, cultural e psicológico” da turma, como

¹² Idade considerada para o ano de 2006.

¹³ Os números são únicos, atendendo à tábua para o sorteio aleatório, dentro da faixa etária e escolaridade.

sugere Malinowski (1984) foi riquíssimo para o entendimento do processo o qual estavam inseridos professores e alunos do CVT Henfil.

Quanto aos seis ex-alunos, que frequentaram o CVT Henfil em 2006, a seleção aleatória nos retornou dados para um primeiro contato e marcação de entrevistas.

No entanto, faz-se necessário ressaltar que o acesso aos participantes apresentou diversas dificuldades, desde dados incorretos ou alterados: números de telefone, endereço de rua entre outros, às questões sociais: o selecionado trabalhava e não disponibilizava de horário para a entrevista; não possuía condições de se deslocar para participar da entrevista; não disponibilizava de tempo naquele momento, preferindo colocar-se à disposição para futuras entrevistas.

Tais fatos permitem-nos inferir que em razão da violência presente em qualquer horário do dia as pessoas têm medo de se deslocar pelo bairro e/ou desinteresse por algo que não lhes proporcionará grandes transformações, ou pelo menos transformações fáceis de enxergar. Acresce a estes ainda o fato de não se obter retorno financeiro; desconfiança por desconhecer completamente a intenção do programa de inclusão e do pesquisador em questão; e outras razões desconhecidas à observação do pesquisador.

Essas dificuldades levaram-nos a realizar apenas 03 entrevistas com os ex-alunos, que frequentaram o curso em 2006. Somando-se a essas entrevistas, foram realizadas as 06 entrevistas com os alunos de 2009 e, ainda, uma entrevista (debate direcionado sobre o programa social de inclusão digital) em grupo com os 04 professores em face da dificuldade de horários disponíveis dos profissionais.

A equipe profissional demonstrou interesse pela pesquisa dispondo-se sempre a auxiliar, mas a demanda de serviços a serem realizadas por ela no CVT Henfil fazia com que essa se ocupasse dos seus afazeres, tomando inclusive tempo extra.

Para operacionalizar a metodologia de pesquisa, buscou-se executar algumas técnicas de pesquisa em uma abordagem etnográfica, de forma multimetodológica, em que o intuito era de se coletarem informações que nos aproximassem o máximo possível da realidade pesquisada.

Essas técnicas foram:

- Observação Participante (*processo pelo qual se mantém a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica*), nas aulas, de introdução à informática, ministradas durante o primeiro semestre de 2009, estando o pesquisador presente nos dias da semana de segunda e quarta no período de 02 de março à 06 de julho;
- Entrevista Individual Semi-Estruturada (*combina perguntas fechadas e abertas, nas quais o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador*). Foram entrevistados 06 alunos, que frequentaram o primeiro semestre de 2009, e 03 alunos, que frequentaram o curso durante o ano de 2006, mais os 04 professores, por meio de um formato de debate/entrevista com estes, os quais apresentaram suas idéias sobre o programa social e ações para inclusão, quando reunidos com o pesquisador em uma sala disponibilizada no próprio CVT Henfil;
- Questionários aplicados aos alunos do projeto de inclusão digital do CVT Henfil, que frequentaram o primeiro semestre de 2009;
- Análise Documental;

Logo, o resultado foram as 09 entrevistas, sendo 06 alunos de 2009 e 03 alunos de 2006, e a aplicação dos questionários que atingiram especificamente a 45% dos alunos frequentes no curso de *informática para o primeiro emprego*, somando-se aproximadamente 100 pessoas. O critério para aplicação do questionário levou em consideração os alunos desse curso e que eram frequentes às aulas. Portanto, foram respondidos 45 questionários dentre os 100 aplicados. O que corresponde, ainda, a 20% dos alunos frequentes em todos os cursos, no primeiro semestre de 2009, somando-se aproximadamente 245 pessoas, conforme informado pela Secretaria do CVT Henfil (com base na lista de chamada diária dos professores). Isso, mais a entrevista com os 04 professores.

Cabe ressaltar que o número de frequentes se fez menor do que o de matriculados, no início do curso, apresentando-nos um quadro de evasão durante o curso, motivada por vários fatores

como a conquista de emprego, mudanças de horários de trabalho ou escola ou, ainda, dificuldades quanto ao deslocamento.

Assim, o pesquisador integrou-se ao grupo de estudantes do CVT Henfil e pode acompanhar o desenrolar das atividades de ensino ali presentes. Esse período de observação participante tornou-se de extrema importância para a aplicação dos questionários e das entrevistas semiestruturadas. O período para realização da pesquisa de campo foi de abril a dezembro de 2009. Cabe ressaltar aqui que o processo de transcrição das entrevistas se fez gratificante.

Desse modo, a pretensão de mensurar variáveis sociais com o intuito de responder ao problema de pesquisa esbarrou na sua própria condição de pesquisa social complexa. No entanto, as informações obtidas, a partir dos questionários e entrevistas aplicados, foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa, quantitativa e qualitativa, com a análise do contexto e os resultados das entrevistas e questionários, a serem apresentados no próximo capítulo.

*Revelação do subúrbio*¹⁴

*Quando vou para Minas, gosto de ficar de pé, contra a vidraça do carro,
vendo o subúrbio passar.*

*O subúrbio todo se condensa para ser visto depressa,
com medo de não repararmos suficientemente
em suas luzes que mal têm tempo de brilhar.*

*A noite come o subúrbio e logo o devolve,
ele reage, luta, se esforça,
até que vem o campo onde pela manhã repontam laranjais
e à noite só existe a tristeza do Brasil.*

¹⁴ ANDRADE, Carlos Drummond de. Sentimento do Mundo. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 165.

6 REALIDADE E DINÂMICA DO CVT HENFIL: AS POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA INCLUSÃO DIGITAL

Henrique de Souza Filho, o Henfil nasceu em Ribeirão das Neves em 1944. Sua infância foi construída em meio ao processo de formação da cidade e de sua urbanização na década de 1950.

O contato de Henfil com seu irmão Herbert de Souza, o Betinho, levou-o a trilhar caminhos questionadores e preocupados com a condição políticossocial brasileira. Mais tarde Henfil iniciou o curso de sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais, sem concluí-lo. Sua caminhada o levou às revistas e jornais, nos quais passou a publicar seus cartuns e charges com críticas à política brasileira.

Henfil foi engajado na luta pelo fim do regime militar, pela Anistia e pelas Diretas-Já, e construiu uma imagem de cidadão ligado aos debates pela transformação políticossocial do país.

Em 1988, morreu em decorrência da hemofilia e deixou escrita uma história de luta pela vida.

Portanto, as ações feitas no Centro Vocacional Tecnológico Henfil geram potencialidades para superar os desafios, postos pela exclusão e espelha a luta de muitos que se preocuparam e, ainda, preocupam-se com a condição políticossocial do país.

Desse modo, o nome Henfil para o CVT de Ribeirão das Neves é a homenagem e o reconhecimento pelo papel desempenhado pelo cidadão nevensense Henrique de Souza Filho. Essa é a representatividade do nome dado ao espaço o qual selecionamos para analisar o contexto, com sua historicidade e totalidade que marcam o CVT Henfil, em Ribeirão das Neves.

6.1 A cidade de Ribeirão das Neves

Após o início do processo de urbanização na década de 1950, pesquisadores acadêmicos, agências governamentais e diferentes atores sociais, nos diversos níveis de governo, têm procurado compreender o fenômeno urbano de formação das cidades brasileiras.

Pesquisas mostram a pobreza e a criminalidade como temas amplamente discutidos quando se trata das questões sociais, econômicas e demográficas e, portanto, serão abordadas como maneira de compreender o fenômeno da periferização.

No que diz respeito às questões sociais, econômicas e demográficas, cabe notar que, se arrefeceu nas últimas décadas o ritmo de crescimento das regiões metropolitanas do país, parte significativa delas ainda se debate com a perda de dinamismo econômico, e, ainda, que a pobreza e a criminalidade continuam se concentrando nos grandes centros urbanos (DINIZ; ANDRADE, 2008, p. 10).

Tais questões nos remetem ao processo histórico de formação da sociedade brasileira, em que se observa a distribuição geográfica da população, atendendo a interesses estrategicamente regulados por atores sociais de relevância no período colonial. E, ainda, nesse mesmo período, o processo de distribuição de terras por meio da *sesmaria* (*instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras*) construiu um problema agrário de ordem nacional.

Observando a distribuição geográfica dos povoadores notavam-se duas correntes fáceis de distinguir. A corrente espontânea do povoamento tendia à continuidade e procurava a periferia a Oeste, ao Norte e ao Sul. A corrente voluntária, determinada por ação governativa, ambição e territórios ou vantagens estratégicas, aparecia salteada e desconexa, e começando da periferia procurava rumos opostos. Nas terras auríferas, a ocorrência irregular dos minérios trouxe primitivamente a desconexão dos núcleos, mais tarde corrigida onde foi possível (ABREU, 2000, p. 221).

A História do Brasil se apresenta mediante interesses, conflitos e contradições relatadas por pesquisadores que buscaram, durante décadas, compreender a formação histórica da nacionalidade brasileira, conforme Oliveira Lima.

As contradições e a inviabilidade do sistema administrativo, no Brasil Colônia, são, em parte, responsáveis pelos descaminhos seguidos pela história econômica brasileira. E, mesmo após a independência em 1822, questiona-se qual transformação ocorrera na estrutura política do país.

O problema que se nos coloca, ao analisarmos a economia do Brasil independente, é saber até que ponto o nascimento de um Estado livre alterou a estrutura econômica colonial, ou melhor dizendo, até que ponto as modificações de estrutura política correspondem às modificações da estrutura econômica (PINTO, 2001, p. 126).

Para Virgílio Noya Pinto (2001), nem a Independência do Brasil, em 1822, nem a Proclamação da República, em 1889, foram capazes de uma transformação significativa na estrutura política do país, com consequências importantes para o desenvolvimento da democracia brasileira.

Faz-se necessário, portanto, considerar a formação histórica brasileira, para se iniciar uma discussão mais próxima do universo da pesquisa que diz respeito à cidade de Ribeirão das Neves¹⁵ e seu contexto históricossocial. Afinal, a origem remonta a doação da sesmaria no final do século XVIII.

Em aproximadamente 1745, surge a Fazenda das Neves originária de sesmaria obtida pelo mestre-de-campo Jacinto Vieira da Costa, que constrói uma Capela dedicada a Nossa Senhora das Neves. A construção de cidades devido à Capela e, em torno dela, o surgimento de povoados tornou-se prática no século XVIII, como a religião que permeava quase todos os níveis da sociedade mineira.

Em 1760, Jacinto Vieira da Costa faleceu, deixando a administração das terras para o seu filho Antônio Vieira da Costa. Mas, devido à existência de filhos ilegítimos, um conflito pela disputa das terras se estendeu até 1796 e, com o falecimento de Antônio Vieira da Costa, foram leiloadas as terras. O Capitão José Luís de Andrade arrematou as Fazendas das Neves e Carijós, levadas a leilão e se tornou o novo proprietário.

O novo proprietário casa-se, em 1799, com a D. Francisca Antônia da Costa, com a qual teve dois filhos: o Guarda-Mor Joaquim José de Andrade e o Padre José Maria de Andrade. O segundo filho do Capitão José Luís de Andrade ordenou-se padre em 1818, indo para a Fazenda das Neves, que já possuía uma Capela desde 1747. A sua chegada fez com que, mais

¹⁵ RIBEIRÃO DAS NEVES. Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://www.neves.mg.gov.br/ribeiraodasneves/templates/interna_noticia?id_sessao=7&id_noticia=32> Site Acesso em: 21 de Mar. 2009.

uma vez, “a fé movesse não somente montanhas”, mas pessoas para a formação de um povoamento. Devido à existência das Capelas de Nossa Senhora das Neves e de Santo Antônio de Venda Nova, em 1820 foi criada uma Guarda-Moria.

Já em 1830, um decreto-lei elevou Neves a Distrito de Paz, com uma população de aproximadamente 1241 habitantes.

Entre 1846 e 1916, o Distrito de Neves apresentou um crescimento populacional registrado no Livro de Registros da capela. No entanto, devido às condições precárias da região, o Padre José Maria de Andrade, vereador local, solicitou a anexação de Neves ao Distrito de Venda Nova.

A cidade de Neves pertenceu, ainda, aos Distritos de Pindaíhybas e Vera Cruz de Minas (atual Pedro Leopoldo), depois foi anexada por Contagem em 1911.

Então, em 1927, a cidade de Ribeirão das Neves foi adquirida por Belo Horizonte para construção de uma penitenciária agrícola, o que impulsionaria o crescimento populacional na região, com pouquíssima infraestrutura disponibilizada por parte do município de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais.

A compra, naquele momento, da Fazenda das Neves para construção da penitenciária agrícola fez com que sua história tomasse outros rumos e são esses caminhos que irão nos interessar mais, pois, talvez, esses trajetos nos levem a entender a realidade social construída no município de Ribeirão das Neves.

A formação de Ribeirão das Neves terá dois pontos fortes de concentração populacional, sendo o primeiro no núcleo urbano da cidade – o centro, o segundo no Distrito de Justinópolis.

A construção da Penitenciária Agrícola de Neves originou a criação do núcleo urbano da cidade, a partir da migração de parentes de penitenciários. O estigma da penitenciária, agravado pela construção de mais duas unidades prisionais, desestimulou o crescimento econômico da cidade. As principais atividades produtivas estão vinculadas à produção de hortigranjeiros e na exploração de areia nos córregos do município que constituem uma base econômica incipiente.¹⁶

Enquanto o distrito sede foi fortemente influenciado pela Penitenciária Agrícola de Neves (PAN), inaugurada em 1937, a ocupação do Distrito de Justinópolis ocorreu sob influência do processo da periferização de Belo Horizonte, graças ao crescimento da região de Venda Nova. Nessa última área, desde logo foi intensa a implantação de parcelamentos e ocupação do solo de forma desordenada, com grandes vazios entre os parcelamentos e, na grande maioria das vezes, sem qualquer infraestrutura (SOUSA, 2008, p. 267).

Em 12 de dezembro de 1953, por meio da Lei 1.039, Ribeirão das Neves tornou-se município mineiro, sendo anexado ao seu território os distritos de Campanha, Justinópolis e Areias.

Muitas terras da região, por estarem próximas à penitenciária agrícola, apresentavam preços mais acessíveis à população. Assim, a forma como a cidade vai sendo construída pelos moradores que encontram facilidades para a aquisição dessas terras, propicia a construção de uma realidade com efeitos políticoeconômicos graves.

A maior parte dessa demanda reprimida passou a se assentar em Ribeirão das Neves, alimentada pela oferta massiva de lotes sem qualquer infraestrutura. Isso consolidou um processo de ocupação talvez inédito no país, dado à sua velocidade no tempo e ao seu caráter seletivo, concentrando exclusivamente população de baixa renda.¹⁷

A preocupação, por parte do poder público, em praticar programas e políticas de controle de loteamento no município nevensense era ausente no momento de sua urbanização, o que não oferecia resistência às ações de agentes imobiliários.

¹⁶ ASSOCIAÇÃO DOS CIDADÃOS PELO BEM NEVENSE. Disponível em: <http://www.aciben.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7&Itemid=10> Acesso em: 28 Ago. 2008.

¹⁷ ASSOCIAÇÃO DOS CIDADÃOS PELO BEM NEVENSE. Disponível em: <http://www.aciben.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7&Itemid=10> Acesso em: 28 Ago. 2008.

Carente de atividades econômicas relevantes – e, portanto, desprovido de empregos e com baixa capacidade de arrecadação de tributos, entre outras consequências – capazes de lhe conferir algum dinamismo, Ribeirão das Neves tornou-se palco privilegiado da especulação imobiliária posta em prática pelo segmento do mercado que se volta para o atendimento da demanda da população de baixa renda (SOUSA, 2008, p. 269).

Há contradições entre um espaço que se estabelece para moradias e a falta de condições para se morar dignamente. Dessa forma, os processos de urbanização da região de Ribeirão das Neves são desenvolvidos com base em interesses imobiliários, deixando, em segundo plano, as melhorias sociais para a população que lá se estabelecia. Portanto, esse encaminhamento dos processos de urbanização do município nevensense nos revela muito, atualmente, dos seus problemas sociais.

Outra questão que contribui com novos problemas de urbanização para Ribeirão das Neves está na maneira como a cidade de Belo Horizonte é efetivada no plano socioeconômico, gerando efeitos urbanos desastrosos em sua Região Metropolitana (RMBH), apresentando, mais uma vez, uma urbanização desigual.

A consequência dessa urbanização desigual é um “*avanço da periferização de Belo Horizonte em direção ao distrito de Venda Nova e deste em direção ao distrito de Justinópolis, até atingir a sede do município de Ribeirão das Neves*” (SOUSA, 2008, p. 272).

Nesse contexto, pode-se visualizar, mediante as taxas de crescimento populacional na região de Venda Nova, uma urbanização descontrolada em direção à Justinópolis no município de Ribeirão das Neves.

[...], em 1970, Venda Nova registrava 126.436 moradores, equivalendo a 26 vezes a população de Justinópolis. Isso mostra que, ao crescer a taxas recordes na década de 1970, Justinópolis se insere definitivamente no processo de expansão periférica. Sua população, que era 26 vezes menor que a de Venda Nova em 1970, passa, em 1980, a ser apenas seis vezes menor, em 1990, cinco vezes e meia e, em 2000, quatro vezes (SOUSA, 2008, p. 271).

Muitos, inclusive os operários que trabalharam na construção da capital mineira, ficaram à margem da cidade de Belo Horizonte (fora da Avenida do Contorno) e de seu projeto de urbanização e iniciaram esse processo de urbanização que daria origem a bairros e cidades na periferia da RMBH.

Assim sendo, muitos loteamentos clandestinos se formaram, dando origem às cidades na periferia e às várias favelas existentes, inclusive no município nevensense, e que alimentaram um ambiente de conflitos sociais, ao mesmo tempo em que criaram condições de questionamento à ordem político-econômica imposta.

“Os fatores que caracterizaram a origem desse processo persistem até o período recente, imprimindo ao município a marca de cidade-dormitório, periferia típica que integra, desde o início, a metropolização de Belo Horizonte” (SOUSA, 2008, p. 265).

Ribeirão das Neves, hoje, apresenta fatores que caracterizam sua formação: um grau de violência urbana assustador e um nível de pobreza próximo aos maiores do Estado de Minas Gerais. Felizmente não é o pior do Estado, mas outras leituras nos mostram o efeito da violência urbana, na região, sobre a vida dos moradores locais. Tráfico de drogas, violência sexual e doméstica, desemprego e mesmo fome são algumas dessas leituras da realidade social.

As pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos Econômicos e Sociais da Fundação João Pinheiro e o PNUD (2000) mostram que seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era de 0,749 e sua Taxa de alfabetização era de 90,62%. A Renda *per capita* era de R\$159,14 enquanto na RMBH era de R\$394,34. Sua Densidade Demográfica (hab./km²) era de 1.598,8 ao passo que a RMBH apresentava o valor de 459,0. Seu percentual de domicílios com computador era de 3,16%. Os índices apresentados mostram que o município de Ribeirão das Neves encontra-se na 33ª posição na classificação entre os 34 municípios da RMBH, conforme Plano Diretor 2006¹⁸, cabendo análises para interpretar melhor a sua realidade que vai além de dados estatísticos. São realidades vividas por um número cada vez maior de brasileiros – inseridos na pobreza. Esse é, também, um dos desafios que o município de Ribeirão das Neves necessita superar.

De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) fica patente que temos problemas quanto à concentração de renda, pois *“os 10% mais ricos da população*

¹⁸ RIBEIRÃO DAS NEVES. Prefeitura Municipal. *Plano Diretor de Ribeirão das Neves, Fevereiro de 2006.*

Disponível em:

<http://www.neves.mg.gov.br/ribeiraodasneves/modulos/documentos/plano_diretor/Historico_e_Concepcao.pdf>
> Acesso em: 13 Jan. 2010.

brasileira concentram 75,4% das riquezas do país”. Portanto é preciso ainda compreender a situação neense neste quadro macro da realidade nacional.

DUPAS (1999) nos aponta que os cidadãos abaixo da linha da pobreza exigem um suporte em todas as áreas que incluem participação na vida social, como frequentar cinema, teatro, museus entre outros. E, ainda, que a participação nessa vida social seria um fator importante no processo de inclusão do cidadão, em que esse teria, assim, condições *a priori* de acesso a bens e serviços: transporte, saúde, educação e moradia, para superar o desafio da pobreza.

A superação desse desafio dependerá de sermos capazes de, com responsabilidade, buscar um caminho para enfrentar o estigma da exclusão que atinge parte crescente dos nossos cidadãos. O futuro do capitalismo global irá, portanto, depender, de uma profunda revisão de seus conceitos de modo a tentar compatibilizá-lo com uma distribuição mais equânime dos resultados de sua acumulação (DUPAS, 1999, p. 226).

Desse modo, compreender esse processo de urbanização e pobreza na História de Ribeirão das Neves nos exige mais que uma simples leitura da realidade, uma vez que a análise desse processo nos proporciona uma complexidade dos diferentes fenômenos sociais presentes nessa cidade.

Portanto, compreendê-los, estabelecendo certos padrões de análise podem ser importantes para outras pesquisas que procurem entender “*problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde que são genéricos e revelam enormes carências*” (SANTOS, 2005. p. 105). Afinal, esses problemas são visualizados em várias regiões metropolitanas, com suas respectivas periferias, que se espalham pelo Brasil, atingindo principalmente as grandes capitais como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Para uma maior percepção desses fenômenos que não estão presentes apenas em Ribeirão das Neves, mas que são definidos pelo contexto históricossocial de cada localidade faz-se necessário um apontamento sobre as análises de alguns teóricos que discutem sobre a questão da urbanização, com suas causas e efeitos.

Para Lefebvre (1999), em *A Revolução Urbana*, sociedade urbana diz respeito “à *sociedade que nasce da industrialização*”. Assim, o urbano transforma a sociedade e faz das cidades um espaço de relações sociais (de produção) – a sociedade urbana.

Muitos problemas urbanos estão relacionados “*a divisão do trabalho, as forças produtivas e as relações de produção – o materialismo histórico*” de Marx e Engels. Quanto à mão de obra para suprir as forças produtivas: essas se transformam em máquinas nessa divisão do trabalho, realizando um serviço repetitivo e mecânico. E essa mão de obra assalariada precisa descansar (em algum lugar) para continuar suas atividades relativas ao sistema econômico vigente – formam-se as cidades dormitório.

Há cidades que “*se povoam somente de trabalhadores e são denominadas cidades dormitório*”, e que terminam por atender às demandas das cidades industriais vizinhas. Nessas cidades, denominadas dormitório, muitos indivíduos convivem com o desemprego e pobreza por serem excedentes ao mercado de trabalho das indústrias vizinhas.

“[...] *Se um desses ‘homens excedentes’ tem suficiente coragem e paixão para entrar em conflito aberto com a sociedade, ‘para responder à guerra camuflada que lhe faz a burguesia com uma guerra aberta’, que faz ele? Vai roubar, pilhar, assassinar*”. (LEFEBVRE, 2001. p. 24). Essa leitura de Lefebvre apresenta-nos uma realidade atual, vivenciada por muitos e questionada por outros.

De um lado, cidades se formam para atender aos interesses do capital, ou seja, do capitalista que investe na linha de produção e, ao mesmo tempo, outras cidades são formadas devido à preocupação com o mercado consumidor. E, ainda, aquelas que se formam para atender a uma demanda específica – receber uma penitenciária agrícola.

Outra leitura de Henri Lefebvre (2001), *A cidade do capital*, mostra-nos traços característicos das nossas cidades, atualmente. Mas, tal leitura remete-se às cidades de mais de um século e meio atrás. Então, devemos nos perguntar: salvo as mudanças espaciais e temporais e as mudanças político-econômicas, nos grupos nos quais se encontra concentrada 75,4% da riqueza, o quê mudou, significativamente, para os 90% mais pobres?

Há que se discutir a seguinte afirmativa de Lefebvre (2001): “*É muito mais fácil incriminar a cidade, ou a imoralidade geral, ou as forças do mal, que atacar o problema em seu verdadeiro plano: a política*”. Pensar a ação humana e suas consequências na sociedade – rivalidades, conflitos e contradições. A divisão do trabalho impõe aos cidadãos uma realidade construída para poucos. Isso quer dizer riqueza e para muitos, exploração.

A urbanização é, portanto, visualizada por Lefebvre (2001) como um processo de capitalização de um ambiente social, em que se encontra o ser humano – “*um processo revolucionário, uma vez que ele transforma a superfície do globo e da sociedade*”. E, ainda, contraditório enquanto relacionado às forças produtivas.

Construir uma cidade é o mesmo que construir uma sociedade? Ambas crescem juntas? Ou existe sociedade sem cidade? Nas cidades há de tudo, como em uma sociedade complexa – uma rede social – com suas periferias.

“*As periferias, em relação aos centros (de produção econômica e de decisão política), dão lugar a fenômenos de neocolonialismo, de neo-imperialismo*”. As cidades periféricas, então, sofrem as consequências de ações de interesse político, recebendo, por exemplo, instalações de penitenciárias agrícolas – símbolo de um sistema social desorganizado.

A desorganização social decorreria da perda do controle social pelas instituições sociais em função do rápido processo de industrialização, urbanização e imigração, e o crime seria uma consequência desses padrões sociais mais permissivos (DINIZ; ANDRADE, 2008, p. 185).

São fenômenos que remetem às capitais brasileiras, onde, para Diniz e Andrade, o Mapa de Risco e Violência da cidade do Rio de Janeiro, mostra que “*os menores níveis de violência letal acontecem na zona Sul*”, enquanto em São Paulo, o Mapa da Exclusão/Inclusão Social, “*demonstra que o índice de homicídios aumenta juntamente com a distância do núcleo da cidade, sendo os distritos localizados na periferia mais propensos [...]*.” Esses problemas que afetam a periferia das grandes cidades estão presentes também em Belo Horizonte, conforme os autores.

Portanto, pesquisas realizadas pelo Observatório das Metrópoles mostram problemas relacionados à pobreza e à criminalidade nas regiões metropolitanas do Brasil, sendo uma

delas a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) onde se encontra o município de Ribeirão das Neves. A RMBH é composta por 34 municípios com suas diversificadas cidades.

Apesar de, em todas elas, haver áreas periféricas carentes de serviços urbanos, nas quais reside a população mais pobre, essas cidades não se comparam a municípios como Ribeirão das Neves e Ibirité, intensamente ocupados por essa camada da população, em parte expulsa das cidades-polo onde é observado um processo de elitização do espaço (DINIZ; ANDRADE, 2008, p. 298).

Dessa forma, pesquisas mostram o município de Ribeirão das Neves carente de políticas públicas capazes de proporcionar oportunidades de transformação social para a camada mais pobre da população dessa região e de outras do Brasil.

No próximo tópico, apresenta-se o contexto da análise, construído a partir da cidade de Ribeirão das Neves, com o CVT Henfil.

6.2 O contexto da análise

O pesquisador frequentou, por seis meses, uma turma do projeto de inclusão digital, como observador participativo, declarando aos alunos a intenção da pesquisa, para entender melhor o processo ali desenvolvido. Após esse entendimento, e ao final do período de seis meses vivenciado com o grupo, realizaram-se as entrevistas à amostragem que foram seis alunos e três ex-alunos, mais os quatro professores. Isso, seguidas pela aplicação dos questionários.

Os dados obtidos e consolidados foram submetidos a análise de forma a se interpretarem as entrevistas dos professores e alunos de maneira que se conseguissem várias visões de mundo sobre uma mesma realidade, ou mesmo realidades próximas. Para Magnani (1986, p. 137), *“não há que preocupar-se com as contradições; existem meios, contudo, de introduzir alguma ordem no caos”*. Era necessário, então, distinguir entre as versões de cada visão, identificando-se as opiniões apoiadas em bases fortes que apresentassem categorias representativas da ideologia defendida.

A pretensão, porém era clara: “*trata-se de um processo de reconstituição*” de uma totalidade, que é a realidade social, por meio de fragmentos (fenômenos sociais) expressados nas ações dos indivíduos sociais. Cabe ressaltar que indivíduos sociais, aqui, são todos aqueles envolvidos no processo em estudo, ou seja, aqueles que discursam oficial e popularmente entre outras práticas discursivas significantes. Todas ou quase todas precisam ser consideradas para que se aproxime a reconstituição da realidade social.

Busca-se, a seguir, compreender o programa social de inclusão digital, com seus objetivos e ações propostas para atingir a inclusão digital junto à comunidade nevensense da qual resgatamos historicamente seu processo de formação, bem como a análise desta realidade a partir dos dados da pesquisa.

6.3 O Centro Vocacional Tecnológico Henfil

A pesquisa empírica utilizou-se de um dos programas que se apresenta nas esferas públicas estatais do Governo Federal, Estadual e Municipal: os Centros Vocacionais Tecnológicos. Iniciamos nossa compreensão mediante o projeto desenvolvido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), na Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECTIS):

Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) são unidades de ensino e de profissionalização, voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, conhecimentos práticos na área de serviços técnicos, além da transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo. Os CVTs estão direcionados para a capacitação tecnológica da população, como uma unidade de formação profissional básica, de experimentação científica, de investigação da realidade e prestação de serviços especializados, levando-se em conta a vocação da região onde se insere, promovendo a melhoria dos processos. A ação de apoiar a modernização e implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos faz parte do Programa de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia, que visa tornar os conhecimentos científicos e tecnológico acessíveis a uma maior parcela da população. A divulgação científica e tecnológica, que é um dos ramos da educação informal, tem um papel importante na formação permanente de cada pessoa e no aumento da qualificação geral científico-tecnológica da sociedade (MCT, 2008)¹⁹.

Vários centros para promoção do Programa de Inclusão Digital foram criados pelo país, onde “*o Ministério da Ciência e Tecnologia apoiou a criação de 236 CVTs, instalados em todo o Brasil desde 2003*” (MCT, 2008).

¹⁹ BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/45207.html>> Acesso em: 01 Out. 2008.

Essa ação, de criação de vários centros de inclusão digital pelo país, do Ministério da Ciência,

Objetiva-se no fortalecimento da rede nacional de difusão e popularização do conhecimento científico e tecnológico por meio da ampliação da oferta de pontos de acesso ao conhecimento em C&T que propiciem a formação continuada de qualidade, ambientes adequados, e demais condições que permitam levar para a sala de aula e para os espaços não-formais de educação, a experimentação, a investigação da realidade e a difusão do conhecimento científico e tecnológico e suas aplicações no cotidiano das pessoas (MCT, 2008).

Os objetivos, citados acima, apresentam-se como oportunidades informacionais e educacionais que podem ser de grande importância na vida de cidadãos, em especial, daqueles residentes em regiões de baixa renda.

Para tanto, o CVT pretende criar oportunidades por meio das ações destacadas a seguir:

- Difusão do conhecimento científico-tecnológico;
- Promover a difusão e a popularização da Ciência;
- Capacitação técnica de recursos humanos por meio de cursos de qualificação;
- Contribuir para a geração de emprego e renda;
- Aproveitamento das oportunidades locais (arranjos ou processos produtivos locais) e vocações das regiões;
- Contribuir para o aumento da competitividade das micro e pequenas empresas;
- Incentivar, articular e promover o desenvolvimento do empreendedorismo por meio da capacitação e/ou atualização tecnológica e gerencial;
- Inclusão Digital da População;
- Apoio ao Ensino e Capacitação à Distância;
- Adensamento das cadeias produtivas específicas da região;
- Parceria e apoio a Universidades e Centros de Pesquisa – incentivo à experimentação científica;
- Transferência de Tecnologias Apropriadas como meio de contribuir para o desenvolvimento regional e na diminuição das diferenças regionais;
- Promover a Incubação de Cooperativas, Micro e Pequenas Empresas;
- Integração às Infovias – Rede de Conhecimento;
- Elevar a base científica da população;
- Apoio ao Ensino Formal de Educação;
- Promover a difusão de tecnologias apropriadas como um meio para buscar a diminuição das diferenças regionais e permitir o desenvolvimento harmônico das mesmas;
- Apoiar o desenvolvimento de novos produtos e processos produtivos que viabilizem o aumento da competitividade e a melhoria dos bens e serviços prestados pelas empresas da região;
- Assistência técnica à população com serviços ou produtos relacionados aos processos produtivos locais (MCT, 2008).

Tais possibilidades recebem o apoio dos três níveis da esfera pública estatal, na qual, no nível Federal:

O programa tem apoiado várias unidades desde a sua implantação em 2003. No seu primeiro ano de criação, foram investidos um montante total de recursos de **R\$4.500.000,00** para o apoio à implantação de 9 CVTs, um em cada estado da região nordeste. No ano de 2004, foram investidos **R\$23.902.971,55** para o apoio à implantação de 48 CVTs em vários Estados. Em 2005, foram investidos **R\$50.293.007,05** para o apoio à modernização e implantação de 96 CVTs. Os recursos são provenientes do orçamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECTIS e de emendas parlamentares. No total foram apoiados até o momento à implantação de **153 CVTs** (MCT, 2008).

A “Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECTIS) tem por finalidade propor políticas, programas, projetos e ações que viabilizem o desenvolvimento econômico, social e regional. Além disso, proporciona a difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas em comunidades carentes no meio rural e urbano” (MCT, 2008).

Desse modo, a SECTIS apóia o Programa de Inclusão Digital, que apresenta ações a serem praticadas nos CVTs, com o intuito de gerar oportunidades de acesso às informações de interesse e importância, para atender a algumas finalidades que podem ser “melhorar a qualidade de vida da população menos favorecida e a qualidade de ensino nas escolas públicas” (MCT, 2008).

Até o momento, o que discutimos diz respeito ao projeto no nível do Governo Federal e, a partir daqui, apresentaremos os CVT's no nível estadual, na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), onde ambas se imbricam no Projeto CVT. Essa secretaria desenvolve projetos estruturadores,

[...] que visam diminuir as desigualdades regionais e levar desenvolvimento social e geração de emprego para todas as regiões do Estado. Os projetos estruturadores têm como objetivo tornar Minas o Estado brasileiro que mais cresce e mais gera empregos (SECTES, 2008)²⁰.

A SECTES, baseada nesses projetos estruturadores, apresenta os CVTs como “[...] centros, voltados para a capacitação tecnológica da população, observando a vocação produtiva da região e ampliando as oportunidades de negócios das microempresas” (SECTES, 2008).

²⁰ MINAS GERAIS. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Disponível em: <<http://www.sectes.mg.gov.br/index.php?pg=formacao&projeto=2>>. Acesso em 01 Out. 2008.

Na SECTES, o projeto CVT encontra-se instalado em aproximadamente 37 cidades mineiras, onde recebe o apoio das Secretarias de Educação, instituições particulares e ONGs.

Há, desde 2003, instalações de Centros Vocacionais Tecnológicos por todo o Brasil. Em Minas Gerais, são 37 CVTs instalados até 01 de outubro de 2008, sendo que um desses encontra-se no município de Ribeirão das Neves, onde se realizou a pesquisa, na unidade Henfil²¹, instalada em 2006.

As atividades do CVT Henfil são acompanhadas pelo Coordenador Geral desse centro no município de Ribeirão das Neves.

Em Seminário de Apresentação de Resultados, realizado em 26 de Abril de 2008, no NESC – Núcleo Esportivo Social e Cultural, o CVT Henfil, por intermédio do Coordenador, mencionou que:

[...] o CVT é um projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves em parceria com o Governo do Estado. Trata-se de um centro de treinamento voltado para qualificação e profissionalização do cidadão. Seu objetivo principal é a inclusão social, capacitando e preparando, gratuitamente, a comunidade para o mercado de trabalho.²²

Sendo assim, o CVT Henfil recebe, gratuitamente, pessoas a partir dos 12 anos. Funciona de 7h às 21h, de segunda à sexta-feira e, nos sábados, de 7h as 18h, sendo o espaço utilizado, também, para reuniões, videoconferência e atividades locais. E, ainda, segundo a Coordenação, o CVT Henfil já beneficiou mais de 6.000 pessoas na Inclusão Social, sendo que aproximadamente 2.000 foram na Inclusão Digital, por meio de cursos básicos de Informática e Profissionalizantes. Dessa forma, mais de 10.000 certificações, nos diversos cursos profissionalizantes, foram expedidas.

O Centro atende semestralmente a um número aproximado de 300 alunos, na Inclusão Digital, podendo variar conforme a disponibilidade de cursos ofertados relacionados ao horário de funcionamento desses. No primeiro semestre de 2009, foram realizadas 264 novas inscrições.

²¹ O CVT Henfil está situado a Av. Denise Cristina da Rocha, nº 1280 – Cerejeiras (Justinópolis) em Ribeirão das Neves na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Site: www.cvtneves.zip.net

²² Extraído do folder distribuído no Seminário de Apresentação de Resultados.

Além do Projeto de Inclusão Digital, o CVT Henfil desenvolve, em parceria com outras instituições, o Projeto Interagir e Transformar (com a Gerência de Educação Inclusiva); o Projeto Jovem Capaz (com a E. M. Professora Maria Luiza e o SINE); o Projeto de Capacitação Tecnológica de Servidores Públicos Municipais; o Projeto Laboratório Vocacional de Música; o Projeto Núcleo de Apoio ao Empreendedor. E, ainda, apóia o Programa Poupança Jovem do Governo do Estado, Conselho Tutelar, Casa de Abrigo Hadassa, Programa Liberdade Assistida e Programa Saúde da Família.

Esse entendimento do CVT Henfil pode nos remeter a um espaço de oportunidades e limitações, em termos de informação e educação, nas quais pessoas podem ter acesso não apenas à informação bruta, disponibilizada nos sites, como também a treinamentos e cursos que os auxiliem a navegar pela Internet e se socializar em busca de novas informações que atendam à demanda específica de cada um: pesquisas escolares, empregos, contas, documentos e serviços públicos.

Afinal, o CVT Henfil encontra-se inserido na periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), onde vários problemas sociais estão presentes na realidade dos cidadãos nevenses, exigindo um melhor entendimento sobre os processos de urbanização e periferização. Esse é um fato que se reflete em várias cidades brasileiras e, para a pesquisa, especificamente, na cidade de Ribeirão das Neves.

A seguir, são apresentados os dados coletados, analisados e discutidos, para melhor compreensão das oportunidades e possíveis transformações provocadas a partir do programa social de inclusão digital, CVT Henfil, de Ribeirão das Neves.

6.4 Sujeitos e suas vozes: questionamentos e diálogos pertinentes

Parte-se das variáveis presentes nos questionários para análise dos dados coletados por meio das entrevistas. Essas variáveis são: sexo, escolaridade, emprego, posse de computador e conceito de inclusão digital. Suas categorias apontam para: feminino, masculino; ensino fundamental, médio, superior; empregado, desempregado; possui, não possui computador; e

qualificação, conhecimento de informática, acesso à tecnologia, atualização de informática, aprendizagem, saber ler e escrever.

A maioria na tabela 3 – 82%, é do gênero feminino, demonstrando a importância que os cursos de aprendizagem oferecidos no CVT Henfil têm para as mulheres. No entanto, esse número não reflete os dados do MEC (2006) para Ribeirão das Neves, onde o percentual do gênero feminino, no ensino médio, era de 52,9%.

TABELA 3

Gênero

GÊNERO	ALUNO	%
Masculino	8	18
Feminino	37	82
TOTAL	45	100

Fonte: Questionários aplicados no CVT Henfil.

Na tabela 4, o grau de escolaridade concentra-se – 73% – no ensino médio. As interferências na idade com que esses participantes se encontram são: a defasagem de escolaridade de um a dois anos e a evasão escolar, parando os estudos. O percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que estavam frequentando o ensino médio em 2000 (PNUD) era de 37, 36% em Ribeirão das Neves.

TABELA 4

Escolaridade

ESCOLARIDADE	ALUNO	%
Ensino Fundamental	11	24
Ensino Médio	33	73
Ensino Superior	1	2
TOTAL	45	100

Fonte: Questionários aplicados no CVT Henfil.

Dos alunos na tabela 5, 82% não se encontram empregados ou pelo menos não com carteira de trabalho assinada. Provavelmente estejam praticando algum tipo de trabalho informal que lhes proporcione renda para dar conta das despesas familiares, que são básicas e sem direito à plano de saúde, à cultura e outros indicadores sociais. O percentual dos ocupados em caráter informal em 2000 (PNUD) era de 39, 73% em Ribeirão das Neves.

TABELA 5

Empregos

EMPREGO	ALUNO	%
Sim	8	18
Não	37	82
TOTAL	45	100

Fonte: Questionários aplicados no CVT Henfil.

A variável, na tabela 6, impacta diretamente sobre possuir computador, ou seja, o desemprego e a baixa renda familiar influenciam no acesso aos equipamentos de informática, em que 62% dos participantes não possuem computador em suas residências.

TABELA 6

Possui Computador

POSSUI COMPUTADOR	ALUNO	%
Sim	17	38
Não	28	62
TOTAL	45	100

Fonte: Questionários aplicados no CVT Henfil.

Não obstante ao termo inclusão digital, os questionários nos apontaram que, na tabela 7, para 40% dos alunos, inclusão digital está relacionada ao conhecimento de informática, seguido de 31% que dizem ser acesso à tecnologia. A dificuldade em conceituar o termo torna-se visível por meio de 11% que não responderam à pergunta: *O que é inclusão digital?*

TABELA 7

Inclusão Digital

INCLUSÃO DIGITAL	ALUNO	%
Qualificação	1	2
Conhecimento de informática	18	40
Acesso à tecnologia	14	31
Atualização de informática	1	2
Aprendizagem	5	11
Saber ler e escrever	1	2
Não respondeu	5	11
TOTAL	45	100

Fonte: Questionários aplicados no CVT Henfil.

As variáveis visualizadas a partir dos dados tabulados por intermédio dos questionários também são percebidas nas entrevistas, mas essas proporcionam outros indicadores

importantes para a análise do programa social de inclusão digital desenvolvido no CVT Henfil.

A seguir, apresentam-se alguns dados relativos às variáveis a partir das entrevistas parcialmente estruturadas, cabendo um desenvolvimento das categorias com maior grau de detalhamento que não aparece nos questionários, devido à profundidade que as entrevistas proporcionam.

6.4.1 Os alunos e suas vozes

Foram realizadas entrevistas com os sujeitos selecionados a partir da amostragem de acessibilidade, cuja constituição corresponde aos alunos observados. Foram efetivadas entrevistas semiestruturadas com o intuito de aprofundar-se nas questões que dizem respeito ao problema da pesquisa.

A seguir, encontram-se descritos os resultados das entrevistas realizadas com os 06 alunos que frequentaram o 1º semestre de 2009 e que foram selecionados por acessibilidade:

□ **Escolaridade, Gênero e Idade**

Neste tópico está presente a relação entre a escolaridade, gênero e a idade dos entrevistados, em que se pode perceber uma presença feminina maior. Os entrevistados: ALEN 1, com 15 anos; ALEN 2, com 15 anos, possuem ensino fundamental enquanto o ALEN 3, com 15 anos; a ALEN 4, com 17 anos; a ALEN 5, com 17 anos; a ALEN 6, com 17 anos, possuem ensino médio.

Desse modo, a maioria dos entrevistados possui ensino médio completo ou estão cursando, o que corresponde à faixa etária por grau de escolaridade, sendo que desses com ensino médio, três são mulheres.

□ **Possui computador**

No tópico em questão buscou verificar o quanto a disponibilidade pública de serviços de acesso à Tecnologia da Informação e Comunicação recebe maior atenção dos cidadãos que se encontram em condições financeiras precárias ou abaixo da linha da pobreza, uma vez que são gratuitos. Afinal, muitos não possuem computador em suas residências.

Dos seis entrevistados de 2009, apenas duas pessoas disseram possuir computador em suas residências, apesar de o primeiro contato com computadores ser mediado por cursos e programas sociais, conforme a ALEN 5: *“Bom, o primeiro contato com o computador não foi aqui não. Quando eu cheguei já sabia mexer num bocado de coisa já. Foi em casa.”*

Entretanto, aqueles quatro que não possuem computador em suas residências fazem uso em outros espaços como na escola, *lanhouses*²³, programas sociais e casa de familiares. A necessidade do computador leva os entrevistados a esses espaços, como se pode perceber na fala do ALEN 1: *“Eu assim já venho mexendo em lanhouse e eu sei mais ou menos e eu nunca tinha feito o curso de computação antes do CVT não.”* Na fala da ALEN 2:

Eu sou muito ansiosa e não tenho muita paciência de ficar sentada na frente de computador. Nossa! Eu sou muito desesperada. Na casa da minha madrinha tem. Aí de vez em quando eu vou pra lá e fico lá usando o computador dela, e no máximo que eu fico é uma hora só. No máximo assim é uma hora.

E, ainda, ALEN 4: *“[...] na lanhouse agora eu mexo sozinha, faço trabalho de escola que preciso fazer.”*

□ **Avaliação do Programa Social**

O tópico de avaliação, do programa social de inclusão digital CVT Henfil, realizada pelos entrevistados, apresentou resultado satisfatório, e apesar de fazerem algumas considerações sobre as ações pedagógicas e curriculares passadas, consideram-no como bom e muito bom.

²³ Conforme o Glossário do Cetic: *LAN House é um estabelecimento comercial onde pessoas podem pagar para utilizar um computador com acesso à Internet, com o principal fim de jogar em grupo.* Disponível em: <<http://www.cetic.br/empresas/2007/glossario.htm#l>>.

Para os entrevistados, o espaço do CVT Henfil apresenta uma infraestrutura adequada, bons professores, gratuito, podendo praticar informática, e as aulas são ministradas de maneira fácil de entender, sem dificuldades no processo de aprendizagem, conforme a fala da ALEN 2: *“Ah! Uma bela oportunidade pra gente que está querendo começar na área de informática ou sei lá. Gente que interessa por informática né é uma oportunidade que eles dão porque a maioria tudo paga e aqui é gratuito. Ah! É uma oportunidade assim.”* A ALEN 4: *“Eu acho muito bom. Aqui é legal. Tem muitos computadores. Não tem do que reclamar não. Uai tem assim: .ser grátis e poder participar das coisas. Uai, muito bom.”* E, ainda, da ALEN 5: *“Ah! O espaço aqui é bom. Ah! O espaço é bom, o ambiente é legal e as pessoas também. Os professores são ótimos. São objetivos.”*

Na fala da ALEN 6:

Eu acho muito bom. [...] Muito bom! [...]Muito bom é, me deixa ver, o ensino, que daquela época pra agora, nossa! A atenção dos funcionários com a gente, a estrutura também que é boa. Tem muitas coisas que os professores podiam falar e ninguém ia entender, mas eles iam lá e falavam de uma forma que todo mundo entendia. Ah! Usando fatos do dia-a-dia.

Por outro lado, a disponibilidade da internet gratuita possui um grande diferencial. Afinal, para os entrevistados, a internet e o computador aceleraram o processo de fazer os trabalhos, pois, na internet, acha-se de tudo. Na fala do ALEN 1 pode-se compreender melhor o uso da internet: *“A internet é a questão da rapidez [...] a gente só lista [...] abre e cola no word [...] e agora no livro tem mais trabalho [...] tem que procurar [...] eu vou ter que escrever também, mas [...] é [...] na internet é bem melhor [...]”*

□ **Influências**

Neste tópico, compreende-se melhor a importância da rede social que se forma em torno do CVT Henfil, tornando-se responsável pelas indicações de cursos e atividades que se realizam lá. Nessa rede, os familiares se fazem presentes nas vidas daqueles que frequentam o CVT Henfil, apresentando a influência social sobre os familiares, conforme na fala do ALEN 1: *“É a amiga da minha mãe que veio e ficou sabendo e aí veio ela, a filha dela e eu, e a gente fez [...]; aí ela e a filha dela pararam e eu continuei [...].”*

Dessa forma, três dos entrevistados apontaram os familiares como responsáveis pela influência em participar dos cursos no CVT Henfil. E, ainda, que a mãe seria a principal pessoa na família a exercer essa influência, o que reforça o papel da mulher na educação dos filhos, apesar de ela também buscar se colocar no mercado de trabalho. A fala da ALEN 2 ilustra bem a força da mãe:

Minha mãe, nossa! É! Uma vez ela(mãe) veio aqui(no CVT Henfil) e já tinha acabado as vagas, só que disse que se alguém desistisse é que teria vaga e aí ela ficou na 'cola' né e falou pra eu fazer. [...]minha mãe não me deixa parada né. Provavelmente estaria fazendo outro curso.

As falas dos entrevistados ALEN 3, 4, 5 e 6 concordam com a fala acima, em que a família, representada pela mãe, possui papel importante.

□ **Dificuldades**

Para muitos, cursar as atividades do CVT Henfil implica problemas para se deslocar, disponibilidade de tempo, devido a outras tarefas, e dificuldade na aprendizagem. Para outros, no entanto, essas barreiras são superáveis. Assim, ocorrem situações diversas nas vidas daqueles que buscam esse programa social. ALEN 2 relata que:

Eu não tinha noção de internet e aí chega aqui parece que, como a internet já está muito na vida das pessoas, é raro uma pessoa não saber ligar o computador; e como eu já sei, esses meninos pensam que você já tem uma noção porque é orkut, msn, eu já não tenho mais. Mas, assim tinham palavras difíceis, termos técnicos, provas [...] difíceis [...].

ALEN 4 disse que suas dificuldades são: *“Assim, seria a distância, e o tempo para outras atividades de escola. Meia hora. Mas a gente habitua a andar. Habitua”*.

Desse modo, quatro dos entrevistados apontam ter dificuldades para frequentar o CVT Henfil, relacionando a dificuldade ao aprendizado e ao deslocamento, uma vez que o gasto com transporte torna-se complicado financeiramente. Na fala da ALEN 5 aparece o peso do deslocamento:

Dificuldade de tempo [...] acho que não. Só que a gente anda de mais. Nossa senhora! É! Distância. Bom, eu cheguei sabendo alguma coisa, mas não tudo. Alguma coisa eu tive que aprender aqui. Ajudou no aprendizado. E, também o certificado, porque não adiante você saber alguma coisa e não ter o comprovante que sabe. Também ajuda.

A ALEN 6 concorda com a fala acima quanto à distância entre o CVT Henfil e a sua residência, mas que é superável para realizar o curso.

□ **Interesse por informática**

Neste tópico os entrevistados apresentam-se interessados por informática, uma vez que essa é vista como oportunidade de emprego. Assim, o interesse move as pessoas, levando-as a seguirem caminhos em busca de seus objetivos, por vezes, influenciados por terceiros ou não. Nesse caso, o CVT Henfil pode ter provocado interesse em cinco dos entrevistados que buscaram saber mais sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação, conforme a fala do ALEN 1: *“Desde pequenininho eu já gostava e com o CVT eu tive o interesse.”*

A fala da ALEN 4 ilustra bem o interesse da maioria dos entrevistados: *“Passei a ter mais interesse por informática: é computador, celular. O curso estimulou a ter mais curiosidade por aprender novas coisas, nova tecnologias. Eu passei a ter mais curiosidade.”*

□ **Oportunidades**

No tópico em questão, apresentam-se as oportunidades provocadas pelo CVT Henfil, no qual essas são enxergadas por quatro dos entrevistados no campo da aprendizagem, destacando-se um novo conhecimento, principalmente na área da informática, conforme a fala do ALEN 1: *“Claro, a gente adquire conhecimentos [...]. A gente vê que a gente aprende né [...]; conhecimento eu acho que nunca é demais, então a gente aprende que vai impulsionando a fazer outros cursos”.*

Para ALEN 2, a oportunidade é de ser gratuito: *“Ah! Uma bela oportunidade pra gente que está querendo começar na área de informática ou sei lá. Gente que interessa por informática*

né é uma oportunidade que eles dão porque a maioria tudo paga e aqui é gratuito. Ah! É uma oportunidade assim [...]”.

O processo de aprender se torna valioso para a maioria entrevistada, podendo ser ilustrado pela fala da ALEN 4: “[...] *Venci a barreira do medo de lidar com as coisas. Eu aprendi que é mais fácil do que eu pensava [...] mexer no computador. Ficou mais fácil aprender a mexer no computador [...] aprendi assim.*”

E, ainda, na fala da ALEN 6: “*Oportunidade de conhecer mais pessoas. Oportunidade de ter mais conhecimento. Ter mais conhecimento seria o que eu não sabia mesmo. Pequenos detalhes mesmo da informática.*”

□ **Inclusão Digital**

Este tópico destina-se a consolidar os dados obtidos na pesquisa no que se refere à percepção do que seja inclusão digital, para os entrevistados. ALEN 1 mencionou que: “*inclusão digital é estar aberto ao público que a gente pode vir e praticar aí.*” Para ALEN 4: “*É um lugar aberto para o público mexer no computador, ter acesso gratuito para quem não pode pagar.*”

ALEN 5 disse: “[...] *que isso é levar as outras pessoas que não têm o acesso (a oportunidade) à informática, ao computador.*”

Definir inclusão digital torna-se complexo para os entrevistados, como se pode perceber na fala da ALEN 6: “[...] *acho que é incluir todos que não tem acesso à informática.*”

Assim, de acordo com os dados sistematizados, apresentam-se as seguintes perspectivas:

- Trata-se de um espaço aberto ao público para poder praticar no computador;
- Seriam pessoas aprendendo a usar o computador;
- Oportunidade de ter acesso à informática;
- Lugar de acesso gratuito ao computador;
- Inclusão de todos que não tem acesso à informática;
- Novos aprendizados e noção de informática.

Em função das posições firmadas, consolidam-se diferentes visões. Esse fato revela como a questão conceitual se encontra diluída entre os participantes.

Assim, a definição de inclusão digital para três dos entrevistados diz respeito ao acesso à tecnologia, o que corresponde aos seus objetivos de terem acesso à TIC. Isso, seguido de dois dos entrevistados que a relacionam ao conhecimento de informática, que também reforça a proposta do programa social de inclusão digital de apenas promover o acesso e treinamento com base em conhecimentos básicos de informática, sem desenvolver um uso crítico e consciente da TIC.

□ **Aspirações educativas e profissionais**

As aspirações se relacionam entre si quando os entrevistados relatam seus sonhos, vontades e desejos, em que os dados mostram que os eles possuem aspirações educativas, com destaque para: Computação, Direito, Medicina, Ciências Biológicas, Engenharia Aeroespacial e Pedagogia.

O curso no CVT Henfil é visto por todos como de utilidade para conquistar o emprego e melhorar as condições socioeconômicas, para estudar, constituir família e adquirir bens de consumo, conforme a fala do ALEN 1: *“[...] eu acho que a gente tem que trabalhar e conhecer, ter o conhecimento da informática, então é sempre importante a gente ter esse conhecimento. De um modo geral né, emprego é investimento, no caso da gente [...] eu não tenho né, mas assim. Não sei assim, acho que seria na área de computação”*

Apesar das áreas diversificadas e apenas o ALEN 1 demonstrar interesse no curso de Ciência da Computação, o que se percebe é que o CVT Henfil enquanto espaço de socialização de conhecimentos desenvolve um interesse em continuar os estudos.

Para a ALEN 2:

Meu sonho é advocacia. Sempre quis ser juíza. Só que é bem alto mesmo. Minha vontade é na área familiar; como é que fala? É! Igual. Lá em casa é só eu e minha mãe. Meu pai eu nem conheço ele. Ela passou dificuldade e por ela ter sofrido tanto para me criar até hoje e só ela sozinha, mais ninguém, aí eu tenho muita raiva dele. Mas é meter ele no “pau” e cobrar tudo, porque ele não manda nada, nunca mandou nada. Nunca precisamos ainda graças a Deus. Mas, se for para olhar assim em caso de necessidade mesmo não precisava nem de contar com ele. Era a última pessoa para contar com ele. Aí já me chamou muito a atenção a área de direito, porque é um direito, justiça né.

Quanto às suas aspirações, ALEN 4 disse que: *“Pretendo, na área de planta, médica, cursar biologia [...]. Eu fui a amostra que teve lá (na UFMG), [...] Nossa, foi muito boa. Foi muito boa. Assim, estudar a planta, a raiz dela, enfim as moléculas [...] célula. É muito legal.”*

A ALEN 5 relata que:

Eu ainda estou em dúvida, mas eu acho que eu vou tentar pra uma parte da engenharia viu. Estava eu pensando em Engenharia civil. Mas, eu estou em dúvida entre Engenharia aeroespacial também. A UFMG abriu também. É! Aeronave e tem uma parte do curso que você pode optar entre ficar com os aviões ou ficar com a parte dos foguetes mesmo. Satélites, você pode escolher no caso. Eu quero fazer a parte do avião. É legal e foguete é meio complicado, pra mim. Num dá muito certo não. Ó, engenharia foi influência do meu pai né. Mas ele quer que eu seja (engenheira civil). Aí, tipo assim: ele foi me mostrando lá, porque ele trabalha em construção civil né, ele foi me falando e eu fui pegando interesses. Agora, a parte do avião? Sei lá! Eu não sei não.

Como a entrevistada anterior, a ALEN 6 aspira por engenharia aeroespacial, conforme relata:

No caso é engenharia aeroespacial. Desde pequena. Ah! Sei lá, eu sempre sonhei em entrar para aeronáutica assim e como eu vi lá na mostra de profissões da UFMG que tinha esse curso aí eu resolvi fazer [...]. Ah! Tipo que: eu não via ninguém. Acho que é da minha cabeça, não sei. Gostava mesmo de ver na televisão e de ouvir meu pai falando (de avião). Nossa! Ah! Ele gostava muito desses negócios de forças armadas. Ele só serviu exército.

As aspirações profissionais se fazem presentes em todos, pois enxergam no emprego a possibilidade de mudança. Afinal, os seis entrevistados, dentro da faixa etária de 15 a 17 anos, encontram-se desempregados, mesmo porque estão abaixo dos 18 anos.

□ Transformações

As transformações provocadas pelo CVT Henfil dizem respeito ao processo de socialização, categorizado a partir das entrevistas, e ao desenvolvimento humano dos entrevistados.

A informática passa a ser utilizada para se socializar, como a criação do ORKUT, MSN e outros a partir do curso e novos conhecimentos, inclusive por meio dessas ferramentas de comunicação. Conhecimentos sobre música, aplicativos e outras novidades, ou seja, desenvolvimento cultural. Isso pode ser confirmado na fala do ALEN 1: *“A gente conhece pessoas novas né e tem mais: MSN, Orkut; quando eu vim fazer o curso; aí a gente conversa mais com as pessoas e aí lembra mais e tal; tem uma cabeça mais ligada e tal [...].”*

A timidez também foi trabalhada por alguns participantes ao se socializarem com os novos colegas como ilustra a ALEN 4:

Eu passei a conversar com as pessoas, coisa que eu não fazia antes, passei a mexer no computador, era muito tímida sabe como é que é, na *lanhouse* agora eu mexo sozinha, faço trabalho de escola que preciso fazer. Sei mexer e isso mudou. Passei a ter mais interesse por informática é computador, celular. O curso estimulou a ter mais curiosidade por aprender novas coisas, nova tecnologias. Eu passei a ter mais curiosidade.

Para a ALEN 5:

Foi bom. Fiz novos amigos. Ganhei um apelido novo também. O apelido de quatro e quinze (chegavam quinze minutos atrasada todo dia). Ah! Só né. Novas amizades. Olha mudar eu acho que mudou sim. Mudei até. Acho que mudou minha forma de convivência até mudou.

E, ainda, na fala da ALEN 6:

Que nem eu tinha falado antes assim: que abre a mente da gente. Que nem foi explicado um monte de coisa e tal e quando eles vão falando vão explicando mais detalhadamente a gente vai tendo mais noção, mais interesse. Eu acho que viria, mas não tão forte desse jeito. O que mudou? Ah! Eu acho que dá mais, tipo, responsabilidade.

Assim, o CVT Henfil foi importante para a socialização, para a construção de conhecimento técnico de informática e para a conquista de novas amizades.

6.4.2 Os ex-alunos e suas vozes

Foram realizadas entrevistas com três ex-alunos, do ano de 2006, selecionados a partir da amostragem sistemática, lembrando que inicialmente seriam seis ex-alunos, mas fatores variados nos levaram a apenas esses.

A seguir, encontram-se detalhes das entrevistas realizadas com os três alunos que frequentaram o CVT Henfil em 2006.

□ **Escolaridade, Gênero e Idade**

Os entrevistados: ALEN8, com 18 anos, possui ensino fundamental enquanto o ALEN7, com 18 anos e a ALEN9, com 18 anos, possuem ensino médio.

Desse modo, dois dos entrevistados possuem ensino médio completo, o que corresponde à faixa etária por grau de escolaridade.

No entanto, o reflexo da educação pública de base pode ser compreendida nas dificuldades apresentadas pelo ALEN 8: *“Esse colégio ali: guerra, briga, ninguém combina com ninguém, não estava nem estudando. [...] Aí eu comecei a trabalhar também e passei a não ir a escola mais, e [...]. Chegou nos dezoito é caçar o rumo. Até os dezoito não estudou é difícil. Eu tenho muita vontade de voltar a estudar.”*

□ **Possui computador**

Neste tópico, apresentam-se os valores de posse de computador pelos entrevistados, no qual todos os ex-alunos disseram possuir e fazer uso dele, principalmente, após o curso no CVT Henfil.

Para ALEN 7:

Eu já tinha (computador). Lá em casa sempre teve computador há anos, na minha casa. Só que eu não mexia muito. Eu não era muito interessada em mexer na internet em casa. Santo de casa não faz milagre né. Como eu via as minhas irmãs mexerem na internet, então eu não me interessava não. Acho que aqui eu me interessava, porque era muita gente né, porque não era só fazer pesquisa, mas juntava uma galera. Era mais [...].

Quanto à posse do computador, para ALEN 8, é reflexo do interesse provocado pelo CVT Henfil, conforme relata:

Não sabia nem ligar o computador. Eu ficava curioso né. Só que o computador, quando você é novo, parece um bicho né. Não coloca a mão ali não que ele vai te morder! Parece um bicho. Alguns são curiosos e mexem né, eu não mexo. Já ficava esperando e aí depois eu fiz esse curso; aí eu viciiei. Aí eu fui e falei para o meu pai que eu estava interessado e aí ele foi e comprou um computador. Aí eu fui e fiz outro curso. Windows, Word, Excel e PowerPoint.

O acesso ao computador tornou-se um dos fatores correspondentes a infraestrutura, que se enquadra no primeiro passo para a inclusão digital. No entanto, a aquisição do computador esbarra nas condições financeiras.

□ **Avaliação do Programa Social**

No tópico, a avaliação do programa social de inclusão digital CVT Henfil realizada pelos entrevistados nos apresenta bom e regular. Esse dado é reflexo do ano de 2006, no qual o programa funcionava apenas com aulas *online*, o que sofreu mudanças no decorrer do funcionamento dos cursos.

O início do funcionamento do CVT Henfil reflete na fala do ALEN 7:

Ah! A infraestrutura que vocês têm eu achava que as salas [...]; as salas que eu cheguei a ver a infraestrutura são legais, mas eu acho que tem muito espaço em branco que poderia ser mais bem utilizado. Muito inutilizado né. Poderia ser colocado alguma máquina ou até do tipo de, que poderia chamar a atenção dos alunos, porque não pode manter tudo na mesma coisa sempre senão perde o interesse um pouco né. Mas, o espaço era bem utilizado, falo que as salas cujos horários pode ter bastante equilibrado isso aí.

Para o ALEN 8: *“Era legal. Os funcionários tratavam a gente bem. Igual: era tal coisa que você iria aprender e você aprendia direitinho.”*

Percebe-se na fala da ALEN 9 que o programa social de inclusão digital foi importante:

O quê que eu achava? Ah! Eu gostava de vir para cá. Eu gostava. Depois eu no terceiro ano é que eu não vinha muito, por quê? Por causa do negócio do Projovem lá aí o curso era mais voltado para eles né. Eles tinham mais privilégio. Aí então começou a fechar para a gente que era [...]. Mas era bem prazerosa a convivência aqui [...]. Depois da aula a gente vinha para cá e mexia na internet, fazia os trabalhos e tinha curso também aqui né. E, a gente aproveitava para ver se tinha algum curso, para gente estar fazendo. Aí eu fiz um curso profissionalizante aqui que foi o do telemarketing, que eu fiz aqui também. Primeiro eu fiz o de informática. Informática aqui e aí depois eu fiz o de telemarketing.

□ **Influências**

Neste tópico, o que se compreende, mais uma vez, é a força da rede social que se forma em torno do CVT Henfil, com as indicações de cursos e atividades que se realizam lá. Os familiares e amigos presentes na vida dos entrevistados, conforme a fala do ALEN 7:

Da minha família, porque é sempre tiveram comigo, posso falar de verdade que, é, por isso minha mãe e meu pai sempre tiveram em cima da gente, nunca deixaram a gente muito solto. A minha mãe não trabalhou para dar a noção do quê que a gente era, do que a gente queria e honrou assim né, jogou o tempo dela fora, jogou assim né abrindo mão do tempo dela para acompanhar a gente, acompanhar a nossa educação. Senão hoje eu não estava no emprego, estava na rua. Eu tenho colega aí que pode falar assim: não tem trabalho, um emprego decente, que pode virar às vezes perigoso, num vou culpar a mãe também não, foi por causa de uma cabeça muito fraca. Isso soma no tempo e depois a gente vai colhendo. Houve bastante influência, porque eu sou muito preguiçoso. O meu negócio é quando eu gosto de alguma coisa é fazer. Se eu não gostar eu não aprendo nada. Tem que ter alguém com algum motivo né: olha que legal que aí eu pego e vou para frente senão eu fico inerte, total. Não adianta. Houve interesse, mas quando eu vim aqui quase não tinha computador para mexer ou não, aí minha mãe foi olhou para mim e a gente conversou muito sobre com que eu iria trabalhar na época também né e aí ajudou bastante.

Já o ALEN 8: *“Para fazer o curso foi do primo. Mas, para o mundo da informática meu padrinho me influenciou um tiquinho. Ele trabalhava no SENAI lá e me falou: começa a fazer, começa a estudar que eu vou arrumar um curso para você lá.”*

Essa influência dos familiares pode ser ilustrada, também, por meio da fala da ALEN 9:

Ah! Da família também, porque ela sempre gostou da gente fazer curso né. Eles sempre, minha mãe e meu pai, eles sempre gostaram que a gente fizesse curso, tanto que o primeiro curso que nós fizemos foi por influência deles mesmos. Falava para a gente fazer curso de informática, porque para entrar no mercado de trabalho tinha que no computador saber mexer e assim ia.

□ **Dificuldades**

Neste tópico, dois entrevistados não apresentam dificuldades, apesar da entrevistada ALEN 9 apresentar dificuldade quanto ao tempo relacionado ao deslocamento e o horário de realização do curso de informática, uma vez que ela não conseguia torná-lo compatível com o momento da refeição – o almoço.

A fala da ALEN 9, apesar de única neste tópico, nos apresenta uma dificuldade significativa como podemos perceber: *“[...] Aí a gente vinha e nem almoçava e vinha para cá. Aí depois é que a gente ia para a casa almoçar. [...]atrapalhava um pouco sim. Porque até a gente ir em casa e voltar não dava tempo.”*

□ **Interesse por informática**

Nesse caso, o CVT Henfil provocou o interesse dos entrevistados por informática, estimulando o uso dela no trabalho e em tarefas diárias. O manuseio de equipamentos eletrônicos em banco, repartições públicas e em casa exige um entendimento que pode ter sido desenvolvido nos cursos.

Esse interesse dos entrevistados pode ser representado por meio da fala do ALEN 7:

É, eu gosto de tudo aquilo que é interessante para estimular minha atenção, entendeu! A informática eu gostei porque, dependendo dela você pode usar qualquer tipo de instrumento, em vários tipos de trabalho, em vários tipos de lugares. É uma coisa que aborda tudo, entre aspas né. Quem mexe, hoje em dia, abre muitas portas para trabalhar com qualquer tipo de coisa. E eu acho que isso ajudou também pela versatilidade que tem a informática.

E, também, do ALEN 8:

No caso foi quando eu fiz o curso aqui (no CVT Henfil) que eu me interessei mais por esse curso aí que foi bom. Tipo assim: foi uma parte, porque esse curso encaminhou e aí eu fiz os outros. Mas, se eu não tivesse feito eu não tinha começado a usar computador não. Se eu ficar sem internet em casa eu vou para a *lanhouse*. O tempo que eu tiver disponível eu fico em *lanhouse*. Está no dia a dia mesmo a internet. A partir daqui eu interessei né pela internet, aí eu fiz o curso, aprendi a mexer na internet. Fui mexendo. E, esse primo meu que me deu aula aqui, ele sempre falava no curso e tal. Hoje mesmo faz faculdade, nó! Ele é batalhador mesmo. Faz faculdade, trabalha, ele não tem tempo não. E ele tem me dado um toque: faz isso, faz um curso disso. Igual web design; ele era afim que eu fizesse esse curso aí.

□ Oportunidades

Neste tópico, os entrevistados direcionaram as oportunidades criadas pelo CVT Henvil para o processo de aprendizagem, no qual se envolveram para buscar conhecimentos de informática e socialização de experiências.

Todos os alunos entrevistados disseram desenvolver-se no processo de aprendizagem, como podemos perceber na fala do ALEN 7 que, apesar de extensa, é riquíssima à medida que ele apresenta o seu processo de aprendizado por meio das oportunidades de convivência. Primeiro, valorizando a construção da própria história:

Existe uma experiência né, que eu sempre ouvi falar, que eu sempre gostei bastante, que você está a frente da sua própria história e que se você aprendesse com sua própria história, com as experiências dos outros, é, eles não ficaram no mesmo lugar, eles ou dariam um passo pra tras ou passo do lado, o ser humano é ignorante o bastante ao ponto de esquecer a sua história né para não precisar contá-la né ou saber, mas ele acaba repetindo, é, quem não conhece a própria história está fadado a repetir né.

Segundo, valorizando as experiências das outras pessoas:

Então, eu acho que [...] para que não haja esse tipo de problemas eu tenho que focar naquilo que outras pessoas souberam fazer, executar, e conversam com a gente, falam com a gente como é que é, porque algumas já passaram, já se passou e podem sugerir alguma coisa. Eu acho isso interessante demais conversar com outras pessoas que tem experiência. Eu acho ótimo. Se eu falasse para algum me ajudar, mas eu prefiro saber alguma coisa se eu tivesse que conversar com alguma mais velha do que eu. Eu vou aprender o dobro do que eu já sei, mais do que uma pessoa da minha idade vai saber ... eu estou começando e aquela pessoa tem mais experiência e isso ia me ajudar muito, me ajudar bastante, é, as pessoas mais jovens, eles falam que é bom, mas em questão de aprendizagem tem pessoas melhores do que na nossa idade.

Na fala do ALEN 8:

Ah! Oportunidade que eu vejo é que a maioria dos empregos pede informática né. Querendo ou não você tem que se interessar por informática. Hoje em dia se você tiver um curso de informática bacana aí é meio caminho andado. Aí é bom você ter o curso, se interessar também. Tem gente que não se interessa. A pessoa às vezes não está sabendo o quê que ela quer fazer daqui para frente. Mas, às vezes ela faz ali uma coisa que ela gosta, ela vai e se interessa.

E, para a ALEN 9:

É lidar com pessoas né. Lidar com todo tipo de pessoas a gente aprende muito, a gente aprende e como aprende né. E é que eles falam que não adianta a gente fazer outra coisa que não àquilo que você gosta, porque nada que a gente faça que não goste né não tem como.

Desse modo, a oportunidade de socialização de conhecimentos técnicos e experiências de vida conduziram os entrevistados pelos cursos realizados no CVT Henfil, durante o ano de 2006.

□ **Inclusão Digital**

Este tópico, não mais importante que os demais, mas que representa tema imprescindível para a pesquisa, apresenta a definição dada ao termo inclusão digital pelos entrevistados, como se pode visualizar a seguir:

Os estudos que fundamentam a pesquisa apresentam cinco passos para que se atinja a inclusão digital, enquanto na prática os entrevistados relacionam o processo de inclusão digital ao acesso à infraestrutura e treinamento, como se pode perceber na fala do ALEN 7:

Inclusão digital: você vai incluir uma pessoa que não tem idéia alguma sobre computador, ou seja, internet né. Incluir ela ao meio, ou seja, vai tirar a pessoa do caminho que ela não vai fazer parte de uma grande ignorância, mas vai colocar a pessoa no caminho de garantia que ela saiba fazer alguma coisa relacionada ao computador, à internet, à informática, porque, hoje em dia, né, é essencial. [...].

ALEN 8 relata o acesso à internet relacionado à inclusão: *“Ah! Porque hoje a internet é muita coisa na vida da pessoa e quem sabe mexer na internet já um caminho andado para procurar informação alí ou outra coisa alí e meio caminho, igual eu já falei do MSN é de serviço assim, para você conversar alí, pedir uma ajuda.”*

E, para ALEN 9:

Em casa [...], muita gente tem dificuldade de computador em casa né e não tem acesso à internet. Então não adianta nada ter o computador e não ter acesso à internet. É só um computador! Um computador com acesso à internet é O COMPUTADOR. Então é isso mesmo e também aprendizagem. É, todo lugar necessita que as pessoas tenham o curso de informática. É igual falar que tem o ensino médio; o curso de informática é igual, é a mesma coisa. Então isso ajuda muito né. Ajuda para arrumar emprego e também o mundo todo é só falar de internet e computador. Então para quem não tem noção do quê que é o *Windows* vai pensar o quê: que é só mais uma janela? Entendeu? Então não tem como.

□ **Aspirações educativas e profissionais**

Neste tópico, as aspirações educativas dos entrevistados que pretendem cursar uma graduação perpassam por Sistemas de Informação e Pedagogia, pois o ALEN 8 não demonstrou aspiração educativa no momento da entrevista, relatando os diversos problemas em dar prosseguimento aos seus estudos. Isso, devido às condições nas quais se encontram as escolas públicas responsáveis pela educação de base.

Para ALEN 9, a aspiração educativa reflete seu sonho, que pode ser visualizado por meio de seu longo depoimento, apresentado em três momentos. No primeiro momento, a descoberta da pedagogia por meio da experiência escolar dela:

Pedagogia. Gosto de ensinar e aprender. Ano passado eu quase cheguei lá. Passei na UFMG na primeira etapa e só que foi muito difícil [...]; não passei para entrar. Esse ano eu vou tentar e vai. Uma vez eu fiz um projeto na escola, quando eu estava na oitava série, mais ou menos. Da sexta a oitava série que era um projeto de um professor nosso para ajudar a criança na mesma escola que a gente, a ajudar a ler. Que era um projeto de leitura. Então, isso despertou. As crianças que estavam no jardim; a gente para ajudar eles a lerem né. Aprender a ler, ensinar a ler, ajudar um pouco. Era um momento de leitura que a gente fazia. Aí, desde então despertou essa vontade né. Isso! Ia a tarde e era duas vezes por semana. Duas vezes por semana eu acho que era. Não me lembro muito bem, mas eu acho que era duas vezes por semana. Aí ajudava as crianças a lerem, porque aí tinha um tempo [...]; é difícil né para uma professora que tem uma sala com 30 crianças. Então, tudo pequena com sete e oito anos. Aí a gente ia [...]. Pedagogia. Ah! Eu gostei. Eu sempre gostei de pedagogia. Primeiro, há muito tempo atrás eu tinha interesse [...]; fala-me um curso que você não tem que mexer com corpo, não tem defunto e [...] não. Aí também eu peguei o projeto na escola né, que aí também eu gostei. Aí depois eu comecei a ver sobre o curso de pedagogia naquele canal, como é que chama? TV escola? É o canal na antena parabólica né. Na Rede Minas, às vezes passava aquele canal, agora eles tiraram né, não sei por quê. Eu não sei.

No segundo momento, a experiência educativa:

Eu gosto de romper barreiras assim, entendeu. Eu gosto de querer fazer uma coisa que é boa, para mim, né, ajudar, e também ajudar os outros. Tem muita gente que tem dificuldade né, tem muita dificuldade de ajudar as outras pessoas, e também eu acho que eu sou. Eu gosto de ver, a dificuldade que é ensinar uma criança especial e a dificuldade que é ensinar uma criança normal. Acho que a gente fica bem feliz, porque [...]. Ah! Não sei, estou falando a verdade aí. É porque eu acredito que, não querendo me gabar, mas eu acredito que eu posso contribuir, que alguma coisa eu posso fazer, mesmo que for só para mexer na base.

No terceiro momento, o desejo de transformação a partir da pedagogia:

As faculdades no Brasil são ótimas, as faculdades públicas são maravilhosas e todo mundo quer entrar nelas, só que a base que dá esse país é muito ruim, [...]. Tem que mexer na base para melhorar e não precisar ter cotas para quem veio da escola pública, para quem estudou; quem é negro e é isso. É por isso que eu fico querendo mexer na base entendeu. Para ver se eu contribuo um pouco. O Lula está lá já tem oito anos e quê que ele conseguiu mudar lá? Só criou o bolsa escola? Você quer fazer o quê? Professora? Você vai mudar o quê sendo professora, de jardim, de primeira a quarta série? Você vai conseguir mudar o quê? Pelo menos as pessoas falam: pedagogia? Você ficou doida? Você é doida? Igual a minha irmã né, ela quer fazer enfermagem. Igual eu queria fazer outra coisa que eu pudesse ir para outro; penso assim: depois que eu formar quem sabe eu posso estudar uma coisa que eu possa ajudar na cidade mais pobre e fazer tipo: ver como é que é; fazer tipo uma pesquisa né. Tem que a gente já vê que tem muita pesquisa e muito que estudar. É de querer mudar. Eu quero mudar e eu não quero tipo sentar e esperar. Eu gosto de ver, fazer, tudo que eu posso fazer para ajudar se não vai me atrapalhar, porque eu não posso ajudar, não me custa nada. O que eu posso fazer eu faço. Se eu puder ajudar né.

Todos os alunos estavam empregados, no momento da entrevista, e seus empregos tinham relação direta com a passagem pelo CVT Henfil, uma vez que eles faziam uso dos conhecimentos e certificados adquiridos lá.

Isso pode ser entendido por meio do ALEN 8: *“Mais para o trabalho mesmo eu uso é mais o MSN.”*; e da fala da ALEN 9, que expressa a contribuição dos cursos no CVT Henfil para as aspirações profissionais: *“Contribuiu, porque quem já tem o curso, já tem noção. Então, o curso que eu fiz de telemarketing aqui também ajudou. Primeiro eu fiz o de informática. Informática aqui e depois eu fiz o de telemarketing”*.

□ **Transformações**

As transformações provocadas pelo CVT Henfil dizem respeito ao processo de socialização e ao desenvolvimento humano dos entrevistados.

Todos os entrevistados, ALEN 7, ALEN 8 e ALEN 9, disseram que a socialização, de conhecimentos e experiências, foi de extrema importância para o desenvolvimento pessoal e profissional.

A fala do ALEN 7 ilustra a idéia dos demais quanto as transformações propiciadas pelo CVT Henfil e as pessoas que lá passaram:

Sim! Me ajudou bastante. Eu estava na época de [...] como é que eu posso falar [...] de conforto né, assim, uma época de conforto demais que a gente não quer completamente nada em casa, fica deitado, almoça, dorme. [...] Quando a gente encontra pessoas mais velhas, no caso eu era [...] tinha eu e mais uma pessoa que era, que não era, que não trabalhava né e então a gente compreende ouvindo as pessoas falando que querem trabalhar né, competia com pessoas que questionou se eu daria, se acontecesse comigo o que eu faria [...] e eu acho que isso ajudou bastante.

Na fala do ALEN 8 está presente a mudança na relação dele com o mundo:

[...] você vai passando a idade também e você muda. Tem gente que muda. Eu mesmo. Você vai fazendo curso e você tem que está chegando alí no meio do povo alí e tal. Vamos supor se você começa a nomarar você tem que conviver com o pessoal da sua namorada assim. Você muda suas atitudes. Num fica igual bobo. Igual para você tirar sua carteira, você tem que fazer a mesma coisa que você está fazendo no curso, tem que fazer alí. Hoje mesmo, igual você convive com pessoas mais experientes, um tiquinho de um e um tiquinho de outro. Eu mesmo quando eu comecei esse curso que eu fui lá e eu cheguei a ir à porta e não entrar.

Para a ALEN 9, a mudança foi importante: *“[...] porque eu não vinha aqui à toa, eu não estava só me divertindo igual à dança; acho que é socialização mesmo né, porque a gente vinha pra cá e juntava muita gente. Fiz novos amigos, conheci muita gente aqui, aprendi muito também e isso é outra coisa né.”*

Apresenta-se a seguir um quadro síntese, com os principais elementos sobre o universo da pesquisa. São dois agrupamentos: dados funcionais e experiências dos entrevistados, sobre os alunos e ex-alunos.

QUADRO SÍNTESE

Principais elementos sobre o universo da pesquisa

ALUNOS	AGRUPAMENTO: DADOS FUNCIONAIS						AGRUPAMENTO: EXPERIÊNCIAS DOS ENTREVISTADOS				
	SEXO	ESCOLARIDADE	COMPUTADOR	EMPREGO	INFLUÊNCIA	PROGRAMA SOCIAL	OPORTUNIDADES	ASPIRAÇÕES EDUCATIVAS	DIFICULDADES	TRANSFORMAÇÃO	INCLUSÃO DIGITAL
ALEN 1	M	Fundamental	Não	Não	Amigos	Muito Bom	Aprendizagem	Ciência da Computação	Não	Socialização	Acesso à tecnologia
ALEN 2	F	Fundamental	Não	Não	Familiares	Bom	Gratuito	Direito	Aprendizagem	Nenhuma Habilidades Técnicas	Não respondeu
ALEN 3	M	Médio	Sim	Não	Familiares	Bom	Gratuito	Medicina	Não		Conhecimento de informática
ALEN 4	F	Médio	Não	Não	Familiares	Muito Bom	Aprendizagem	Ciências Biológicas	Aprendizagem	Socialização	Acesso à tecnologia
ALEN 5	F	Médio	Sim	Não	Amigos	Bom	Aprendizagem	Engenharia Aeroespacial	Deslocamento	Socialização	Conhecimento de informática
ALEN 6	F	Médio	Não	Não	Propaganda	Muito Bom	Aprendizagem	Engenharia Aeroespacial	Deslocamento	Habilidades Técnicas	Acesso à tecnologia
ALEN 7	M	Médio	Sim	Sim	Familiares	Regular	Aprendizagem	Sistemas de Informação	Não	Socialização	Conhecimento de informática
ALEN 8	M	Fundamental	Sim	Sim	Amigos	Bom	Aprendizagem	Nenhuma	Não	Socialização	Acesso à tecnologia
ALEN 9	F	Médio	Sim	Sim	Familiares	Bom	Aprendizagem	Pedagogia	Deslocamento	Socialização	Acesso à tecnologia

Fonte: Entrevistas realizadas no CVT Henfil.

6.4.3 Os professores e suas vozes

As entrevistas com os professores foram realizadas em grupo, com a presença de quatro professores, em uma sala do CVT Henfil, onde a proposta foi de dialogar com eles, com vistas a entender suas idéias. Apresentam-se, abaixo, grupos de categorias a partir das entrevistas realizadas:

□ **Descoberta do programa social de inclusão**

Todos os professores não tinham conhecimento do programa social de inclusão e passaram a conhecê-lo após o início das atividades como monitores. Essa idéia pode ser entendida na fala do PEN 1:

[...] julho de 2007 foi quando começamos... o projeto o que envolve quando começou a gente nem sabia direito... a gente chegou aqui e foi conhecer o projeto saber como funcionava... a gente achava que iria trabalhar em escola... de lá pra cá a gente viu que o plano lá nem era tão bom assim como eles pensavam ... a gente chegou e ficou até hoje...eu acho que o curso, para os alunos, é de bom proveito, principalmente para os alunos e aí a gente tá hoje aí...

A fala do PEN3 reforça a idéia de como os professores tornaram-se conhecidos do programa:

[...] eu vim aqui pro CVT, a princípio, é... como os outros dois, como o PEN2 e o PEN1 pois fica mais perto da minha casa até por questão financeira mesmo de ônibus e tal é... sempre passava aqui em frente passando por Neves mas também nem sabia que existia, nunca tinha parado aqui e quando eu cheguei aqui juntamente com o PEN1 [...] havia uma outra equipe aqui de monitores e esses monitores não tinham conhecimento nenhum de informática...

O PEN4, como os demais, também não conhecia o programa e começou a trabalhar com o mesmo no CVT Henfil de Ribeirão das Neves, após ser aprovado em concurso para a prefeitura.

[...] eu vim para o CVT, pra cá porque quando me chamaram (o concurso) não tinha outro lugar pra eu ir e eu nem sabia pra onde é que eu ia trabalhar até que me falaram que era aqui em Justinópolis, eu falei: onde é que fica o Justinópolis? Você pega o 3200... na avenida principal... vim pra cá... falei: é aqui que é o CVT? Num sabia e nunca tinha ouvido falar...

□ **Avaliação do Programa Social**

Para o PEN1, os cursos disponibilizados no CVT Henfil são de “*bom proveito*” para os alunos da comunidade que lá frequentam.

No entanto, ele acha a infraestrutura ultrapassada e o projeto de inclusão digital “*afastado da realidade pelo tipo do público aqui da periferia, o ensino fica um pouco complicado*”.

As aulas devem ser parte *online* e parte explicativa, sendo presenciais no CVT Henfil, com o currículo flexível e passível de alteração para se adequar à realidade dos alunos pertencentes à comunidade local, segundo o PEN1. Isso, por que o projeto original visava a um curso completamente *online*, no qual o aluno seria responsável por todo o processo de aprendizado, contando apenas com o professor como monitor de informática para retirar as dúvidas.

É até comum a gente achar diferença no método deles (MCT) a distância da gente dar aula. Quando a gente chegou aqui, o aluno lia, lia, lia um mês. Fazia a prova e a média da nota na turma era 30%. Hoje são 70% [...] 30%, 40%, raramente alguém passava. Aí, de cara, a primeira turma que a gente pegou nesse método novo foi 90%, 80% as notas dos alunos [...]. Então a aprovação foi 99% [...], com a gente, todo mundo passou [...], quem não passou mesmo foi quem desistiu mesmo e tal e aí deu um grande salto mesmo. O número dobrou [...].

O PEN1 relata que, em seminários de CVT's, os resultados de outros espaços de inclusão digital, pelo Estado de Minas Gerais, os valores aproximam-se de 40% de alunos aprovados, por meio do método de ensino do currículo do MCT.

O PEN2 reforça a fala do PEN1, dizendo que a presença dos alunos no CVT Henfil há três anos era quase que somente para leitura na tela do computador dos textos explicativos sobre informática, tudo *online*, e navegar na internet. Isso, para depois realizar a prova de avaliação do processo de aprendizagem, em que os resultados eram baixos.

[...] o aluno vinha pra cá só pra acessar a internet e ler a matéria e o nosso papel era só de ficar monitorando... a gente tá lá mesmo é pra tirar a dúvida... no final ele tinha que fazer uma prova, porém mesmo com a possibilidade de responder a essa prova cinco vezes, o índice de reprovação era muito alto... a idéia antes mesmo de eu chegar era de acabar com a reprovação...

As alterações no currículo do projeto fizeram com que esse correspondesse à realidade educacional dos alunos de Ribeirão das Neves, o que proporcionou inclusive uma melhor participação dos professores e dos alunos, relata o PEN2.

[...] tinha uma aluna que era muito, muito tímida, sempre chegava perto dela, ela ficava tremendo [...]. A partir disso, eu passei a brincar e consegui fazer com que ela se soltasse um pouco mais e, conseqüentemente, aprendesse um pouco mais, porque, anteriormente, ela não conseguia participar e, com isso, ela melhorou [...].

A equipe que se encontrava anteriormente à equipe atual, não tinha conhecimento de informática e, portanto, apenas acompanhavam e fiscalizavam os alunos que frequentavam o CVT Henfil, dentro da proposta do projeto do MCT, relata o PEN3. E, ainda, o PEN2 menciona que *“eles eram colocados aqui, mas eles não tinham conhecimento de informática, eles não eram preparados para isso [...]”*.

Para o PEN3, falta ajuda do governo quanto à infraestrutura e à flexibilidade maior do currículo do programa, para que os alunos possam sair do CVT Henfil com melhores condições de aprendizagem. Ele argumenta, no entanto, que as mudanças praticadas no CVT Henfil foram de extrema importância para aumentar o nível do curso e de aprovação dos alunos, provocando transformações nas atitudes desses, que se apresentam mais interessados e preocupados em aprender algo no curso para conseguir emprego.

[...] o índice de reprovação era muito alto e quando observamos isso, eu e [...] ele (PEN1) conseguimos tomar algumas atitudes e decidimos colocar o curso mais prático nós mesmos. Continuamos dando aula, não cortamos o método de leitura. Porém, eles ficavam de 2 a 3 horas lendo e nós não pedíamos para copiar nada e depois nós explicávamos tudo para eles fazerem uma prática e no final, a gente fazia um resumo de tudo, xerocava. Eles estudavam em casa, vinham e faziam a prova sem consulta. Quando a gente percebeu, a aprovação ficou bem alta, cerca de 99%...

O nível de desistência no curso não é alto, mas é presente na realidade do CVT Henfil devido aos alunos que conseguem emprego mesmo durante o curso, desligando-se dele para trabalhar em tempo integral.

□ Transformações

O espaço do CVT Henfil, para o PEN1, é visto como um ambiente de socialização que todos os funcionários e alunos gostam de frequentar. Assim, há tanto alunos tímidos que saíram extrovertidos quanto alunos agitados que concluíram o curso mais calmos. Os alunos mais agitados, geralmente, participam de outro projeto: Interagir e Transformar, que inclui esses alunos em práticas musicais entre outras atividades.

E dá pra gente ver a diferença mesmo, porque a gente já participou de seminários com um monte de CVTs reunidos e os CVTs costumam falar os números deles... quantos alunos foram aprovados. O comum nos CVTs que usam o método normal de ensino à distância é 40% a 60% de alunos aprovados e o nosso método fica até mais fácil... bem mais fácil.

É importante enfatizar que as mudanças ocorreram não só com os alunos, mas também com os professores. Assim, os PEN1 e PEN2 relatam que deixaram de ser tímidos, a partir das aulas dadas no CVT Henfil. E, ainda, que ambos passaram a perceber a real condição social da região e a se sensibilizar com ela.

Como eu (PEN2) já moro aqui há muito tempo, eu já conhecia a condição da região e, quando eu vi que, no projeto, eu posso ajudar a mudar essa imagem o que eu queria era tentar melhorar [...].
Com certeza [...] é [...] porque o povo daqui não tinha acesso, atualmente o CVT que oferece, mas se a gente conseguir capacitar grande parte da população [...] o projeto aqui em Ribeirão ajuda muito [...], mas não tem muita gente engajada [...].

Para o PEN3, o projeto de inclusão digital contribui bastante para as pessoas da comunidade de Ribeirão das Neves.

Eu tenho parente que mora em Neves e ele pode ver que ajuda e eu acho que poderia ajudar mais ainda. Se o projeto em si tivesse várias mudanças no papel, pois do jeito que ele foi feito na prática, a gente vê que não funciona bem. Que do curso à distância para o nível de conhecimento das pessoas aqui, a gente vê que não dá certo [...].

Para os professores, as realidades dos alunos somadas aos múltiplos fatores sociais interferem no processo de desenvolvimento da região, o que, de certa maneira, poderia ser amenizado

com o programa social de inclusão digital. Mas, não da forma como o MCT o planejou e, sim, adaptando-o à realidade da comunidade local.

Tem muitos fatores, tem algumas escolas aí que os alunos têm uma regularidade mais fraca, têm muitos que a gente vê que erra na hora de escrever o próprio nome, então até isso prejudica [...], relata o PEN3.

O PEN2 complementa a fala do PEN3, relatando que “*se ele (o aluno) não consegue interpretar um texto comum como é que ele vai interpretar uma matéria diferente, uma coisa nova pra ele [...]. Ele não consegue interpretar uma matéria complexa [...]*”.

Para o PEN4, o espaço é importante para determinados alunos, carentes de atenção e de serviços públicos, uma vez que o CVT Henfil tem provocado transformações na vida desses alunos agitados e alterados pelo convívio com o meio social no qual estão inseridos. Assim, é importante assinalar a relevância dos projetos de Inclusão Digital e de Interagir para Transformar que, juntos, conseguem promover mudanças consideráveis.

□ **Inclusão Digital**

Quanto à inclusão digital, todos os professores concordam que é importante para promover a inclusão social do aluno, que passa a fazer parte do espaço social – sentimento de pertencimento.

Para o PEN1, inclusão digital está diretamente relacionada à inclusão social do sujeito quando interagem interesses e desejos com os demais frequentadores do CVT Henfil.

[...] eu acho que até uma coisa puxa a outra que além, mesmo que ele está sendo incluído digitalmente quase sempre está sendo incluído socialmente também porque não só saber mexer no computador ele também, muitas vezes se sente excluído da sociedade, então aprendendo ele pode, sei lá, se expandir mesmo e fazer parte do todo [...]

Eu acho que inclusão digital leva à inclusão social, envolvendo outras pessoas além da barreira tecnológica qualquer, porque tem aquela que não sabe nada de informática (muito barulho) [...]

Eu tenho a mesma opinião dos dois aí. Com certeza absoluta, a inclusão digital leva à inclusão social e é o que PEN1 falou aí, muitos alunos compram até aí o computador pra fazer um controle, pra tá conversando com outras pessoas, conhecendo pessoas via internet [...] aumenta seu círculo de amigos, seu círculo de contatos e, com certeza, a inclusão digital remete à inclusão social [...]

Bom, eu acredito em tudo que eles falaram, sem tirar nenhuma palavra (risos) [...]

6.5 Análise e discussão dos resultados

A seguir, analisam-se e discutem-se os resultados das entrevistas e dos questionários a partir dos eixos sócio-culturais que se apresentaram.

□ **Influência:**

O papel da família torna-se de extrema importância na vida daqueles que buscam o CVT Henfil para socialização e aprendizagem de novos conhecimentos para o primeiro emprego e para a vida.

A família apresenta-se como suporte para aqueles que, apoiados por ela, buscam combater a pobreza e a condição de marginalizado, para transformar as suas vidas.

A influência promovida pelos familiares sobre os alunos do CVT Henfil faz-se principalmente mediante o papel da mãe que cuida da educação dos filhos, preocupada com a realização educacional e profissional deles. Afinal, o capitalismo informacional tem exigido, cada vez mais, das pessoas uma formação técnica para o mercado de trabalho, onde a produção recebeu um maior significado de valor econômico, minimizando o valor social com forte impacto sobre a sociedade.

A falta de emprego, moradia própria, alimentação, saúde e transporte de qualidade somada à violência urbana têm levado as famílias a se desestruturarem, ou, mesmo, já se formarem obedecendo a uma estrutura familiar diferente da conhecida até o final do século XX.

A ausência do pai, visualizada na história de vida de uma das entrevistadas, pode ser vista em outras histórias de vida, em que a mãe torna-se, sozinha, responsável por administrar todas as ações da família, inclusive a educação dos filhos.

Assim, a influência da família foi apresentada por quase todos os entrevistados como ponto forte para que os mesmos frequentassem o espaço do CVT Henfil, o que enfatiza o papel familiar na construção social do indivíduo. A participação da família, no dia a dia, para a construção do indivíduo reforça a sua importância como instituição fundamental para a sociedade. E, tanto a família como o CVT Henfil foram, para os entrevistados, espaços importantes para se construir uma resposta aos problemas sociais que se fazem presentes no capitalismo informacional.

O problema está posto, uma vez que a transformação na estrutura da família implica impactos que transformam, também, os outros espaços de socialização: escola, igreja, a rua entre outros.

Entretanto, para esses alunos, sendo o chefe da família o homem ou a mulher, o mais importante é a presença de um membro da família junto às suas descobertas, fazendo com que o processo receba o devido sentimento em suas vidas.

Assim, o que se entende e é importante enfatizar nesta pesquisa, é que coube à família o papel de buscar promover a inclusão social desses alunos a partir da descoberta de novos espaços de socialização e de construção do conhecimento.

Desse modo, o que se percebe é que há uma confluência de idéias entre os alunos e ex-alunos quanto a forte presença materna, sendo que os entrevistados foram influenciados por ela para frequentar o CVT Henfil como fuga da violência urbana e como a possibilidade de se qualificar para o futuro. Esse espaço revelou-se para esses alunos como uma oportunidade de aprendizagem para o primeiro emprego e para a vida.

Portanto, a participação da família é fundamental na construção de um indivíduo como sujeito e cidadão.

□ **Interesses:**

A disponibilização de cursos de inclusão social faz com que muitos jovens da periferia busquem neles oportunidades de transformar a realidade vazia, quase sem espaços de socialização acessíveis, como praças, teatros, cinemas, bibliotecas, entre outros. E, apesar de reforçarem o discurso da inclusão digital, com a disponibilização de equipamentos e treinamento, os programas sociais de inclusão digital também se fazem espaços de combate às “*novas formas de marginalização*”, neste século XXI, pontuadas no discurso da exclusão digital.

Desse modo, os meios de comunicação, no século XXI, tornaram-se ferramentas que chamam muito a atenção dos jovens ao criar oportunidades de se socializar e trocar experiências sobre suas aspirações educativas, profissionais e, ainda, de entretenimento.

O interesse dos entrevistados, após frequentarem o CVT Henfil, perpassa por diversas áreas do conhecimento, como se percebe nas aspirações educativas e profissionais, mas que não deixam de demonstrar a curiosidade pela informática. A maioria dos entrevistados passaram a ter motivação pela informática, e para aqueles que já possuíam apenas a reforçaram.

Logo o que se pode analisar é que as tecnologias de informação e comunicação estimulam o interesse dos jovens. No entanto, o maior interesse dos alunos, que frequentaram o curso em 2009, foi ao encontro do uso da internet, enquanto para os ex-alunos, que frequentaram o curso em 2006, está mais relacionado ao desenvolvimento profissional.

□ **Dificuldades:**

Durante as atividades do CVT Henfil, houve dificuldades tanto por parte dos alunos quanto dos professores. Para estes, o currículo do programa tornava-o complicado de ser aplicado, levando-se em consideração a realidade da região de Neves. Para aqueles, a aprendizagem foi um obstáculo a ser superado.

O currículo do programa atende aos propósitos do MCT, que corresponde ao discurso da inclusão digital, com a disponibilização de equipamentos e treinamentos, mas que não

considera a realidade social local e suas dificuldades, conforme sugere o discurso da inclusão informacional, com base no letramento.

Desse modo, há falta de uma organização na base curricular do programa que o adapte à realidade social dos alunos. Faz-se necessário considerar, nesse momento, o programa como um processo de letramento informacional e, portanto, apreender os apontamentos realizados por Bruce (1998), Sorj (2004) e Warschauer (2006), com suas contribuições para a inclusão digital.

No entanto, as dificuldades que se fazem presentes não dizem respeito apenas ao processo de aprendizagem, que não é simples, mas também surge a dificuldade de se deslocar a pé por aproximadamente 40 minutos, uma vez que o custo da passagem não pode ser considerado no orçamento familiar.

À distância somada à falta de um transporte de qualidade e de condição financeira para pagá-lo faz com que a caminhada seja a solução para se buscar oportunidades de aprendizagem, rompendo com as dificuldades postas na periferia, carente de serviços públicos.

Lefbvre (2001) e Kowarick (2000) apontam que as áreas distantes dos centros urbanos reforçam as dificuldades já presentes nas vidas das pessoas que nelas habitam. Dessa forma, a periferia com todas as suas carências, no caso específico do nosso estudo – a região de Neves –, torna-se um espaço difícil de se promover a cidadania plena, com educação, saúde e transporte de qualidade, entre outros direitos civis e políticos.

□ **Possui computador:**

A posse de computador é vista por muitos pesquisadores como indicador de inclusão digital, capaz de promover mudanças nas vidas das pessoas.

O que se percebe é que a posse do computador pode promover o interesse dos alunos pelas tecnologias de informação e comunicação, proporcionando espaços de socialização por intermédio desse.

No entanto, Warschauer (2006) e Sorj (2004) apontam que apenas o equipamento não é capaz de promover a transformação social, incluindo o indivíduo. Mas, simplesmente reforça o discurso da inclusão digital e atende aos interesses econômicos de mercado, no capitalismo informacional.

Cabe ressaltar que nem Warschauer (2006) e Sorj (2004) são contra o uso do computador e muito menos da posse, mas apenas criticam o uso indevido do mesmo, sem que haja um letramento informacional do usuário para que esse faça do computador e da rede de ferramentas um auxílio para uma vida melhor, na qual o indivíduo se construa mais consciente e crítico perante a sociedade.

A posse do computador por si só não faz do indivíduo um ser letrado, o que exige dele, portanto, o letramento a partir de práticas que podem ser promovidas em diversos espaços.

Assim, para os entrevistados, o CVT Henfil torna-se um espaço de extrema importância ao disponibilizar o acesso gratuito ao computador, uma vez que a maioria não o possui. Esses usam, também, de outros espaços como escolas, *lanhouses* e casas de familiares e amigos, mas se faz imprescindível a existência de espaços públicos de acesso a rede, como o CVT Henfil, para que se criem oportunidades de aprendizagem e transformação social.

□ **Avaliação do Programa Social:**

O Programa Social de Inclusão Digital, praticado no CVT Henfil, é visto pelos alunos como muito bom e bom, devido ao reflexo que provoca no processo de aprendizagem e, também, na promoção social.

Os professores, apesar de “enxergá-lo também com bons olhos”, apontam problemas curriculares que necessitam de adequação à realidade social dos cidadãos nevenses.

A dificuldade de deslocamento, somada aos problemas no processo de aprendizagem entre outros fatores precisam ser considerados quando da formulação curricular, sem perder a qualidade na execução do programa.

Desse modo, o Programa apresenta uma boa avaliação, exigindo que se considere a necessidade de se adequar à realidade nevensense e, ainda, de se considerar os modelos propostos por Bruce (1998), Sorj (2004) e Warschauer (1999), para o letramento informacional.

A proposta dos professores é de se promover um processo de ensino e aprendizagem que considere a realidade social local, o que vai ao encontro das propostas dos pesquisadores de se considerar a historicidade e a totalidade do contexto social no qual irá se praticar uma inclusão.

No entanto, modificar o currículo de um programa social desenvolvido e padronizado pelos setores competentes do Ministério da Ciência e Tecnologia exige dos professores estudos que, talvez, a pesquisa em questão possa contribuir e possivelmente poderá resultar em benefícios para todos os envolvidos no processo. Assim, conceitos importantes para o programa social de inclusão digital, trabalhados na pesquisa, precisam ser construídos no currículo, e, ainda, adaptação ao modelo de letramento informacional para que se possa atingir um uso crítico da informação e não apenas um uso da informática.

Cabe ressaltar que as sugestões, para modificação curricular, exigem mudanças que impactem também sobre a formação do corpo docente do programa, uma vez que exige do mesmo um melhor entendimento tanto da área pedagógica relativa ao processo de ensino e aprendizagem quanto da área informacional relativa ao processo de uso crítico e consciente da informação.

Portanto, o Programa Social de Inclusão Digital precisa promover uma melhor formação do corpo docente, adaptar as ações pedagógicas à realidade social e atingir todos os passos ou níveis propostos por Bruce (1998), Sorj (2004) e Warschauer (1999), chegando ao uso crítico da informação mediante o letramento informacional do cidadão nevensense.

□ **Aspirações Educativas e Profissionais:**

O aprendizado tornou-se objetivo de todos os alunos, dos professores e do coordenador, e mesmo aqueles que necessitam de emprego, buscam, antes, aprender sobre as tecnologias da informática para, depois, partir em direção ao espaço do trabalho. Sendo esse no laboratório de informática, hospital, sala de aula ou outros espaços aos quais esses aspiram.

Os alunos buscaram tomar conhecimento sobre as tecnologias da informática por meio do curso de introdução à informática, disponibilizado no CVT Henfil de Ribeirão das Neves, como aspiração educativa e profissional, buscando o aprendizado e o primeiro emprego ou mesmo um emprego melhor.

Todos os alunos que frequentaram o CVT Henfil em 2009 ainda não estão trabalhando, mesmo porque apresentam idades entre 15 e 17 anos, mas já se preparam para o mercado de trabalho. Já os alunos que frequentaram o CVT Henfil em 2006, todos com 18 anos, estão trabalhando, sendo que o ALEN 7 e a ALEN 9 utilizaram-se do curso no CVT Henfil para o emprego, e o ALEN 8, apesar de não utilizar-se do curso para o emprego, faz uso dos conhecimentos para realizar negócios relacionados ao emprego.

Mas, como já mencionado anteriormente, mesmo buscando o mercado de trabalho, todos eles procuram “*tornar-se aptos ou capazes*” de realizar alguma atividade por meio do computador, apropriando-se das técnicas disponibilizadas pelo CVT Henfil. Assim, apesar de corresponderem aos interesses econômicos do mercado de trabalho, percebe-se também as aspirações educativas associadas as profissionais como respostas aos sonhos de vida.

Desse modo, os entrevistados aspiram formações diversas: Ciência da Computação, Direito, Medicina, Ciências Biológicas, Engenharia Aeroespacial, Sistemas de Informação e Pedagogia, que são respostas aos estímulos familiares, do mercado de trabalho, da escola, do CVT Henfil e, ainda, aos sonhos deles, realizando um mundo melhor como relata ALEN 9 que, por meio da Pedagogia, pretende mudar a educação de base.

Os alunos que frequentaram o CVT Henfil em 2006, ou seja, os ALEN 7 e 8 e a ALEN 9 revelaram que seu processo de aprendizado foi além das técnicas e de conhecimentos tecnológicos, atingindo aprendizados relacionados ao convívio pessoal, profissional e de vida a partir das experiências alheias, aproximando-se dos níveis finais de inclusão desejados pelos teóricos Bruce (1998), Sorj (2004) e Warschauer (2006).

O ALEN 7 relatou ter aprendido muito como lidar com problemas em espaços coletivos e que isso foi importante para o seu crescimento profissional no atual emprego, aprendendo mais com as experiências já vivenciadas pelas pessoas mais velhas do que ele. O ALEN 8 disse ter

aprendido a se socializar mais, reduzindo a sua timidez que antes o atrapalhava, pois se considerava um “*bicho do mato*”. Já a ALEN 9 mencionou ter aprendido, também, a se socializar mais, como também a ajudar as outras pessoas, porque colaborar, dentro do seu possível, sempre é importante.

Quanto ao aprendizado relativo à técnica e ao conhecimento tecnológico, pode-se dizer que todos os alunos buscaram, de alguma forma, tornarem-se aptos para o espaço digital e, conseqüentemente, conquistarem outros espaços que correspondem às suas aspirações educativas e profissionais.

Por enquanto, o aprendizado realizado no CVT Henfil tem como consequência profissionalizar para o mercado de trabalho, atendendo às demandas postas pelo sistema de produção capitalista, que necessita de mão de obra qualificada para produzir e consumir.

Por outro lado, ao buscarem o aprendizado de técnicas e tecnologias da informática, esses alunos do CVT Henfil estão descobrindo um novo espaço – o digital – capaz de proporcionar ou não, dependendo das próprias ações, caminhos que os levem a uma vida mais digna, no gozo de seus direitos civis, políticos e sociais.

□ **Oportunidades:**

O CVT Henfil é visto por todos os entrevistados como um espaço favorável para a socialização de conhecimento a fim de potencializar aquilo que pode vir a ser possível – o virtual.

Na realidade de quem vive na periferia e convive com a carência de tudo, qualquer curso, inclusive gratuito, torna-se oportuno para se potencializar um emprego, um salário melhor, um emprego melhor e, até uma vida melhor.

Entretanto, o espaço que mecaniza a ação humana, para o mercado de trabalho, também pode levar o indivíduo da ação mecanizada a indagar-se sobre a situação posta e a questionar a situação em si, assumindo um estado de conflito. Assim, o espaço possível de transformação

pode ser, em si, potencializado para aqueles que buscam condições oportunas para tal praxis – o sujeito agindo sobre si mesmo.

Desse modo, as oportunidades estão postas e potencializam o futuro daqueles que delas se apropriam, como possibilidade de transformação da realidade social, em que, para os entrevistados, ser gratuito e promover competências são oportunidades importantes em suas vidas.

□ **Transformações:**

Sabe-se que cada pessoa tem seu tempo de amadurecimento, mas o que se questiona é se esse amadurecimento intelectual e cultural aconteceria de forma espontânea apenas com a chegada da idade ou se haverá necessidade de espaços de convívio e socialização dos saberes?

Desse modo, pode ser que uma transformação cultural importante, a partir do CVT Henfil, esteja além do processo de apenas conhecer a existência das tecnologias da informação e comunicação e do mundo digital, quando são criados espaços de convívio e de socialização dos saberes, para amadurecimento intelectual e cultural. Isso, uma vez que a cultura é um processo em constante transformação e redefinição, correspondendo às transformações sociais – tecnológicas.

Para os entrevistados, o CVT Henfil contribuiu para o conhecimento de informática, o que, por conseguinte, resultou na transformação do aprendizado sobre as tecnologias de informação e comunicação, e propiciou habilidades para buscar conhecer mais sobre eles mesmos e a cultura na internet.

Portanto, o que se enxerga são transformações culturais que envolvem práticas presentes na historicidade de todos. Assim, o que se pode concluir é que a comunicação e a cooperação, e mesmo a socialização, são ações capazes de contribuir para o desenvolvimento cultural dos atores sociais pertencentes a uma determinada comunidade.

Então, o programa social de inclusão digital – CVT – não provocou transformações mais acentuadas por que não desenvolveu um uso crítico da informação? Ficou apenas no nível do

treinamento? Essas questões só poderão ser respondidas a partir do momento em que todos os níveis de letramento informacional forem realmente praticados, uma vez que ainda não há dados sobre a realização de programas que fizeram valer os passos para esse letramento.

O que se pode indicar é que o CVT Henfil não praticou todos os níveis de letramento informacional, para além do treinamento, atingindo o desenvolvimento do uso crítico da informação. Assim, deve-se pensar que a tecnologia cria oportunidades de acesso, mas pode limitar o desenvolvimento da análise crítica, ao facilitar e reduzir o processo de pesquisa – leitura e escrita. Isso pode ser comprovado quando a ALEN 9 disse ser mais fácil pesquisar na internet do que ir à biblioteca.

Assim, a maior transformação cultural, a partir do aprendizado construído, no CVT Henfil, passa a ser o processo de conhecer a existência das tecnologias da informação e comunicação e o mundo digital. Oportunidades e potencialidades surgidas no CVT Henfil que podem provocar transformações no processo de socialização dos alunos.

□ **Inclusão Digital:**

A discussão deste tópico foi feita baseada nas entrevistas, nos questionários aplicados, nos objetivos do programa e em estudos realizados, como pretensão de se definir o termo inclusão digital no CVT Henfil.

O uso de um termo novo pode corresponder às novas condições de existência do fenômeno, que pode sofrer transformações acompanhando as mudanças ocorridas no contexto ao qual se insere. E, ainda, corresponder aos interesses de quem valora simbolicamente o termo, mesmo dentro de um programa social de inclusão digital.

Percebe-se, então, que a maioria dos entrevistados definiu o termo inclusão digital aproximando-o da infraestrutura, rede e treinamento.

A literatura revisada nos apresenta conceitos complementares, que se desenvolvem em direção ao uso crítico da informação. Mas, o que dizer dos conceitos praticados pelo

Programa de Inclusão Digital – MCT – e dos usuários do Centro Vocacional Tecnológico Henfil em Ribeirão das Neves? Serão esses conceitos antagônicos ou complementares?

Sorj (2004) divide o processo de inclusão digital em cinco fatores e relata, a partir de pesquisas realizadas em campo, que os programas públicos focalizam apenas os dois primeiros que dizem respeito às dimensões passivas do acesso, como infraestrutura e equipamento e não praticam os outros três fatores de apropriação ativa (treinamento, capacitação e uso crítico).

Corroborando com a teoria de Bernardo Sorj (2004), teóricos como Mark Warschauer (2006) e Christine Bruce (1998) caminham em direção ao uso crítico da informação. Pesquisadores como Adriana Bogliolo Sirihal Duarte (2007), Gilberto Dupas (1999), Isa Maria Freire (2001), Marta Macedo Kerr Pinheiro (2007), Othon Jambeiro (2005) e Paulo Blikstein (2001) têm defendido a teoria do uso crítico da informação suportada pelas tecnologias de informática.

Assim, o que se visualiza são pesquisas que apresentam as suas teorias que contribuem para uma proposta de inclusão digital, em que é necessário cumprir os seguintes níveis: equipamento, infraestrutura, treinamento, capacitação, construção do saber e uso crítico.

Os conceitos apresentados, até o momento, contribuem para a formulação do entendimento sobre o processo no qual se analisa a prática junto aos usuários do Centro Vocacional Tecnológico Henfil em Ribeirão das Neves. Afinal, são visões de mundo, cada qual apresentando conceitos de inclusão digital.

No entanto, pesquisadores como Othon Jambeiro (2005) nos chamam a atenção para o cuidado que se deve ter ao discutir sobre o conceito de inclusão digital, uma vez que tal conceito “*não está ainda bem estabelecido*”, o que reforça a necessidade de se construir uma rede conceitual no intuito de contribuir para a comunidade e a academia.

Para Jambeiro (2005), “*inclusão digital deve expressar um conceito que encerre uma consideração profundamente humanista*”, levando-se em consideração o sujeito no centro das ações – centralidade. A preocupação estaria na conquista da cidadania digital por meio do acesso consciente e crítico à informação.

Então, a inclusão digital se apresenta como um processo que exige dos incluídos digitais mais que apenas acesso à tecnologia e à rede de computadores. E pretende, como consequência, a melhoria da qualidade de vida.

Sendo assim, apreender como se usam ferramentas midiáticas torna-se menos importante do que o que o aluno pode aprender no decorrer de seu processo de aprendizagem como sujeito consciente do processo sociocultural ao qual está inserido.

Entretanto, dizer-se um incluído digital e apenas seguir os caminhos já programados de nada vale para Blikstein (2001) quando se está discutindo sobre os problemas sociais e suas possíveis alternativas.

Ainda no que diz respeito ao conceito de inclusão digital e considerando as idéias de Blikstein (2001) sobre o incluído digital, o que se visualiza, a partir do Programa de Inclusão Digital – MCT, são ações que se prestam à capacitação do usuário de informática.

A inclusão digital é concebida a partir dos acessos às facilidades da tecnologia da informação, às técnicas, à qualificação e ao avanço no ensino. E, apesar de utilizar-se do termo capacitação, o que se visualiza “*na prática básica das técnicas computacionais*” corresponde ao treinamento do usuário de informática.

E, finalmente, para os usuários do Centro Vocacional Tecnológico Henfil a inclusão digital é definida como “*you estar por dentro da informática, sabendo utilizar o computador de maneira certa*”, o que caracteriza o acesso e o treinamento em computadores. “*Promover acesso da tecnologia às pessoas*” como “*meios incríveis de se comunicar sem ter vocabulário verbal através de uma máquina*”, sendo “*de grande importância, já que dá oportunidade para todos terem acesso sobre conhecimentos de informática*”.

Assim, os usuários do Centro Vocacional Tecnológico Henfil, definem inclusão digital como “*incluir as pessoas que não possuem acesso ao meio digital*”. Tal definição, é certo, não corresponde ao total de usuários do Centro Vocacional, mas corresponde à maioria que respondeu aos questionários aplicados, nos quais o resultado da coleta de dados visualiza, no centro, o conhecimento de informática, seguido pelo acesso à tecnologia.

Foi inserido aos dados o termo *letramento digital* apontado pelos teóricos que pesquisam a inclusão digital como um possível modelo a ser analisado no processo, considerando o indivíduo social inserido em um espaço de aprendizagem, que necessita de ser letrado. No entanto, visualiza-se uma rede social, centralizada nos três passos para a inclusão digital, sendo eles o equipamento, a infraestrutura e o treinamento, com alguns apontamentos dos usuários para a capacitação. Mas, apenas os pesquisadores apontam, na teoria, a necessidade de atingir o último passo que diz respeito ao uso crítico da informação por intermédio do letramento informacional.

Foi de extrema importância a visualização do conceito de inclusão digital, a partir das teorias dos pesquisadores que apresentam uma dinâmica no Programa de Inclusão Digital – MCT e dos usuários do Centro Vocacional Tecnológico Henfil em Ribeirão das Neves que atingem apenas os três passos referentes ao equipamento, infraestrutura e treinamento, apesar de alguns usuários fazerem menção à capacitação que diria respeito ao quarto passo para a inclusão digital.

Tanto o Programa quanto os usuários não desenvolveram, ainda, o uso crítico da informação suportada pela tecnologia da informática, o que atingiria o quinto nível, conforme Sorj (2004), para a inclusão digital.

Desse modo, cabe à pesquisa, considerar as definições e as indagações realizadas, como também as teorias de Bruce (1998), Sorj (2004) e Warschauer (2006), entre outros, analisando os avanços que o Programa poderá sofrer a partir de resultados que apontem a necessidade de investir no sujeito e em sua construção crítica no processo. E, a necessidade de compreender melhor o papel da informação social e da educação no processo de inclusão digital como experiência que contribua para a realização de outras pesquisas na área de Ciência da Informação e o desenvolvimento de políticas públicas.

Logo, apresenta-se a seguir algumas considerações finais com o intuito de contribuir para o Programa Social de Inclusão Digital, a comunidade e o meio acadêmico.

*Sono limpo*²⁴

*Não mais o sonho, mas o sono limpo
de todo excremento romântico.
A isso aspiro, deus expulso
de um Olimpo onde sonhar eram versões
de existir.*

*Não à morte: ao sono
que petrifica a morte e vai além
e me completa em minha finitude,
ser isento de ser, predestinado
ao prêmio excelso de exalar-se.*

*Não mais, não mais o gozo
de instantes de delícia, pasmo, espasmo.
Quero a última razão do vácuo,
a última danação, parágrafo penúltimo
do estado – menos que isso – de não ser.*

²⁴ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Farewell*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 98.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como proposta verificar as oportunidades e limitações vivenciadas pelos alunos do projeto de inclusão digital, do Centro Vocacional Tecnológico Henfil, em Ribeirão das Neves, e como essas interferem nas ações desses sujeitos e na transformação de suas realidades históricossociais.

Assim, conclui-se que o CVT Henfil contribuiu enquanto espaço público, criando oportunidades de acesso ao computador e à internet; promovendo o aprendizado e a socialização de experiências; propiciando um maior interesse pelas novas tecnologias de informação e comunicação; estimulando as aspirações educacionais e profissionais.

São possibilidades, percebidas por meio de análise das entrevistas realizadas no CVT Henfil, observação participante e anotações diárias, que nos apresentam alternativas que podem contribuir para transformar a realidade social de Ribeirão das Neves.

No entanto, o programa social de inclusão digital apresentou nas análises das entrevistas um processo de inclusão limitado aos três níveis iniciais propostos pela literatura, de acesso ao equipamento, à infraestrutura e ao treinamento. Cabe ao processo, ainda, ser adequado à proposta da literatura para atingir os níveis de capacitação e uso crítico da informação, para uma plena inclusão digital do cidadão nevensense.

Desse modo, o CVT Henfil proporciona movimentos contraditórios presentes no processo de inclusão digital, no qual a limitação aos três primeiros níveis, no entanto, pode possibilitar aos indivíduos socializar seus conhecimentos e abrir caminhos para o mercado de trabalho.

Portanto, a proposta que a pesquisa permite indicar é que aprimorar o processo de inclusão digital, para além dos três primeiros níveis, realizados no CVT Henfil, faz-se necessário para a transformação sociocultural de Ribeirão das Neves, onde o uso crítico da informação por meio das TIC's pode ser capaz de criar oportunidades para promoção da inclusão.

Reconhece-se a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação para o desenvolvimento social, mas conclui-se que enquanto houver o controle das técnicas e das

tecnologias pela elite, a exclusão digital far-se-á presente nos debates e a desigualdade social será cada vez mais visível entre as pessoas.

Desse modo, as periferias se encontram desprovidas de serviços que proporcionem uma maior segurança social aos moradores que ali residem, contribuindo para a sua promoção social. Assim, o que se enxerga com a falta de serviços e espaços de promoção social são a marginalização do indivíduo e a exclusão do mesmo da participação na vida política.

A carência de mais serviços como o acesso ao computador com internet, para aqueles indivíduos que são destituídos de outros vários serviços, faz com que a periferia e os bolsões de pobreza, dentro da região metropolitana, permaneçam distantes dos debates públicos e das decisões políticas, capazes de promover a transformação social.

O que se percebe, portanto, é que, os indivíduos marginalizados, distantes das vias de poder, as quais são controladas pela classe dominante, encontram-se ausentes dos debates públicos, que paulatinamente se transferem para o espaço virtual, reforçando o poder da burguesia que já se faz presente também nesses espaços virtuais.

Entretanto, a existência de alguns programas sociais de inclusão digital pode promover algumas transformações e possibilitar a participação dos indivíduos marginalizados nos espaços de decisão, lutando por uma vida mais digna. Afinal, participar das decisões políticas de maneira engajada e crítica pode proporcionar transformações sócio-culturais para os bolsões de pobreza e periferias carentes, com construções e reformas de escolas e postos de saúde, novas frentes de emprego e promoção de espaços de aprendizagem e socialização do conhecimento local.

No caso específico desta pesquisa, percebe-se que o programa social de inclusão digital CVT Henfil, apesar de reforçar a ideologia capitalista, na Sociedade da Informação, promove a socialização do conhecimento entre os indivíduos que participam do seu espaço de cultura.

Assim, as transformações ocorreram, mas, para que haja uma maior visibilidade dessas, sugerem-se alguns ajustes ao programa social de inclusão digital no CVT Henfil e que pode ser considerado para os demais programas, levando-se em consideração a historicidade e a totalidade da localidade na qual se aplica o mesmo. Adequações ao programa devem

considerar o letramento informacional e a adaptação curricular à realidade, a formação continuada do quadro docente, o apoio pedagógico, a interação com as escolas e a criação de uma biblioteca.

Faz-se necessário pensar por que os jovens estão trocando a biblioteca por *lanhouses* e salas de informática para pesquisas, conforme mencionou a ALEN 9. O que se enxerga é a falta de espaços de cultura, como biblioteca entre outros círculos de cultura, que proporcionem a transformação sócio-cultural dos indivíduos. Afinal, as pesquisas em *lanhouses* e salas de informática, sem orientação crítica, correspondem apenas a conteúdos de entretenimento. Já as bibliotecas apresentariam condições pertinentes ao desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem, incentivando os letramentos.

O incentivo à leitura, ainda que seja técnica e na área da computação, faz com que o processo de ensino e de aprendizagem se desenvolva e promova um espaço de socialização do conhecimento. Mais que simplesmente usar as TIC's é usá-las para construir significados em nossas vidas.

Assim, há que sugerir a estruturação de uma biblioteca que propicie o interesse dos participantes do programa de inclusão pelo letramento em suas variadas formas e não apenas na digital.

Dessa forma, o letramento informacional apresenta-se, como método sugerido por Warschauer (1999), e como proposta para amenizar parte dos problemas sociais que se fazem presentes nas vidas dos indivíduos nas periferias e bolsões de pobreza nos centros urbanos.

A defesa que se faz do letramento informacional fundamenta-se nos resultados que os ex-alunos apresentaram ao lidar com as informações essenciais para o seu processo de socialização e, portanto, desenvolvimento social, aproximando-se dos objetivos do letramento informacional.

A sugestão do letramento informacional se faz devido à pesquisa mostrar que o programa social de inclusão digital atinge os níveis de infraestrutura, equipamentos e treinamento, sem praticar o uso crítico da informação pelos participantes dos cursos.

Desenvolver todos os níveis, baseados em Bruce (1998), Sorj (2004) e Warschauer (2006), é a pretensão sugerida para que se atinja, realmente, a inclusão digital dos participantes do programa, desde o acesso ao equipamento e à internet até ao uso crítico da informação para transformação da estrutura social no tempo e no espaço, impactando sobre o modo de produção capitalista.

Essa ação será possível de realização por meio de uma formação do corpo docente, levando-o a desenvolver todos os níveis para a inclusão digital, juntamente com a alteração no currículo original do programa social de inclusão digital planejado pelo MCT e SECTES.

O currículo do programa social de inclusão digital precisa ser adaptado à realidade do local ao qual é aplicado, considerando o contexto e a história de vida dos indivíduos que fazem uso do programa.

Essa sugestão se faz com base nas entrevistas tanto dos professores quanto dos alunos que apresentaram dificuldades para desenvolvimento do currículo, uma vez que os alunos da localidade do CVT Henfil apresentam dificuldades de aprendizagem relativas à educação formal, que possui baixos resultados nas avaliações realizadas pelo MEC.

A realidade local apresenta dificuldades básicas quanto a saneamento; transporte; saúde entre outros. Essa falta de estrutura afeta o desenvolvimento social dos indivíduos, o que exige com que o currículo do programa social de inclusão digital seja adaptado às condições sociais precárias de Ribeirão das Neves.

O letramento informacional, a ser desenvolvido dentro de um currículo adaptado à realidade social da localidade de Ribeirão das Neves, exige-nos sugerir, também, que sejam praticados cursos de formação para o quadro docente do CVT Henfil, para que os professores consigam praticar o currículo adequado à realidade, sem perder a qualidade no processo de ensino e de aprendizagem.

Os cursos podem ser desenvolvidos pela Secretaria de Educação da Prefeitura de Ribeirão das Neves, juntamente com a SECTES e o MCT, com apoio de pesquisadores, levando-se em consideração as necessidades pedagógicas identificadas pelo quadro docente e discente.

Para isso, será indispensável um apoio pedagógico ao quadro docente e discente tanto para identificação das necessidades pedagógicas quanto para o desenvolvimento do projeto pedagógico que envolve a prática do curso em sala de aula, com os impactos sociais.

Os processos de ensino e de aprendizagem nos exigem a participação, no quadro docente, de profissionais como professores, pedagogos e coordenadores entre outros que proporcionem o devido suporte a essa equipe, para o desenvolvimento do programa.

Desse modo, a presença de espaços públicos como o CVT Henfil é defendida como oportunidade para os indivíduos em regiões periféricas, como Ribeirão das Neves, onde há carência de espaços culturais.

Considera-se que o desenvolvimento social do indivíduo se faz fundamentado na cultura, independente da classe social a qual pertence desde que existam espaços de cultura. A ausência desses, como cinema, teatro, praças de esporte e lazer, bibliotecas entre outros faz com que essas regiões carentes tornem-se mais precárias e violentas.

Entretanto, isso não quer dizer que essas localidades sejam ausentes de cultura, mas apenas que seus moradores têm espaços culturais limitados para se socializar e que há pouco incentivo ao desenvolvimento sócio-cultural.

Fazem-se necessárias a continuidade do programa social de inclusão digital, como também as alterações sugeridas para que se responda às necessidades apresentadas pelos cidadãos nevensenses. E, ainda, da promoção de novos espaços culturais e incentivos ao desenvolvimento sócio-cultural a partir de políticas públicas.

Concluiu-se que o Estado tem papel fundamental no desenvolvimento de políticas públicas e de ações que envolvam todas as esferas públicas e níveis sociais em busca de uma sociedade menos desigual.

A informação social como produto históricossocial essencial ao desenvolvimento humano torna-se fundamental para reduzir a desigualdade. Mas, isto é possível mediante espaços de cultura para socialização, como a pesquisa demonstrou por meio das entrevistas realizadas.

Os entrevistados demonstraram que frequentar o CVT Henfil foi muito importante para a socialização de conhecimento e desenvolvimento social – aspirações educativas e profissionais responsáveis pela transformação na vida dessas pessoas.

A socialização de idéias e de conhecimentos pode ser vista nos entrevistados, como possibilidade de transformação da realidade social e caminho para melhorar a qualidade de vida. As dificuldades financeiras são combatidas com a qualificação que se busca por meio dos cursos. E, o momento de socialização e de debate de idéias é propício para que as pessoas se conscientizem dos problemas e apontem soluções pertinentes e passíveis de serem realizadas. Afinal, o CVT Henfil representa espaço de cultura e de aprendizado.

Dessa forma, é necessário que se promovam pequenas transformações sociais para que os cidadãos se socializem e consigam desenvolver uma consciência crítica sobre a realidade. E, assim, pequenos espaços de cultura como o CVT Henfil, se adaptados às sugestões propostas nesta pesquisa, poderão servir para a formação de cidadãos que se construam conscientes e críticos.

Logo, a partir de um cidadão que se faz pleno, aumentar-se-á a possibilidade de se lutar contra a pobreza. Portanto, uma sociedade mais justa e igualitária será vislumbrada e será possível, a muitos de nós, experimentarmos o “sono limpo”.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 4ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação como Ciência Social. *Ciência Informação*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

AVALLE, Gerardo. Redes semânticas de la pobreza. La Argentina del 2001. *REDES - Revista hispana para el análisis de redes sociales*. V.13, n.8, Diciembre, 2007. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es/pdf-vol13/Vol13_8.pdf> Acesso em: 23 Jun. 2009.

BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zigmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BARBOSA, Alexandre, GETSCHKO, Demi, GATTO, Raquel. Interativos, cooperativos e descentralizados: a importância dos espaços virtuais no exercício da cidadania. *Informática Pública*, ano 11, n 1, p. 125-138, 2009.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 28 ed. Petrópolis, Vozes, 2008.

BLINKSTEIN, Paulo, ZUFFO, Marcelo Knörich. *As sereias do ensino eletrônico*. Texto baseado em dissertação de Mestrado apresentada à Escola Politécnica da USP em 2001. Disponível em: <<http://www.blinkstein.com/paulo/documents/books/BlinksteinZuffo-MermaidsOfE-Teaching-OnlineEducation.pdf>> Acesso em: 21 Out. 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício de Historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRUCE, Christine. *The phenomenon of information literacy*. Higher Education REsearch e Development, vol. 17, n.1 1998. Disponível em: <<http://www.pierce.ctc.edu/Library/lstagrant/wp-content/files/bruce.pdf>> Acesso em: 18 Maio 2009.

BRUCE, Christine. *Information Literacy as a Catalyst for Educational Change: A Background Paper*. In Danaher, Patrick Alan, Eds. Proceedings “Lifelong Learning: Whose responsibility and what is your contribution?”, the 3rd International Lifelong Learning Conference, pages pp. 8-19, Yeppoon, Queensland, 2004. Disponível em: <<http://eprints.qut.edu.au/4977/>> Acesso em: 18 Maio 2009.

CABALLERO, Estrella Gualda. Pluralidad teórica, metodológica y técnica en el abordaje de las redes sociales: hacia la “hibridación” disciplinaria. *REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v.9, n.1, Dic., 2005.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Prefácio. In: REIS, Alcenir Soares dos, CABRAL, Ana Maria (org.). *Informação, Cultura e Sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte, Novatus, 2007.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. *Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social*. Escola Biblioteconomia. UFMG. Belo Horizonte, v.23, n. 2, p. 107-114, jul./dez., 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela, BÓGUS, Lucia, YAZBEK, Maria Carmelita. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAZELOTO, Edilson. *Inclusão Digital: uma visão crítica*. São Paulo: Senac, 2008.

CETIC. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no Brasil 2008*. Disponível em <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2008-total-brasil/index.htm>> Acesso em: 23 Jun. 2009.

COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DANTAS, Marcos. *A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. São Paulo: Autores Associados, 1995.

DENZIN, Norman, LINCOLN, Yvona. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DERTOUZOS, Michael. *A revolução inacabada*. Tradução de Cláudia Lopes. São Paulo: Futura, 2002.

DINIZ, Alexandre Magno Alves, ANDRADE, Luciana Teixeira de. Metropolização e crimes violentos na RMBH e em seu Colar. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de, MENDONÇA, Jupira Gomes de, FARIA, Carlos Araújo Pimenta de. *Metrópole; território, sociedade e política*. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2008.

DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Informação, Sociedade e Inclusão Digital. In: REIS, Alcenir Soares dos, CABRAL, Ana Maria (org.). *Informação, Cultura e Sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte, Novatus, 2007.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. Novos Estudos, n 77, mar., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a05n77.pdf>> Acesso em: 25 Fev. 2009.

DUPAS, Gilberto. *A lógica da economia global e a exclusão social*. Estudos avançados, São Paulo, v. 12, n. 34, dez. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 Mar. 2009.

DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação*. 2ed. São Paulo: UNESP, 2001.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURHAM, Eunice, et.al.. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FREIRE, Isa Maria. Informação e Educação: parceria para inclusão social. *Inclusão Social*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 142-145, abr./set. 2007.

FREIRE, Isa Maria. O desafio da inclusão digital. *Transinformação*, Campinas, v. 16, n.2, 189-194, maio/ago, 2004.

FREIRE, Isa Maria. A responsabilidade social da Ciência da Informação na perspectiva da consciência possível. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação* - v.5 n.1 fev, 2004.

FREIRE, Isa Maria, ARAÚJO, Vânia M. R. Hermes. Tecendo a rede de Wersig com os indícios de Ginzburg. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação* - v.2 n.4 ago, 2001.

FREIRE, Paulo. *Conscientização*. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 27 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Desafios teórico-metodológicos para a Ciência da Informação: descrição, explicação e interpretação. In: REIS, Alcenir Soares dos, CABRAL, Ana Maria (org.). *Informação, Cultura e Sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte, Novatus, 2007.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

JAMBEIRO, Othon et al. Inclusão Digital e Educação para uma competência informacional: uma questão de ética e cidadania. *Ciência Informação*, Brasília, v. 34, n. 1, p.28-36, jan./abr. 2005.

JAMBEIRO, Othon, SILVA, Helena. Políticas de informação: digitalizando a inclusão social. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 17, 147-169, 2004.

JAMBEIRO, Othon. Reflexões sobre políticas e estratégias sociais de informação, cultura e comunicação em tempos digitais. *XXV Congresso Intercom*, Salvador, Bahia, 2002.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: 34, 2000.

LAVILLE, Christian, DIONNE, Jean. *A construção do saber; manual de metodologia da pesquisa em Ciências Sociais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 12 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do Capital*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Tradução de Chaim Samuel Katz; Eginardo Pires. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 1999.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1998.

LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 3ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000.

LOJKINE, Jean. *A Revolução Informacional*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.17, n. 49, junho/2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e representação, ou e como os Baloma de Kiriwina podem reencanar-se nas atuais pesquisas. In: DURHAM, Eunice, et.al.. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves; MANCEBO, Deise. Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, ago. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-718> Acesso em: 01 Mar. 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, abr. 2001.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MATTA, Roberto da. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTELART, Armand. *História da Sociedade da Informação*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. *A abordagem etnográfica na investigação científica*. Instituto Nacional de Educação de Surdos. n.16. Jul./Dez., 2001. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/paginas/revista/A%20bordag%20_etnogr_para%20Monica.htm> Acesso em: 17 de Fev. 2009.

MCT. *Orientações Programa de Inclusão Digital do MCT-1*. 2009. Recebido em 09/06/2009 através do e-mail: casecis@mct.gov.br

MIRANDA, Silvana Vieira. Identificando competências informacionais. *Ciência Informação*, Brasília, v.33, n.2, p.112-122, maio/ago, 2004.

MOSSBERGER, Karen.; TOLBERT, Caroline J.; MCNEAL, Ramona S. *Digital citizenship: the internet, society, and participation*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2008.

NORRIS, Pippa. *Digital divide?: civic engagement, information poverty, and the internet worldwide*. Cambridge University, 2001.

NUNES, Edson de Oliveira. *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de, PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia; políticas do dissenso e hegemonia global*. Rio de Janeiro: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Tradução de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr, MOURA, Maria Aparecida. A construção de indicadores nacionais de acesso público aos meios digitais: princípios e perspectivas. In: PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; MOURA, Maria Aparecida; SILVA, Helena Pereira; JAMBEIRO, Othon; ANGELO, Edna da Silva; ALBUQUERQUE, Heloisa Helena Fernandes Soares de; CÂMARA, Mauro Araújo. *Observatório da inclusão digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão*. Belo Horizonte: Gráfica Orion, 2007.

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 21 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

POCHMANN, Márcio et.al.. *Atlas da exclusão social; agenda não liberal da inclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

REIS, Alcenir Soares dos. Informação, cultura e sociedade no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação: contrapontos e perspectivas. In: REIS, Alcenir Soares dos, CABRAL, Ana Maria (org.). *Informação, Cultura e Sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007.

RENDON ROJAS, Miguel Ángel. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 34, n. 2, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652005000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 Mar. 2009.

RENDON ROJAS, Miguel Angel. La naturaleza dialógica de la Ciencia Bibliotecológica en el contexto de las nuevas tecnologías de la información. *Revista General de Información y documentación*, v.9, n.1, 33-45, 1999. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/byd/11321873/articulos/RGID9999120033A.PDF>> Acesso em 02 Fev. 2009.

RENDON ROJAS, Miguel Angel. Hacia un nuevo paradigma en bibliotecologia. *Transinformação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 17-31, Set-Dez/1996. Disponível em: <http://biblioteca.ricesu.com.br/art_link.php?art_cod=2020> Acesso em: 02 Fev. 2009.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão Digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: FPA, 2001.

SIMÕES, Adrina Machado. O processo de produção e distribuição de informação enquanto conhecimento: algumas reflexões. *Perspectiva Ciência Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 81-86, jan./jun. 1996.

SOARES, Magda. Nova práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13935.pdf>> Acesso em: 27 de Fev. 2009.

SORJ, Bernardo. *Brasil@povo.com*. UNESCO, Jorge Zahar, 2004.

SOUSA, Elieth Amélia de. Ribeirão das Neves; a formação do espaço periférico. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de, MENDONÇA, Jupira Gomes de, FARIA, Carlos Araújo Pimenta de. *Metrópole; território, sociedade e política*. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2008.

TOMAEL, Maria Inês; ALCARA, Adriana Rosecler; DI CHIARA, Ivone Guerreiro. Das redes sociais à inovação. *Ciência Informação*, Brasília, v. 34, n. 2, ago, 2005.

TRIVINHO, Eugênio. *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007.

TRIVINHO, Eugênio. *Redes: obliterações no fim do século*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

VAN ACKER, Maria Teresa Vianna, RABIA, Selim, PASSARELI, Brasilina. *Inclusão digital e empregabilidade*. São Paulo: Editora Senac, 2009.

VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Editora Senac, 2006.

WARSCHAUER, Mark. *Eletronic literacies: language, culture, and power in online education*. LEA, 1999.

WASSERMAN, Stanley, FAUST, Katherine. *Social network analysis: methods and applications*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1994.

APÊNDICE A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Questionário de pesquisa - “**Inclusão Digital**”

Rogério Luís Massensini – Mestrando em Ciência da Informação

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Este questionário é destinado aos alunos do CVT (Centro Vocacional Tecnológico Henfil).
Os dados aqui fornecidos só serão utilizados em trabalho de pesquisa acadêmica. O autor se compromete a não repassar informações a qualquer título. Por favor, queira dispor de alguns minutos para responder a questões do seu dia-a-dia.

1. Nome completo: _____
2. Idade: _____
3. Sexo: Masculino [] Feminino []
4. Endereço (onde você reside): _____

5. E-mail: _____
6. Grau de Escolaridade:
[] Ensino Fundamental (5ª à 8ª série)
[] Ensino Médio (1º à 3º ano)
[] Ensino Superior
7. Emprego (você encontra-se trabalhando no momento):
[] Sim
[] Não
8. Possui computador?
[] Casa
[] Trabalho
[] Não possui
9. Acesso a computador?
[] CVT Henfil
[] Escola
[] ONG
[] Outro: _____
10. Acessa a internet?
[] Sim
[] Não

11. Que tipo de conexão você usa para acessar a internet?
- Linha discada
 - Conexão rápida
 - Rede do governo
 - Outra: _____
12. Onde você, preferencialmente, acessa a internet?
- CVT Henfil
 - Casa
 - Trabalho
 - Lanhouse/Cybercafé/loja virtual
 - Casa de amigos
 - Outro: _____
13. Habilidades no uso do computador:
- Editor de texto
 - Editor de planilha
 - Digitação
 - Internet
 - Outro: _____
14. Fale com as suas palavras o que é inclusão digital, para você? _____

15. Como você tomou conhecimento do CVT Henfil? _____

16. Qual objetivo/interesse levou você a buscar os cursos de inclusão digital no CVT Henfil? _____

17. Com quais pessoas no CVT Henfil você se interage (comunica) mais? _____

Muito obrigado por participar desta pesquisa.

Rogério Luís Massensini

E-mail: rogeriomassensini@eci.ufmg.br ou rogeriomassensini@gmail.com

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Roteiro de entrevista de pesquisa - “**Inclusão Digital**”

Rogério Luís Massensini – Mestrando em Ciência da Informação

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Esta entrevista é destinada aos ex-alunos do CVT (Centro Vocacional Tecnológico Henfil).
Os dados aqui fornecidos só serão utilizados em trabalho de pesquisa acadêmica. O autor se compromete a não repassar informações a qualquer título.

Dados Pessoais (preenchidos pelo entrevistador, antes da entrevista, para identificação)

18. Nome completo: _____
19. Idade: _____
20. Sexo: Masculino [] Feminino []
21. Endereço (onde você reside): _____
- _____
22. E-mail: _____
23. Grau de Escolaridade:
- [] Ensino Fundamental (5ª à 8ª série)
- [] Ensino Médio (1º à 3º ano)
- [] Ensino Superior

Educação:

1. Responda-me: qual escola – pública, privada, religiosa – você estudou?
2. Você atualmente está freqüentando a escola? Qual série?
3. Se sim, existe sala de informática em sua escola? Como ela é utilizada?
4. Se sim, suas notas e freqüências escolares sofreram alguma alteração, após freqüentar o CVT? Quais?
5. Você vê alguma aplicação do curso no CVT em seu processo de aprendizagem (dentro de fora da sala de aula)? Como?
6. Você pretende cursar faculdade?
7. Se sim, qual curso tem interesse?
8. Você acha que o CVT influenciou, de alguma maneira, a sua escolha pelo curso na faculdade?

CVT:

1. Você, anteriormente ao curso do CVT, teve experiência com informática? Onde?
2. Como você ficou sabendo do CVT?
3. Houve influência de sua família ou de amigos para freqüentar o CVT?
4. O que você achava do CVT enquanto era aluno do mesmo?
5. Como se dava a participação dos professores do CVT para a aprendizagem dos alunos? Que estímulos eram usados pelos professores para facilitar a aprendizagem?
6. Você se lembra se houve dificuldades para freqüentar o Curso? Quais foram? (transporte, material, tempo, aprendizado, computador, acesso, etc.).
7. Você considera que o Curso do CVT trouxe contribuições para a sua vida? Falem-me quais e de que forma você as visualiza?
8. Você atingiu o objetivo que o fez buscar o CVT?
9. O que é inclusão digital, para você? Você se considera incluído digitalmente?

Trabalho:

1. Você atualmente está empregado?
2. Se sim, o que exatamente você faz em seu emprego?
3. Se sim, o curso no CVT provocou alguma melhoria no desempenho de suas atividades no emprego?
4. Enquanto freqüentava o CVT você tinha algum emprego? Tempo integral ou parcial? Formal ou informal?
5. O curso no CVT provocou alguma melhoria no desempenho de suas atividades no dia-a-dia (movimentação bancária, compras, comunicação via e-mail)?
6. Quais oportunidades de melhoria de vida (novo emprego, participação em outros cursos, uso de novas tecnologias) você enxerga após freqüentar os cursos de informática no CVT?
7. Caso não esteja empregado. Você pretende utilizar-se do curso do CVT para conseguir emprego? Como?
8. Qual área você tem interesse para trabalhar?

Gostaria que você me contasse um pouco sobre sua vida depois que você freqüentou o espaço do CVT: Fez novos amigos? Melhorou na escola? Conseguiu um emprego? O que mudou? Como mudou?

Muito obrigado por participar desta pesquisa.

Rogério Luís Massensini

E-mail: rogeriomassensini@eci.ufmg.br ou rogeriomassensini@gmail.com